

7/11/23

# Relatório Integrado

## 2022

  
**GESAMB**  
GESTÃO AMBIENTAL E DE RECURSOS S.A.

Évora, 30 de março de 2023



## MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2022, a Gesamb – Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM [GRI 102-1] atingiu a marca dos dezanove anos de existência fazendo face, pelo terceiro ano consecutivo, a um contexto pandémico que ainda vivemos, apesar do manifesto alívio das restrições e perturbações que a pandemia COVID 19 nos trouxe. Mas este foi ainda o ano da invasão da Ucrânia pelas tropas russas, da escalada dos custos energéticos, da disrupção dos fornecimentos e de uma subida acentuada da taxa de inflação, que trouxe mais incerteza e motivos acrescidos de preocupação.

Mantiveram-se as dificuldades de contratação de pessoal qualificado e não qualificado, mas mais uma vez conseguimos ultrapassá-las porque continuamos a contar com a resiliência e empenho das nossas equipas, que conseguiram minimizar o impacto que todas estas variáveis pudessem ter, mantendo-se a normal atividade da Gesamb e a sua evolução com a concretização de novos projetos.

Assim, superando estas dificuldades, iniciámos a construção da Unidade de Valorização Orgânica, que contará com uma cobertura de painéis fotovoltaico (importante contributo para a sustentabilidade da Gesamb) e que estamos a contar, inicie a sua operação nos próximos meses. Voltamos ao terreno com a 2ª itinerância da Unidade Especial de Recolha de Resíduos Perigosos (UERRP).

Neste ano, concluímos também, com muito sucesso, a última edição do projeto Re-Planta! e a campanha: Missão Cascas Solidárias (compostagem doméstica e comunitária) e é de “coração cheio” que nos despedimos deste projeto, um dos mais “especiais” e envolventes que a Gesamb já teve, cabendo agora aos nossos municípios dar-lhe continuidade e abrangência.

Este foi também um ano de espera e ainda não foi em 2022, que o plano estratégico para o setor foi publicado, contribuindo para afastar Portugal, ainda mais, das metas europeias para este setor.

Assim, aguardamos com expectativa o arranque do Portugal 2030, para conhecer as condições de acesso aos incentivos financeiros de apoio à evolução e desenvolvimento da atividade do setor empresarial em geral e em particular do setor das tecnologias ambientais em toda a sua dimensão e diversidade. Gostaríamos de acreditar que o Portugal 2030 ainda vá ter impacto nas empresas e nas pessoas em 2023.

Em termos operacionais, relativamente às quantidades recebidas, 2022 regista um decréscimo das quantidades totais (-4,4%), assim como da fração de resíduos indiferenciados (-2,5%).

Em relação à recolha seletiva, verificou-se um aumento das quantidades recolhida nas embalagens de vidro (2,2%) e um decréscimo nas frações: papel/cartão (-8,1%), embalagens de plástico e metal (-0.1%), atingindo os 49,7 kg/hab.ano.

Os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança na Gesamb.

O Conselho de Administração da Gesamb



*[Handwritten signature]*  
*NH*

## ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	2
ÂMBITO DO RELATÓRIO.....	4
RETRATO DA GESAMB .....	4
APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL.....	4
PERSPETIVA HISTÓRICA.....	6
GOVERNO DA ORGANIZAÇÃO .....	7
MISSÃO .....	7
VISÃO .....	7
VALORES.....	7
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃO SOCIAIS [GRI 102-18, 102-19, 102-20 E 102-22,102-23, 102-24] .....	7
ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA .....	8
NORMAS DE ÉTICA E CONDUTA.....	8
MATERIALIDADE [GRI 102-46 e GRI 102-47] .....	9
PARTES INTERESSADAS .....	11
CERTIFICAÇÃO .....	12
ESTRATÉGIA CORPORATIVA.....	12
COMPROMISSO DA GESAMB: GERIR COM RESPONSABILIDADE .....	18
OBJETIVOS E CONTRIBUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	18
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE: DESEMPENHO AMBIENTAL .....	19
MATERIAIS .....	19
BIODIVERSIDADE .....	24
EMISSIONES.....	25
EFLUENTES E RESÍDUOS.....	26
GESAMB – ATIVIDADE OPERACIONAL.....	26
RECEÇÃO DE RESÍDUOS.....	26
RECOLHA SELETIVA.....	28
RECOLHA INDIFERENCIADA – UTMB.....	30
ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS .....	30
GESTÃO DE PESSOAS.....	31
REPARTIÇÃO DO EFETIVO .....	32
NÍVEL ETÁRIO.....	33
NÍVEIS HABILITACIONAIS .....	33
FORMAÇÃO .....	34
TAXA DE ABSENTISMO .....	34
SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO.....	35
COMPRAS.....	36
CONTRAÇÃO PÚBLICA.....	36
PRÁTICAS DE AQUISIÇÃO.....	36
ANTICORRUPÇÃO .....	37
RESULTADOS .....	37
RESULTADOS DO EXERCÍCIO, BALANÇO FUNCIONAL E EQUILÍBRIO FINANCEIRO .....	39
DESEMPENHO ECONÓMICO .....	43
INDICADORES ECONÓMICOS.....	43
INDICADORES SUSTENTABILIDADE.....	45
RESULTADOS DO EXERCÍCIO E CONTROLO ORÇAMENTAL .....	46
POLÍTICA DE PREÇOS.....	48
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS .....	50
EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE E A TERCEIROS .....	50
APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	51
OUTROS .....	51
EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE .....	52
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO EXERCÍCIO.....	55
ANEXO I - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO.....	56
ANEXO II - PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA – 2022 .....	57
ANEXO II - PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA – 2022 (CONTINUAÇÃO) .....	58
ANEXO III - LISTA DOS GRUPOS DE PARTES INTERESSADAS .....	59
ANEXO IV - ÍNDICE DE CONTEÚDOS GRI.....	61



## ÂMBITO DO RELATÓRIO

A Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM vem neste documento apresentar o seu primeiro **Relatório Integrado**, que formaliza o compromisso de responsabilidade e transparência perante as nossas Partes Interessadas, sendo-lhe especialmente dirigido [GRI 102-14, GRI 102-51, 102-52].

O Relatório inclui informação financeira e não financeira, para o ano civil de 2022 [GRI 102-50], pretende-se que a periodicidade de publicação do Relatório seja anual.

Este Relatório é ainda elaborado de acordo com as Diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI) Standards: opção Core*, para divulgar os resultados mais relevantes [positivos ou negativos] sobre os impactes das atividades da Gesamb na **Economia, no Ambiente e na Sociedade** [GRI 102-54] e não foi submetido a verificação externa [GRI 102-56], para as Diretrizes GRI. Desde 2018 [GRI 102-52], a Gesamb disponibiliza esta informação, no âmbito dos seus Relatórios de Sustentabilidade.

Assim, espera-se gerar informações relevantes e sobretudo **fiáveis**, que permitam avaliar as oportunidades e os riscos das atividades da Gesamb.

Desta forma possibilita-se uma tomada de decisões mais consciente e informada.

As respostas aos conteúdos GRI são apresentados na Tabela | Índice de Conteúdos GRI, anexa ao presente relatório [GRI 102-55].



## RETRATO DA GESAMB

### APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

A Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM, desenvolve a sua atividade desde 2004, sendo responsável pela gestão integrada dos resíduos urbanos (RU) produzidos nos municípios de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa [GRI 102-2, 102-6, 102-7].

A Gesamb é uma empresa intermunicipal de capitais maioritariamente públicos com personalidade jurídica e dotada de autonomia financeira e patrimonial [GRI 102-5] em que:

- 600.000 Euros, pela CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, adiante designada CIMAC, integralmente realizado.
- 400.000 Euros, pela Biosmart - Soluções Ambientais, S.A, integralmente realizado.

A sua área de intervenção corresponde a 6,9% da área total do país, e procede ao tratamento e valorização de 1,6 % dos resíduos urbanos produzido em Portugal [GRI 102-7].

A Gesamb tem sede na Estrada das Alcáçovas, EN 380, Évora [GRI 102-3].

Nas suas instalações em Évora são tratadas anualmente 90 mil toneladas de RU, produzidas pelos cerca de 144 mil habitantes da sua área de intervenção (6.500 km²).

Figura 1 – Municípios da área de abrangência da Gesamb





Para assegurar a receção, tratamento e valorização dos resíduos recolhidos e recebidos a Gesamb dispõe de um conjunto de infraestruturas [GRI 102-4]: seis Ecocentros, quatro Estações de Transferência (ET), um Centro de Triagem para embalagens de vidro, plástico, metal e papel/cartão, uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, uma Unidade de Valorização de Biorresíduos, um Centro de Valorização de Resíduos Construção e Demolição (RCD's), uma Unidade de Valorização de Biogás e duas Estações de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL).



Figura 2 – Infraestruturas que integram a Gesamb

Para assegurar o transporte dos resíduos urbanos (RU) indiferenciados rececionados nas quatro ET, a Gesamb dispõe de 6 viaturas, 10 semirreboques e 3 contentores fechados (um compactador estático em Mora). As 2 viaturas de 4 eixos e compactadores estáticos estão afetas à ET de Mora que possui características técnicas diferentes das restantes, para adaptação ao nível dos quantitativos rececionados (o compactador estático opera com 3 contentores fechados). As restantes 4 viaturas asseguram o transporte das outras 3 ET onde são mantidos pisos móveis que asseguram a disponibilidade de capacidade de receção. Em termos de recursos humanos, estão afetos 4 motoristas ao transporte de RU indiferenciados.



Figura 3 – Frota de Transporte de RU

Para assegurar a recolha seletiva nos ecocentros, ecopontos e recolha dedicadas a Gesamb possui 13 viaturas. Para acondicionamento dos resíduos estão disponíveis 18 auto compactadores e cerca de 135 contentores. Estão afetos 12 motoristas e 5 ajudantes para a recolha de resíduos nos ecocentros, dedicadas e ecopontos.



Figura 4 – Frota de RS

No âmbito de candidatura apresentada ao Fundo Ambiental, a Gesamb adquiriu três viaturas 100% elétricas, duas viaturas ligeiras de passageiros e uma viatura ligeira de mercadorias. A viatura ligeira de

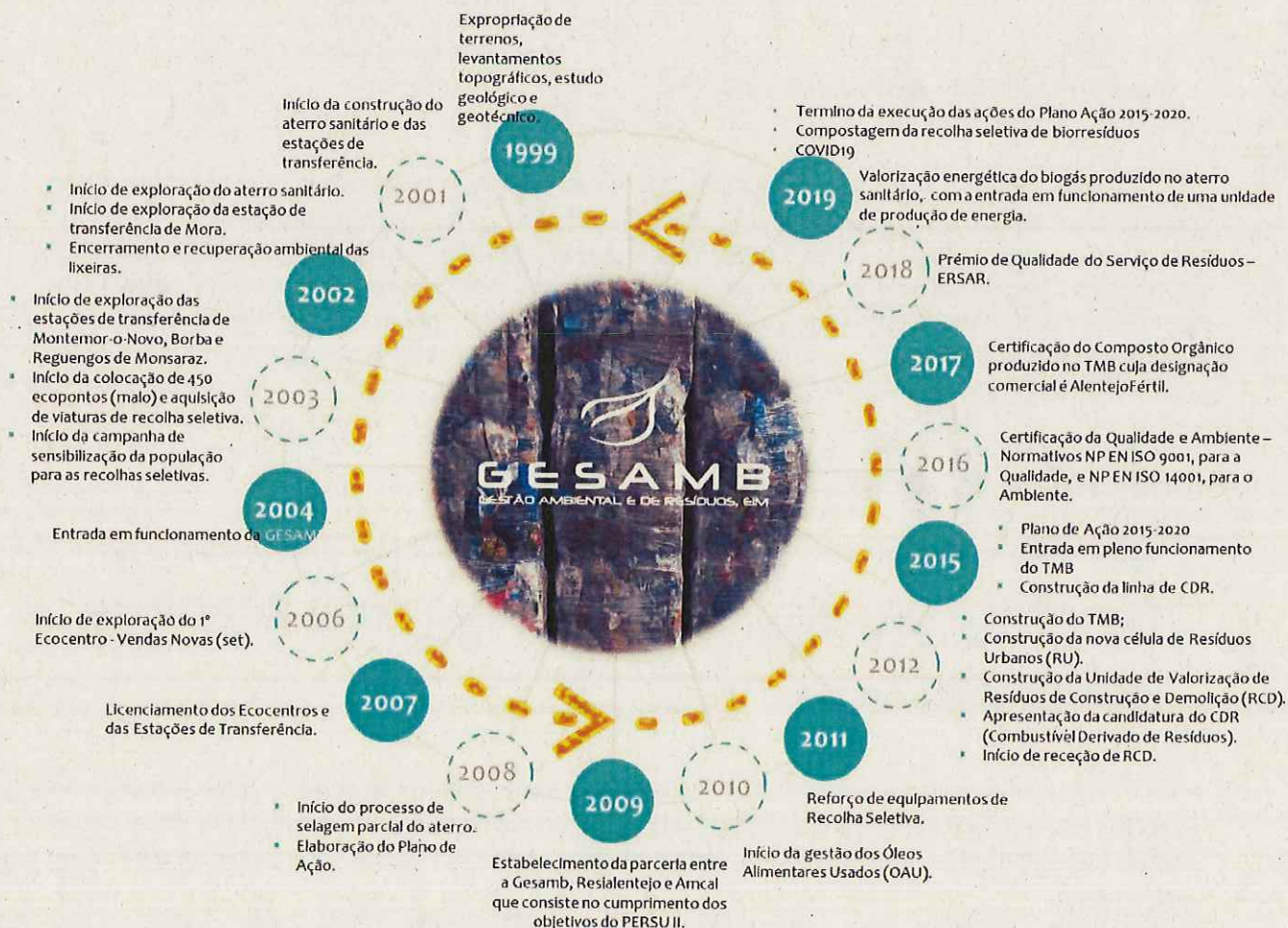


mercadorias elétrica foi cedida à Junta de Freguesia de Monsaraz para a implementação de um circuito de recolha seletiva de recicláveis porta-a-porta.

No âmbito de candidaturas ao PO SEUR, foram adquiridas 10 viaturas ligeiras de mercadorias de 3.500 kg para a recolha de resíduos biodegradáveis e resíduos de embalagens. Em parceria com os municípios de Alandroal, Borba, Estremoz, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas foram implementados circuitos de recolha dedicada. A Gesamb estabeleceu igualmente uma parceria com o Município de Évora para avançar com um projeto piloto de recolha seletiva de resíduos biodegradáveis em grandes produtores do setor não residencial no concelho de Évora.

Em 2020, no âmbito de duas candidaturas ao PO SEUR, a Gesamb adquiriu 3 viaturas, uma viatura pesada para a recolha seletiva e, 2 viaturas ligeiras de mercadorias em parceria com os Municípios de Alandroal (viatura de 3.500kg para recolha de volumosos) e Évora (viatura 100% elétrica para recolha seletiva de resíduos biodegradáveis).

## PERSPETIVA HISTÓRICA





## GOVERNO DA ORGANIZAÇÃO

### MISSÃO

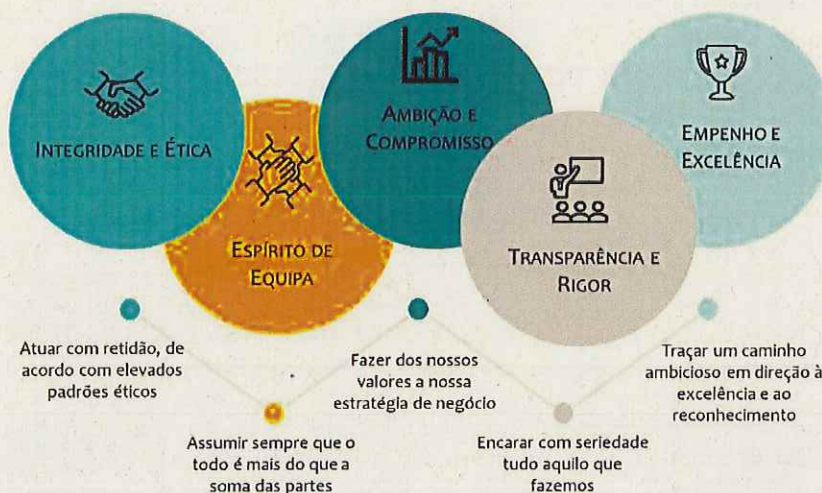
Assegurar a gestão integrada do Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Distrito de Évora, utilizando as técnicas mais seguras e ambientalmente adequadas, tendo sempre em consideração os princípios da sustentabilidade e aplicação da legislação e recomendações nacionais e internacionais em vigor para o setor dos resíduos.

### VISÃO

Ser reconhecida como uma organização de referência pela ecoeficiência do seu desempenho e promoção da sustentabilidade ambiental e social.

### VALORES

Figura 5 – Valores da Gesamb



### COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃO SOCIAIS [GRI 102-18, 102-19, 102-20 e 102-22,102-23, 102-24]

#### ASSEMBLEIA GERAL

Formada pelos representantes dos detentores do capital estatutário

CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central

Biosmart - Soluções Ambientais, S.A

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eleito na Assembleia Geral de 21 de novembro de 2021 e de 22 de julho de 2022

Presidente: Sílvia Cristina Tirapicos, CIMAC

Vogais: Nuno Filipe Saquete Gabriel, Biosmart

Inácio José Ludovico Esperança, CIMAC

#### FISCAL ÚNICO

Rosário Carvalho & Associados, SROC, Lda,

representada por Andreia Isabel Inácio Teles, ROC n.º1503, CMVM n.º 20161113



O Conselho de Administração é um órgão executivo composto por três membros, um Presidente e dois Vogais, dois dos quais, incluindo o presidente, são designados pela CIMAC. O Conselho de Administração assume competências diversas no âmbito da gestão e desenvolvimento da empresa, bem como, da administração do seu património [GRI 102-26]. Os membros do Conselho de Administração exercem os respetivos cargos de forma não remunerada [GRI 102-35 a 102-39], embora possam ser pagas senhas de presença e despesas de deslocação, conforme deliberação da Assembleia Geral.

Importa ainda referir que a Gesamb elabora e divulga de um Relatório de Governo Societário [GRI 102-26, 102-27, 102-33, 102-34 e 102-35].

## ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA

A estrutura funcional da empresa, aprovada pelo Conselho de Administração em janeiro de 2020, é apresentada no organograma seguinte.

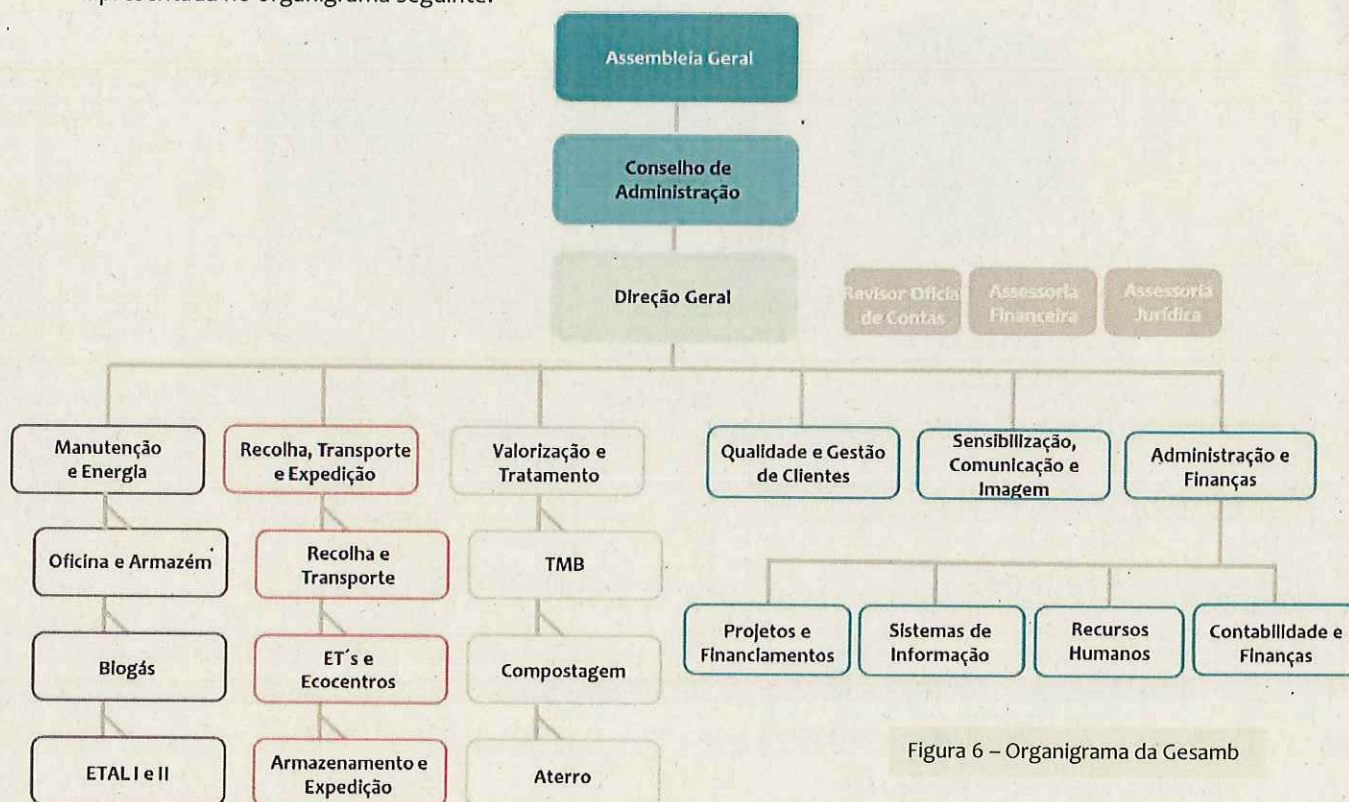


Figura 6 – Organograma da Gesamb

## NORMAS DE ÉTICA E CONDUTA

No quadro do desenvolvimento das suas atividades e da prestação de serviços e produtos, a Gesamb assume o cumprimento dos seguintes princípios de gestão [GRI 102-11 e 102-16], estabelecidos no respetivo Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos em vigor (artigo 8º).

A Gesamb dispõe, ainda, de um Código de Ética e Conduta [GRI 102-17] que tem como finalidade a formulação e a partilha entre os seus colaboradores e suas colaboradoras, na relação que estes estabelecem com as restantes partes interessadas, incluindo clientes e fornecedores, de um conjunto de princípios e normas de natureza ética e deontológica. De acordo com este Código, a empresa assume um conjunto de princípios no relacionamento com as partes interessadas [GRI 102-11].



Em matéria de prevenção de conflito de interesses [GRI 102-25], os membros do Conselho de Administração procedem com conhecimento dos principais enquadramentos legais, incluindo: o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos estabelecidos pela Lei n.º 52/2019, de 31 de julho; o Estatuto do Gestor Público, definido pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março; e os Princípios do Bom Governo das Sociedades.

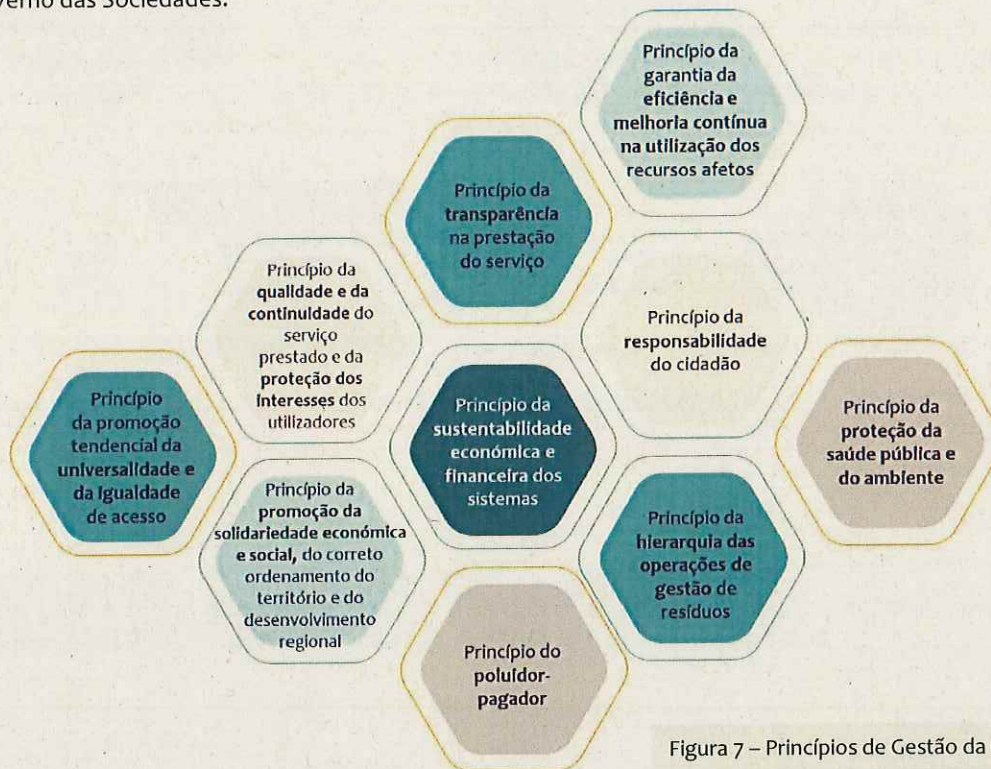
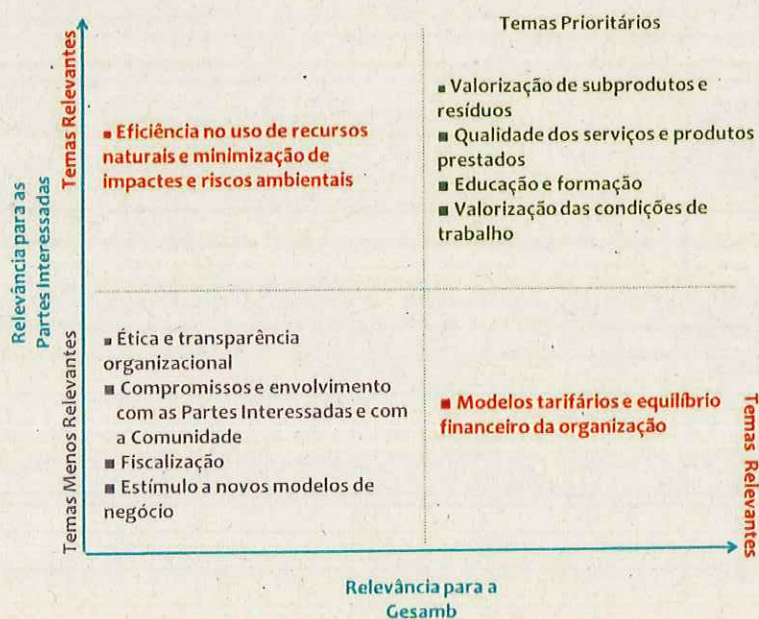


Figura 7 – Princípios de Gestão da Gesamb.

## MATERIALIDADE [GRI 102-46 e GRI 102-47]

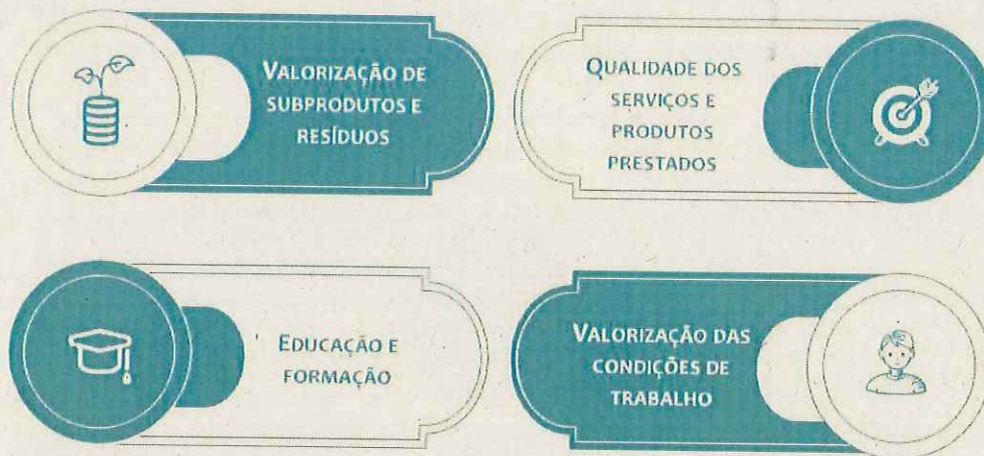
A matriz de materialidade (Figura 8) constitui uma representação gráfica dos temas de sustentabilidade considerados prioritários no contexto de uma entidade. A matriz de materialidade foi construída com base num processo de envolvimento ativo das Partes Interessadas e da Administração da Gesamb [GRI 102-21], realizado no final de 2019, representando assim uma “visão partilhada” para apoiar o processo de gestão e as tomadas de decisão.

Figura 8 – Matriz de Materialidade









Como resultado deste processo foram identificados quatro temas aos quais deverá ser dada prioridade nas opções de desenvolvimento estratégico da Gesamb:



Sobre os Temas Materiais, o Quadro 1 apresenta um enquadramento e âmbito de cada tema, a abordagem de gestão e a avaliação das suas componentes [GRI 103-1, 103-2 e 103-3].

Quadro 1 – Temas Materiais, Âmbito, Abordagem e Avaliação de Gestão

TEMAS MATERIAIS*	ÂMBITO [103-1]	ABORDAGEM DE GESTÃO E SUAS COMPONENTES [103-2]	AValiaÇÃO DAS FORMAS DE GESTÃO [103-3]
 VALORIZAÇÃO DE SUBPRODUTOS E RESÍDUOS	Procurar novas aplicações para recuperar materiais ou energia a partir dos diversos fluxos de resíduos ou melhorar as existentes.	A abordagem à gestão deste tema é patente nas seguintes políticas e compromissos da Organização: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Missão, Visão e Valores.</li> <li>• Código de Ética e Conduta.</li> <li>• Plano de Ação.</li> </ul>	A Gesamb realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este tema e reporta-os neste Relatório (ver Compromissos da Gesamb: Gerir com Responsabilidade).
 QUALIDADE DOS SERVIÇOS E PRODUTOS PRESTADOS	Avaliar e melhorar a qualidade dos serviços e produtos prestados pela Gesamb.	A Gesamb tem promovido a qualidade dos serviços e produtos através de: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Definição de Missão, Visão e Valores.</li> <li>• Código de Ética e Conduta.</li> <li>• Manual de Gestão da Qualidade, ambiente e Segurança.</li> <li>• Certificação segundo a norma ISO 9001-Sistema de Gestão da Qualidade.</li> </ul>	A Gesamb está certificada pelos normativos ISO14001 e ISO9001, garantindo que todos os requisitos são devidamente cumpridos e são alvo de auditorias periódicas. A Gesamb realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este tema e reporta-os neste Relatório (ver Governo da Organização).
 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	Promover a educação, a sensibilização e o aumento do conhecimento dos colaboradores da Gesamb e da sociedade para uma melhor gestão dos resíduos.	A Gesamb tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com a formação e educação (ver Envolvimento com as Partes Interessadas) e através de produtos como: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatório Anual de Gestão.</li> <li>• Código de Ética e Conduta.</li> <li>• Plano de Sensibilização e Comunicação Ambiental.</li> </ul>	A Gesamb realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este tema e reporta-os neste Relatório (ver Envolvimento com as Partes Interessadas).
 VALORIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO	Melhorar a qualidade e a evolução das condições de trabalho dos colaboradores, incluindo a compatibilização da vida profissional com a vida pessoal.	A Gesamb tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com a saúde e segurança no trabalho (ver Desempenho Social).	A Gesamb realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este tema e reporta-os neste Relatório (ver Desempenho Social).

\* Como já referido, os temas materiais foram analisados e discutidos com as partes interessadas da Gesamb e com o seu Conselho de Administração, tendo sido selecionados os temas aos quais foi atribuída a classificação de Tema Prioritário na respetiva matriz de materialidade (Figura 8).



## PARTES INTERESSADAS

A Gesamb estrelece os princípios e formas de relacionamento com as partes interessadas, distinguindo dentro destas os vários segmentos [GRI 102-42], caracterizados segundo os âmbitos de interação com a empresa.

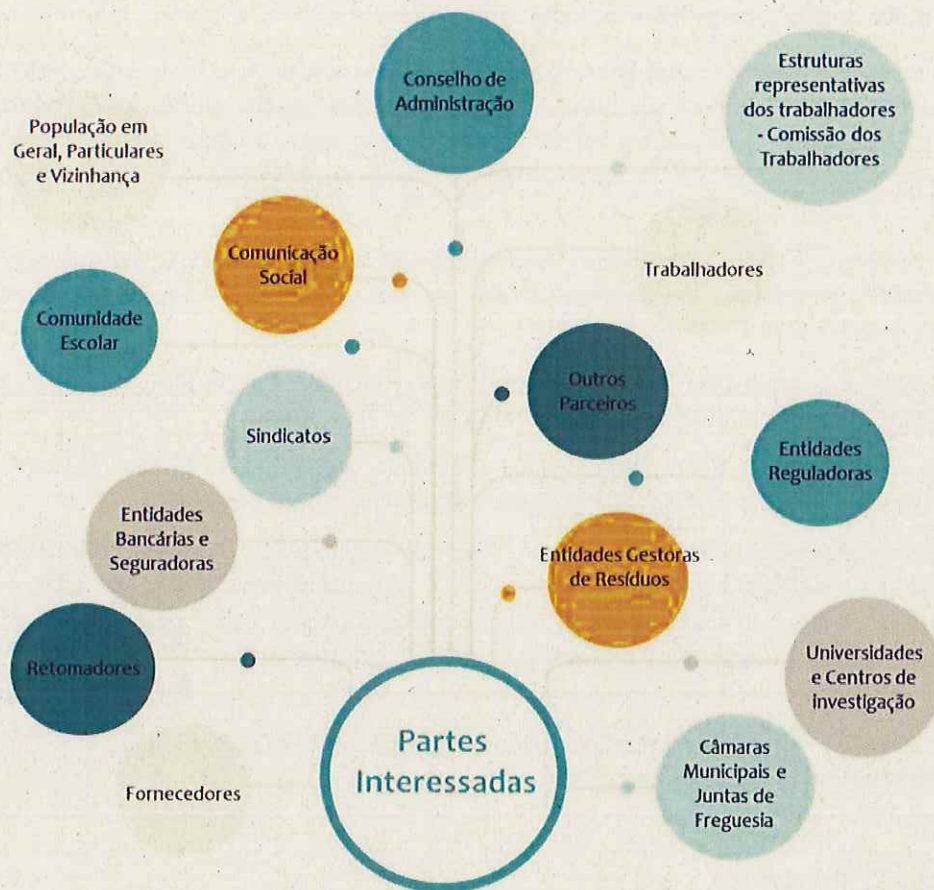


Figura 9 – Partes interessadas da Gesamb.

A Gesamb mantém a sua Política de Comunicação e Sensibilização, com programas de comunicação e educação ambiental especialmente dirigidos para alguns dos segmentos de partes interessadas [GRI 102-44], particularmente a Comunidade Escolar, os Particulares e à População em geral.

Destinados a outros segmentos de partes interessadas, a Gesamb promoveu atividades, de natureza informativa e colaborativa, com técnicos dos Municípios e com as Juntas de Freguesia.

De acordo com a sua política de comunicação, a empresa garante a disponibilização de informação aos utilizadores no seu sítio institucional na Internet (<http://www.gesamb.pt>), nas redes sociais – **Facebook e Youtube**, mas também nas suas instalações (sete locais de atendimento ao público) e através de um serviço de atendimento telefónico [GRI 102-43].



#4

## CERTIFICAÇÃO

Em 2011 a Gesamb iniciou o processo de implementação de um Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança, tendo ficado concluído no final de 2015, nesta data foi iniciado o procedimento para contratação de serviços de auditoria para emissão da certificação.

Durante o 2º trimestre de 2016 foi realizada auditoria para concessão da certificação, pela empresa EIC – Empresa Internacional de Certificação, sendo que no final de 2016 foi atribuída certificação segundo os normativos de qualidade, NP EN ISO 9001, e ambiente, NP EN ISO 14001, para todas as atividades da Gesamb (desde a recepção, recolha, transporte, acondicionamento, armazenamento temporário, triagem até à valorização orgânica e deposição final de resíduos urbanos).

Em 2017, foi realizada a Auditoria de 1º Acompanhamento, pela empresa EIC, tendo sido aceites todas as ações corretivas propostas pela Gesamb, ficando assim reunidas todas as condições referentes aos Certificados n.º E – 3903 e A-0464.

Em 2018, a Gesamb rececionou novos certificados referente à transição para as novas normas da Qualidade (ISO 9001:2015) e Ambiente (ISO 14001:2015).

Em 2019 foi efetuada a Auditoria de Renovação, tendo sido incluída a atividade de comercialização de corretivo orgânico nos novos certificados emitidos (E-5087 e A-0697) pela empresa EIC.

Após concluído o ciclo de três anos, desde a primeira auditoria (2017), no ano de 2020, foi realizada novamente a Auditoria de 1º Acompanhamento, pela empresa EIC, tendo sido aceites todas as ações corretivas propostas pela Gesamb, ficando assim reunidas todas as condições referentes aos Certificados n.º E – 5087 e A-0697.

Em 2022, foi efetuada a Auditoria de Renovação, tendo sido emitido novos certificados (E-6167 e A-0943) pela empresa EIC.



Figura 10 - Logotipos Certificação

## ESTRATÉGIA CORPORATIVA

No que concerne à Estratégia Corporativa [GRI 102-15], é reconhecido que as questões ambientais, têm vindo a ganhar espaço e visibilidade na discussão pública, nos últimos anos, em especial as questões ligadas ao aquecimento global, que pela sua abrangência tocam todos os aspetos do nosso dia-a-dia – onde vivemos, o que compramos, o que comemos e vestimos e como nos deslocamos.

Tornar a Europa no primeiro continente neutro em carbono em 2050 é o objetivo do novo Green Deal para a União Europeia.

No entanto, atualmente, a maioria dos produtos colocados no mercado da UE depende principalmente do uso insustentável e deficiente de recursos, levando à produção excessiva de resíduos e aumentando a pegada ambiental da economia europeia em vez de trazer a dissociação necessária. Esses produtos geralmente não são mantidos na economia por tempo suficiente, causando perda de valor económico e muitas vezes intensificando os impactos ambientais devido à sua substituição prematura. Isto é especialmente verdade para setores como produtos eletrónicos e elétricos, alguns produtos plásticos e têxteis, vestuário e calçado.

O que não puder ser reutilizado ou reparado terá de ser recolhido de forma a poder ser reciclado. Assim, quando evoluirmos para um modelo de produção em que todos os produtos e embalagens colocados no mercado possam ser reutilizados, reparados e reciclados e incorporem material reciclado, a sua recolha seletiva, quando se



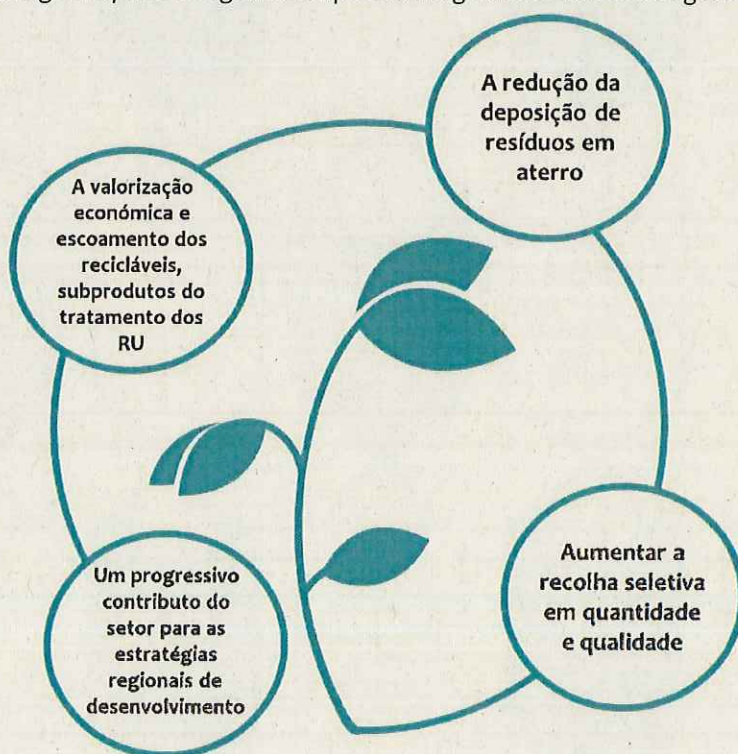
convertem em resíduos, será essencial para manter estes materiais no ciclo produtivo e eliminar a sua deposição em aterro ou valorização energética.



Para lá chegar são necessárias políticas públicas integradas e complementares nas áreas da economia, do consumidor, do ambiente, da energia, dos fundos, da administração local, fiscal, da agricultura e das florestas que promovam soluções tecnológicas de recolha, tratamento e valorização de resíduos complementares e adaptadas às especificidades regionais, apoiadas na atuação articuladas de todas as partes interessadas.

No ano de 2019 a Gesamb iniciou o segundo período regulatório após a outorga do seu contrato de gestão delegada, tendo preparado a primeira atualização para o período regulatório referente a 2019-2038 (Orçamento 2020), levando em consideração o quadro legal, estatutário e normativo. O Contrato de Gestão Delegada, foi estabelecido entre a Gesamb e a CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, cujo objeto consiste na gestão delegada, para um prazo de 20 anos, do sistema intermunicipal de valorização e tratamento de resíduos urbanos produzidos em 12 municípios – Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Mora, Montemor-o-Novo, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa.

No quadro dessa delegação de competências, a Gesamb assume como principais compromissos no contexto do Alentejo Central:





Com a publicação do PERSU 2020 - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos, através da Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro de 2014, foram estabelecidas metas individuais por SGRU, que visam o cumprimento da estratégia nacional de gestão de resíduos urbanos no período entre 2014-2020.

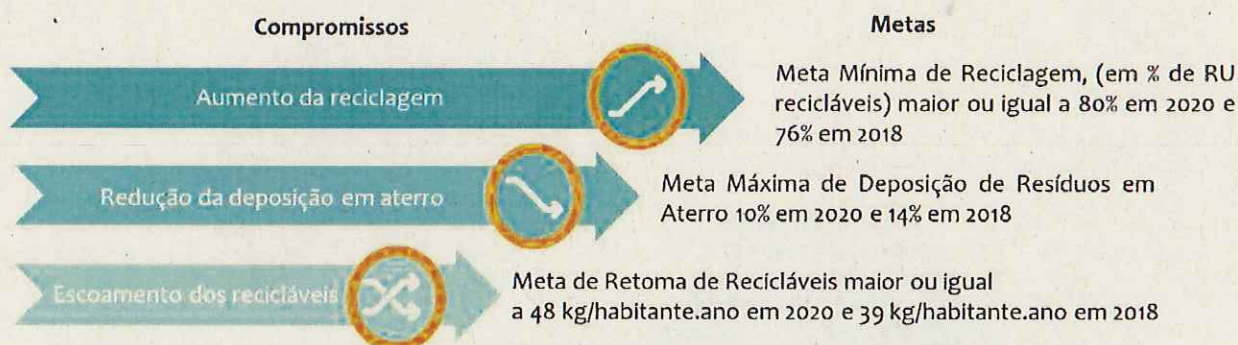


Figura 11 – Compromissos e metas

A Gesamb definiu o seu Plano de Ação 2020 em setembro de 2015, com um valor total de investimento de 4,3 milhões €. Este plano é constituído por ações que visavam atingir as metas atribuídas à Gesamb e referem-se à promoção da prevenção, da recolha seletiva de resíduos biodegradáveis, da recolha seletiva de resíduos embalagens e melhoria do tratamento de resíduos.

A Figura 12 apresenta as principais ações que a Gesamb se propôs concretizar.

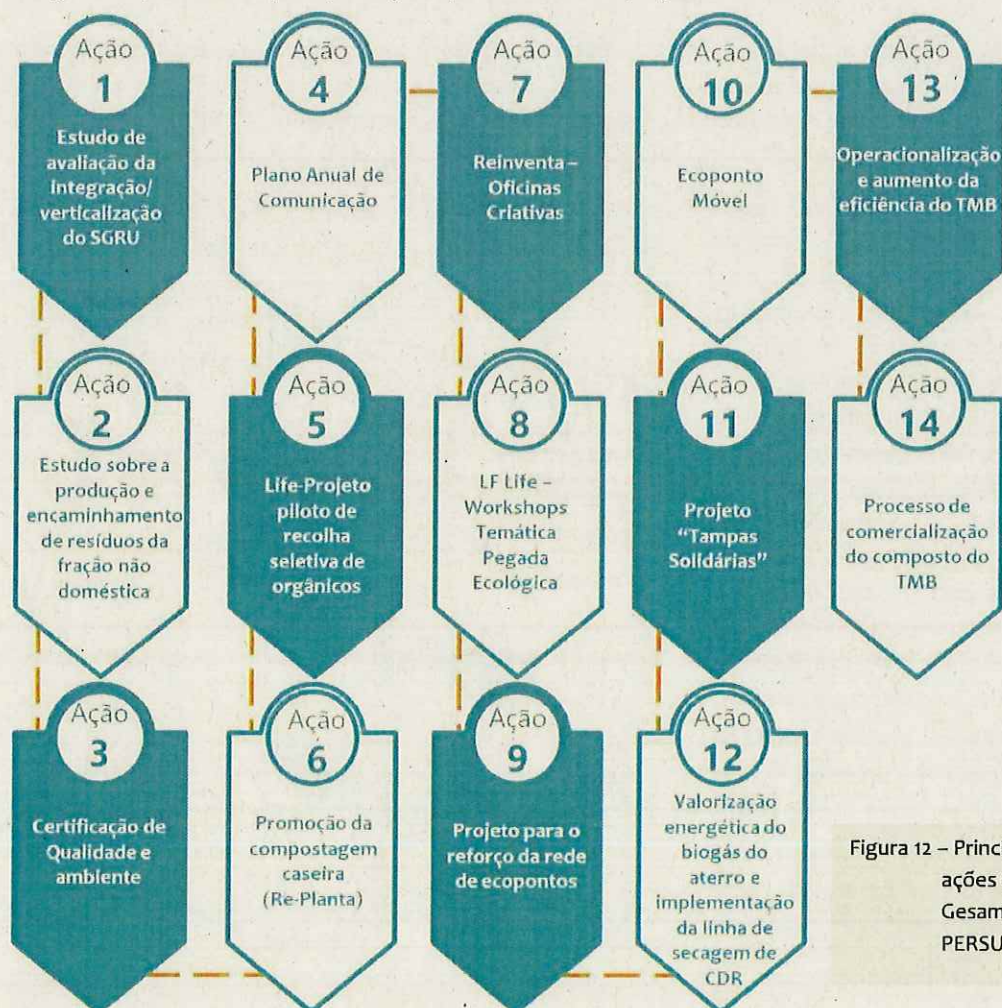


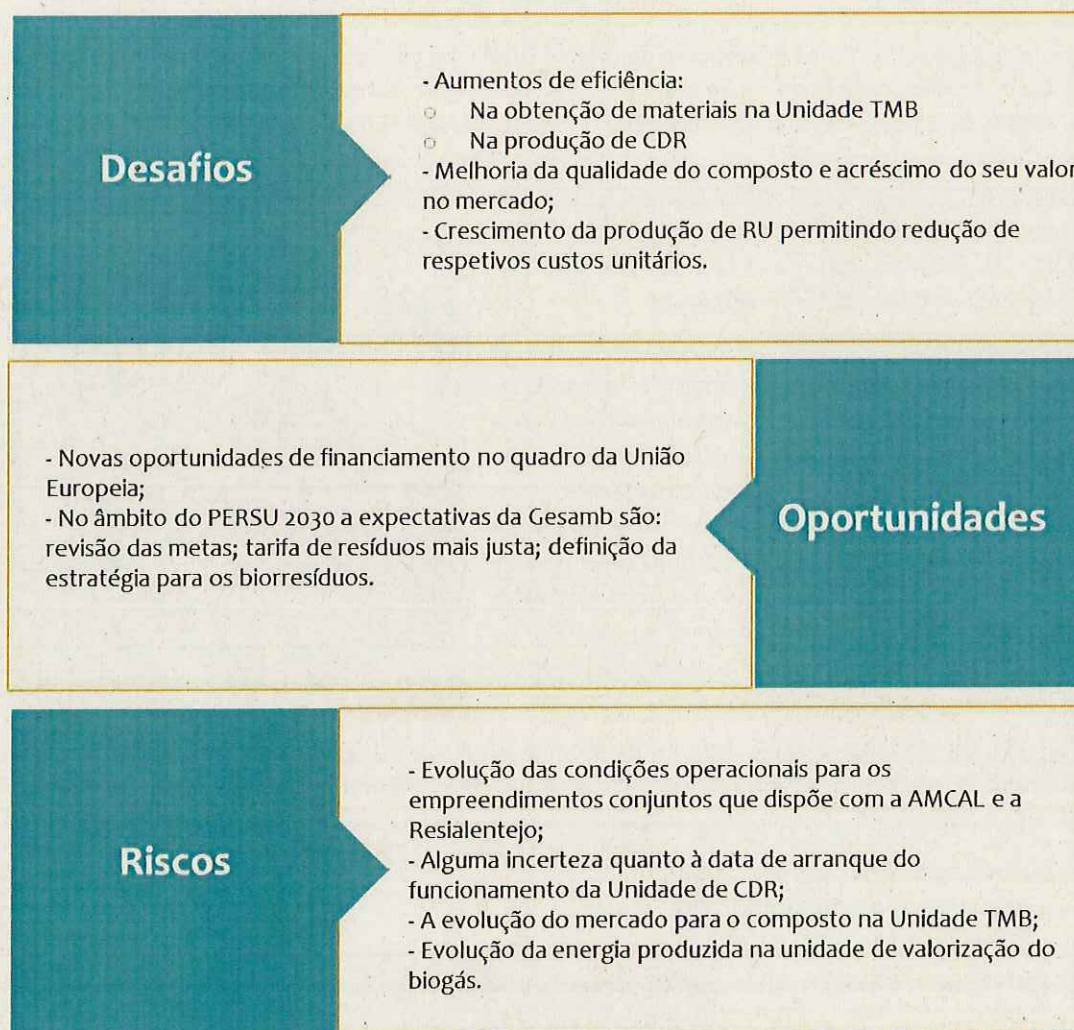
Figura 12 – Principais ações da Gesamb do PERSU 2020



O Plano de Ação 2015-2020, já terminado, veio permitir traduzir os principais compromissos objeto da gestão delegada assumida pela Gesamb em metas quantificadas, as quais foram devidamente enquadradas nas metas estabelecidas pelo Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020 (PERSU 2020) para o nível nacional.

Face à ambição das metas referidas, a Gesamb manteve [GRI 102-15], em 2022, um conjunto de desafios que pretende prosseguir em concertação com outras entidades e, principalmente, aproveitando as oportunidades que os recursos, nomeadamente no quadro dos financiamentos europeus, lhe puderam gerar. A Gesamb identifica também alguns riscos que poderão condicionar a sua estratégia futura.

A Figura 13 apresenta os principais Desafios, Oportunidades e Riscos da Gesamb.



Em fevereiro de 2020 e para concretização do projeto piloto de recolha seletiva de resíduos biodegradáveis (Évora+Verde POSEUR-264) em grandes produtores do setor não residencial no concelho de Évora (produção diária de RU inferior a 1.100 litros), em parceria com o município de Évora, foram disponibilizados contentores para deposição seletiva de RUB e foi implementado de um novo circuito de recolha dedicado desta fração, que é assegurado pela Câmara Municipal de Évora. Este projeto, esteve uns meses parado, devido à pandemia Covid-19, mas em 2021, foi possível retomá-lo e já foi possível perceber que recolha seletiva de biodegradáveis permitirá produzir um composto de elevada qualidade, sem que isso represente um aumento significativo dos custos da recolha dos resíduos indiferenciados.



Em 2021, decorreu a primeira fase do Estudo de Caracterização e Avaliação Técnica, Económica e Social para definição do Modelo de Recolha de Biorresíduos na Gesamb (Évora+Verde POSEUR-264 + Re-Planta POSEUR-268), com a identificação das zonas com potencial de implementação da compostagem e da recolha seletiva de biorresíduos. Os resultados obtidos devem merecer atenção como instrumento de participação entre os decisores, técnicos e restantes intervenientes nos sistemas de compostagem e de recolha seletiva de biorresíduos, de forma a estabelecer uma base analítica e crítica das potenciais soluções.

Em novembro de 2022 foi possível finalizar, a última fase do projeto piloto de recolha seletiva de resíduos biodegradáveis (Évora+Verde POSEUR-264), com o início da recolha seletiva em estabelecimentos, localizados no centro histórico, do canal HORECA (Hotéis, Restaurantes e Cafés), por parte do município de Évora. Assim sendo, foram disponibilizados contentores para deposição seletiva de RUB e foi implementado de um novo circuito de recolha dedicado desta fração, que é assegurado pela Câmara Municipal de Évora.

Foi ainda possível, em 2022, a conclusão do projeto Re-Planta, com especial destaque para a campanha: Missão Cascas Solidárias, projeto-piloto de reciclagem (compostagem doméstica e comunitária) de resíduos orgânicos, desenvolvido pela Gesamb em conjunto com os 12 municípios da sua área de intervenção, com o apuramento da verba a entregar a três Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do distrito de Évora, nomeadamente: ASCTE – Associação Socio-Cultural e Terapêutica de Évora, a CERCISTREMOZ – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, CRL e a CERCIMOR – Cooperativa para a Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Montemor-o-Novo, CRL.

A importante participação dos cidadãos permitiu que se alcançasse uma taxa de adesão à compostagem comunitária de 89% e a entrega de mais de 1 240 compostores domésticos. Representando, as duas soluções em conjunto, cerca de 2 500 famílias aderentes e um total de 7 200 cidadãos que já reciclam os seus resíduos orgânicos localmente por meio da compostagem com recurso aos equipamentos disponibilizados pelo projeto. Além de todos os benefícios ambientais para a região que podem ser retirados da prática da compostagem, também a solidariedade social marcou este projeto, ao transformar o “lixo” em apoios monetários a entregar a IPSS locais.

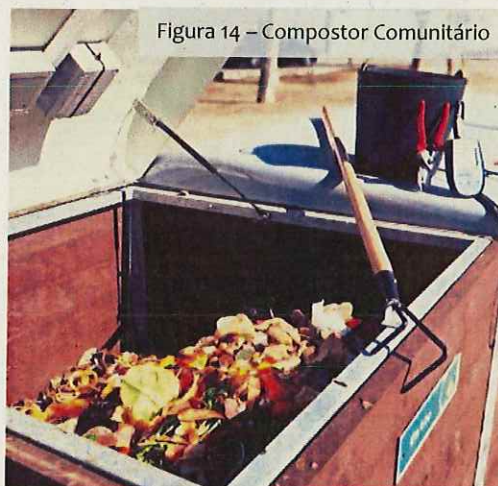


Figura 14 – Compostor Comunitário

Em 2021, foi concluída a construção do pavilhão destinado à triagem e armazenamento de resíduos perigosos recolhidos pela Unidade Especial de Recolha de Resíduos Perigosos (UER2P) (INOV II POSEUR - 185).

A UER2P é o um serviço de recolha disponibilizado pela Gesamb, concebido exatamente com o propósito de recolher em segurança os resíduos que são demasiado perigosos para serem colocados no lixo comum. Estamos a falar de cosméticos, telemóveis, eletrodomésticos, lâmpadas, aerossóis, produtos de limpeza, pesticidas, tintas, vernizes, pilhas, baterias, etc. Objetos de uso quotidiano, perfeitamente seguros, mas que possuem na sua composição materiais tóxicos, inflamáveis, corrosivos e até contaminantes. Razão pela qual devem ser descartados em segurança.



O serviço gratuito disponibilizado pela UER2P, em 2022, finalizou a 1ª itinerância e deu início à 2ª com estadias de 5 a 21 dias por local. Em 2022, a UER2P, esteve disponível 100 dias e foi possível recolher 4 220 kg de



pequenas quantidades de resíduos domésticos perigosos, na sua maioria pequenos equipamentos elétricos e eletrónicos (31%), pilhas e acumulares (25%) e lâmpadas (18%).

Em outubro de 2022, foi possível iniciar, a construção da Unidade de Valorização Orgânica, dedicada ao tratamento dos biorresíduos recolhidos seletivamente. Esta nova unidade, localiza-se junto às principais instalações da Gesamb (Évora) e conta com um investimento total que ultrapassa um milhão de euros. O projeto, pioneiro no Alentejo, está inserido num conjunto de investimentos que têm vindo a ser desenvolvidos pela Gesamb e pelos municípios que a integram, permitindo dotar a região com uma solução de tratamento de biorresíduos com capacidade para receber 5 000 mil toneladas/ano, dos quais resultarão cerca de 200 mil toneladas/ano de composto de elevada qualidade e com marca: Re-Planta. Estes investimentos estão incluídos em candidaturas da Gesamb, cofinanciados pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), com um investimento total de aproximadamente um milhão e quinhentos mil euros. A Gesamb prevê o arranque da nova unidade no 1.º semestre de 2023.



Figura 15 – Maquete Unidade Valorização Orgânica

Para a Gesamb, a sensibilização ambiental e a partilha de conhecimento junto da população da sua área de intervenção são encaradas como um dos seus maiores compromissos. A Gesamb tem vindo a tornar-se uma referência na realização de ações de sensibilização e educação ambiental, especialmente no que diz a realização de ações externas/formação e nas visitas às suas instalações, o que se comprova pelo número crescente de pedidos [GRI 413-1].

Em 2022, a Gesamb concretizou um forte investimento e aposta na campanha: Missão Cascas Solidárias, com vista a maximizar e incrementar a quantidade de materiais a enviar para reciclagem (compostagem doméstica e comunitária), em detrimento da recolha indiferenciada.



Figura 16 – TVI, Programa Esta Manhã (direto 17/02/22)

Em junho de 2022, foi realizada a 11ª edição do Encontro Técnico da Gesamb, evento que promove o diálogo, o debate, a partilha de experiências entre vários intervenientes, e em 2022, o foco esteve em duas temáticas: "PERSU 2030 e Reflexões dos projetos em curso da Gesamb (Re-Planta e UERRP)".



Figura 17 – 11ª edição Encontro Técnico

O trabalho na área da prevenção de 2022, concretizou-se na realização da iniciativa interna: "Roupeiro Circular", onde os participantes poderiam entregar peças de vestuário e levar o que entendessem e no Workshop "Têxteis Circulares e Sustentáveis", dirigido aos técnicos dos 12 Municípios da área de atuação da Gesamb, realizado no dia 25 novembro.

Em 2022, a Gesamb participou, em vários projetos e iniciativas externas como: PlaCarvões, kmo, SMEA, Eco-Escolas, Plano Sustentabilidade - CVRA [GRI 102-12].

A Gesamb tem uma Política de Patrocínios [GRI 102-25] que regula a atribuição, organização e aprovação de patrocínios e donativos. Os pedidos financeiros recebidos são avaliados pelo Conselho de Administração, que tem também a competência da sua atribuição.



## COMPROMISSO DA GESAMB: GERIR COM RESPONSABILIDADE

### OBJETIVOS E CONTRIBUTOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) e líderes mundiais adotaram formalmente a Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A Agenda 2030 foi construída com bases estabelecidas pelos Objetivos do Milênio (ODM), após um longo processo de consultas que envolveu empresas, governo e sociedade civil globalmente.

O resultado foram 17 objetivos que incluem aspetos sociais, ambientais e económicos a serem implementados por todos os países até 2030.

Assim, no que se refere aos temas de sustentabilidade, a Gesamb rege-se pela Agenda 2030 da ONU, que permite a gestão de riscos e conexões com o mercado. É possível elencar aos desafios do desenvolvimento sustentável com a visão e com a estratégia de negócios da empresa.

Todos os agentes da comunidade, incluindo as empresas, devem contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Neste sentido, a Gesamb contribui diretamente para os ODS através das atividades que desempenha e das políticas internas que assume.



Promovemos a criação de emprego digno e políticas de proteção dos trabalhadores.



Apostamos em infraestruturas de qualidade, de confiança, sustentáveis, resilientes e sustentáveis.



Apoiamos a saúde e o bem-estar dos nossos colaboradores e colaboradoras e da comunidade onde estamos presentes.



Promovemos a criação de emprego digno e igual para todos.

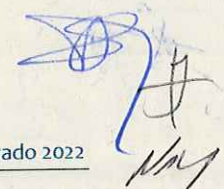


Apostamos na educação e formação da comunidade onde intervimos no âmbito da nossa atividade e dos nossos colaboradores e colaboradoras.



Pretendemos promover comportamentos de redução da produção de resíduos através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização.





Pretendemos incentivar a redução da produção de resíduos através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização.



Trabalhamos para atingir níveis elevados de produtividade, ao mesmo tempo que promovemos políticas de proteção dos trabalhadores e das trabalhadoras e emprego digno.



Apoiamos a luta contra as Alterações Climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono. Comprometemos-nos a contribuir de forma ativa para a proteção do meio ambiente.



Através das nossas atividades, temos em consideração a necessidade de proteção dos valores naturais existentes na região.

## INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE: DESEMPENHO AMBIENTAL

A Gesamb pretende que o seu desempenho ambiental decorra não só do cumprimento dos requisitos legais, mas também assente na adoção de políticas, regras e práticas que assegurem a melhoria contínua da gestão ambiental e dos recursos naturais no desenvolvimento das suas atividades.

A Gesamb não possui nenhum estudo ou plano próprio sobre riscos e oportunidades relativo às alterações climáticas. Existe, no entanto, um Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas elaborado pela CIM do Alentejo Central. Trata-se de um instrumento para preparar a comunidade do Alentejo Central para as adaptações a operar, nomeadamente quanto à variabilidade climática de curto prazo e aos eventos extremos, com o objetivo de reduzir as vulnerabilidades da região. Aponta também um conjunto de medidas em favor da sustentabilidade e da eficiência no uso dos recursos, nomeadamente a promoção de estratégias de baixo teor de carbono, a promoção da eficiência energética e a utilização de energias renováveis nas empresas [GRI 201-2].

## MATERIAIS

### Consumíveis

O consumo de recursos constitui um importante fator de competitividade, quer porque se traduz diretamente em custos de produção ou de prestação de serviços, quer porque revela a eficiência e tendência para a sustentabilidade das organizações.

No caso da Gesamb este consumo refere-se essencialmente à utilização de produtos vulgarmente designados de economato (e.g.: resmas de papel, envelopes, dossiers, toners e kits de impressão para as diversas máquinas), e de produtos de higiene e limpeza à base de papel (papel higiénico, toalhas para as mãos) [GRI 301-1].

Assim, de forma generalizada, os consumos destes materiais na sede da entidade apresentam uma elevada expressão se comparada com as restantes infraestruturas.

Importa, contudo, destacar que atualmente os processos nomeadamente de operação interna são cada vez menos físicos e que, como tal, os gastos associados a material são cada vez menores.



Quadro 2 – Consumo de papel

Material 2022	Valor e Unidade
Papel Reciclado	576 kg
Papel Branco	0 kg
<b>Total</b>	<b>576 kg</b>

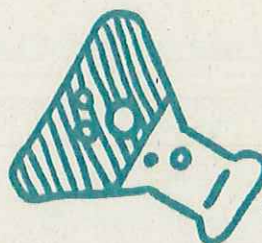


A Gesamb utiliza materiais reciclados nomeadamente para impressões, folhas de ofício e envelopes (papel estacionário) [GRI 301-2]. Comparando o ano de 2022 com 2021, verificou-se um aumento no consumo total de papel em cerca de 32%, no entanto, o consumo de materiais reciclados foi de 100%.

Importa ainda considerar os consumos associadas à Estação de Tratamento de Águas Lixiviadas (ETAL).

Quadro 3 - Consumo de materiais na ETAL

ETAL	Valor (Litros)
Acido sulfúrico 98%	67 034
Líquido de limpeza	2 609
Inibidor de precipitação	117
<b>Total</b>	<b>69 760</b>



Consumo de reagentes

**69 760 Litros**

O aumento verificado, no consumo de reagentes, de 2021 para 2022, deve-se ao aluguer de uma unidade extra de osmose inversa de forma a aumentar a capacidade de tratamento das águas lixiviantes.

## Energia

A racionalização do consumo de energia assume uma importância significativa no desempenho das organizações, tanto pelos respetivos impactes económicos positivos, como pelo seu papel no contexto da gestão de recursos e do contributo para cumprimento nacional das metas de emissão de gases com efeito de estufa (GEE).

Neste contexto, o consumo de energia elétrica na Gesamb está essencialmente associado a atividades de operação de gestão e exploração de todo o sistema, bem como atividades equiparáveis às administrativas (quer na sede da entidade quer nas suas infraestruturas associadas), com destaque para a utilização de computadores, fotocopiadoras, aparelhos de ar condicionado [GRI 302-1].

Consumo de Energia Elétrica

**1 095 MWh**



Os consumos possíveis de aferir dizem respeito à infraestrutura sede da Gesamb localizada em Évora. Durante o período em análise a instalação não sofreu alterações estruturais significativas no seu processo produtivo e sistemas auxiliares, não tendo sido identificadas quaisquer situações com impactes substanciais nas condições de uso e consumo de energia para além daquelas associadas às medidas de racionalização dos consumos de energia implementadas (p.e.: operacionalização do sistema de monitorização de reporte dos consumos de energia).



Comparando o ano de 2022 com o ano de 2021, verificou-se um **decréscimo de 14% no consumo total de energia elétrica**.

Já no que se refere às fontes de energia utilizadas, apesar deste indicador não ser uma responsabilidade da entidade, uma vez que o serviço é contratado, importa referir o progressivo aumento da introdução de fontes renováveis, assumindo desta forma relevância no que se refere ao compromisso de assegurar a redução das emissões de GEE ao nível nacional.

## Combustíveis

À semelhança da energia elétrica, a eficiência no consumo de combustíveis é um fator relevante para a sustentabilidade não só pelas suas implicações económicas, mas também pelos impactes ambientais associados às emissões de poluentes atmosféricos e à sua contribuição para as alterações climáticas.

### Gasóleo

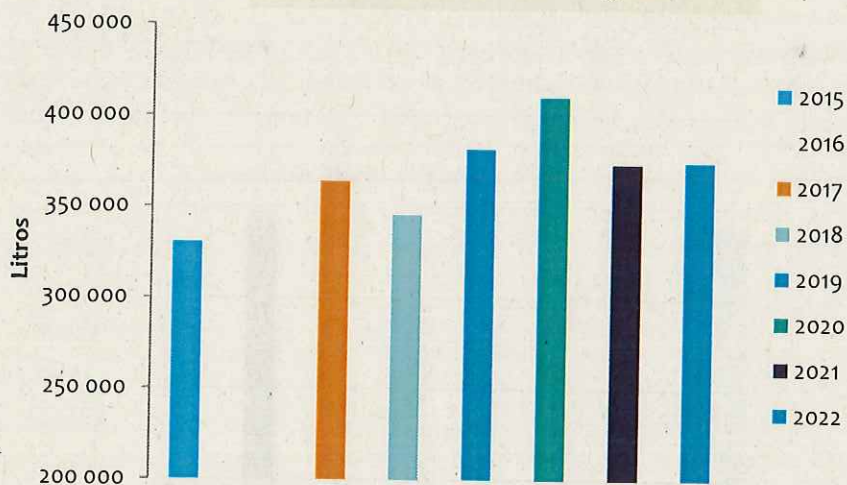
Os combustíveis fósseis, nomeadamente o gasóleo podem constituir-se como uma componente relevante no esforço financeiro, associado essencialmente aos serviços de recolha e transporte de resíduos.

Espera-se assim, nos anos subsequentes, dar continuidade à otimização das deslocações, como por exemplo articular deslocações e por consequente reduzir o seu número, essencialmente no que se refere aos veículos movidos a gasóleo, para além da substituição progressiva da frota por veículos com menores consumos ou que recorram a formas alternativas de energias, prevendo-se deste modo uma diminuição considerável das quantidades/valores atualmente despendidos. Comparando o ano de 2022 com o ano de 2021, verificou-se uma estabilização no número de litros consumidos, com um **aumento residual de 0,4%**.





Gráfico 2 – Consumo total de gasóleo



Atendendo aos consumos parciais, o Gasóleo destaca-se relativamente às restantes tipologias de energia utilizadas.

Assim, justifica-se o investimento pela Gesamb na aposta da renovação da frota por veículos de menores consumos e otimização da rota de recolha de resíduos.

Consumo energético global

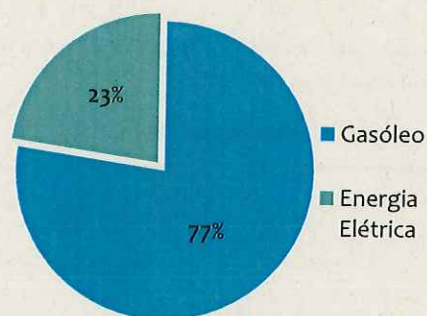
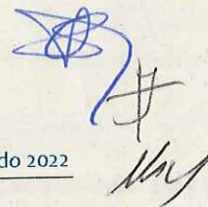


Gráfico 3 – Percentagem de consumo total de gasóleo e energia elétrica.

A Gesamb, como Instalação Consumidora Intensiva de Energia, está sujeita à realização bienal de um Relatório de Execução e Progresso do Acordo de Racionalização dos Consumos de Energia (ARCE). De acordo com o ARCE, estão previstas as seguintes medidas de racionalização dos consumos de energias [GRI 302-4]:

- Operacionalização do Sistema de Monitorização de Reporte dos Consumos de Energia;
- Reajuste da Frequência de Funcionamento dos Biofiltros;
- Processo de renovação da frota;
- Controlo regular da pressão dos pneus.





## Intensidade Energética [GRI 302-3]

A Intensidade Energética (IE) é calculada através do quociente entre o consumo total de energia e o Valor Acrescentado Bruto das Atividades (VAB) empresariais diretamente ligadas ao aterro sanitário da Gesamb. Assim, tendo em consideração os referidos indicadores, a Gesamb registou, em 2022, uma intensidade de 0,124 ktep/€. Em 2022 verifica-se uma **diminuição da Intensidade Energética de 66%**, face ao ano de referência (ano de 2015, com IE = 0,219 ktep/€).



Entendendo a Gesamb como uma empresa com atividade industrial, pelas atividades operacionais que realiza bem como entidade com gestão das áreas sociais da empresa – refeitórios, balneários, posto médico, casas de banho, é necessário que efetue uma gestão sustentável da água que consome, quer ao nível do tratamento dos resíduos quer ao nível do consumo humano.

## Consumo de água

A água consumida pelas infraestruturas localizadas na sede da Gesamb é proveniente de um furo de captação de água subterrânea e de abastecimento da rede pública [GRI 303-1]. Em 2022 registou se um **consumo de água de 4 250 m³**, o que representa um **aumento de 11%** quando comparado com o ano 2021.



## Qualidade

As infraestruturas na sede da Gesamb (Évora) e onde se localiza o Aterro Sanitário Intermunicipal, dispõem de diversas infraestruturas de proteção dos recursos hídricos, nomeadamente:

- Drenagem de Águas Pluviais;
- Drenagem de Águas Freáticas;
- Drenagem de Lixiviados;
- Monitorização dos Lixiviados e Águas Subterrâneas.

As águas residuais tratadas podem e são reutilizadas, na sua totalidade, no Parque de Gestão Ambiental da Gesamb, como água de serviço (nomeadamente em lavagens de viaturas e pavilhões, rega dos biofiltros da unidade de TMB, humedificação do composto), na rega de espaços verdes e como reserva de incêndio [GRI 303-3].

Ainda sobre a qualidade da água, no âmbito da Licença Ambiental n.º 369/2010 emitida a Gesamb foi definido que a proteção das águas subterrâneas, seriam feitas ao longo de todo o período de exploração, medições (semestralmente e mensalmente, dependendo dos parâmetros a avaliar), de modo a obter informações sobre a qualidade destas águas suscetíveis de serem afetadas por descargas do Aterro.



## BIODIVERSIDADE

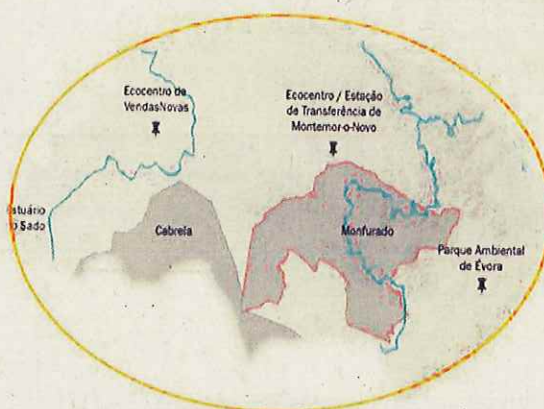
Tal como referido anteriormente, a Gesamb tem a seu cargo a exploração das seguintes infraestruturas, que fazem parte do Sistema Intermunicipal de Resíduos Urbanos:

- Aterro, Centro de Triagem, Ecocentro, Alvéolos de armazenamento, Unidade de Valorização de Resíduos de Construção e Demolição e Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (UTMB);
- Estação de Transferência e Ecocentro de Borba;
- Estação de Transferência e Ecocentro de Montemor-o-Novo;
- Estação de Transferência e Ecocentro de Mora;
- Estação de Transferência e Ecocentro de Reguengos de Monsaraz;
- Ecocentro de Estremoz;
- Ecocentro de Vendas Novas.

Nenhuma das explorações acima referidas está situada em áreas protegidas ou classificadas [GRI 304-1].

No entanto e tal como mostra a Figura 20, a Estação de Transferência e Ecocentro de Montemor-o-Novo encontra-se a uma distância de apenas 1,5 km de um Sítio de Importância Comunitária (SIC Monfurado), pelo que importa ter em atenção os potenciais impactos da circulação de viaturas pesadas inerentes à atividade da Gesamb em habitats ou espécies sensíveis [GRI 304-2 e 304-3], que se encontrem ao abrigo tanto da Diretiva Habitats como da Diretiva Aves da Comissão Europeia [GRI 304-4].

Figura 20 – Localização dos SIC – Rede Natura 2000 na região.

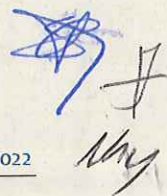


De modo a que a dinâmica natural e ecológica se mantenha na envolvente do aterro sanitário de Évora, está contemplado um arranjo paisagístico (Recuperação e Integração Paisagística) [GRI MM2] para durante todo o seu funcionamento, e após as ações de cobertura final (encerramento) dos alvéolos de deposição de resíduos.

Desta forma, com a solução de Recuperação e Integração Paisagística concebida, pretende atingir-se objetivos de ordem: estética, funcional e económica.

- Relativamente aos objetivos **estéticos**, pretende minimizar-se o impacto visual provocado pela presença do Aterro na paisagem, através da utilização criteriosa da vegetação (espécies características da região), procurando também atingir-se um enquadramento visual de qualidade.
- Do ponto de vista **funcional**, pretende garantir-se condições de estabilização dos taludes resultantes do enchimento dos alvéolos de resíduos, e proteger os taludes e as áreas sem vegetação, contra os efeitos negativos dos processos erosivos de natureza hídrica e/ou eólica. A estabilização será conseguida pela modelação superficial do aterro ao longo da exploração e aquando do processo de encerramento, e por intermédio de um adequado revestimento vegetal.
- Do ponto de vista **económico**, é previsível que a diminuição dos problemas de erosão e a promoção do equilíbrio ecológico da área permita reduzir os custos ambientais e estruturais inerentes à obra. Por outro





lado, são propostas medidas construtivas de integração paisagística que minimizem os seus custos de manutenção.

Como já mencionado anteriormente, existe um plano de encerramento [GRI MM10] para o aterro sanitário de Évora, onde o recobrimento final permitirá garantir o repovoamento vegetal da zona em causa de acordo com os seguintes pressupostos paisagísticos e biofísicos:

- Espécies, o mais possível, pertencentes à vegetação climática potencial da região, nomeadamente no estrato arbustivo e arbóreo;
- Aplicação através de sementeira de espécies herbáceas em toda a área de intervenção complementada com espécies arbustivas na zona da massa de resíduos encerrados e taludes;
- Aplicação de espécies vegetais leguminosas pioneiras como dominância das misturas germinativas para as sementeiras do tipo prado ou relvado, para áreas de ajardinamento interno;
- Introdução de algumas espécies vegetais arbustivas de características ornamentais, aromáticas e de flor, nas zonas verdes ajardinadas no layout interno das instalações de apoio.

## EMISSIONES

As emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) promovem alterações climáticas devido ao seu efeito na absorção, reflexão e reemissão de radiação infravermelha para a superfície terrestre.

Importa considerar neste contexto duas componentes:

- As emissões geradas no **aterro sanitário intermunicipal** - estimadas em **1 711 tCO<sub>2</sub>-eq** em 2022, deduzindo o biogás captado para valorização energética.
- As emissões associadas às **atividades operacionais** da Gesamb, resultantes essencialmente do consumo de combustíveis fósseis (da frota de veículos de recolha de resíduos) e de energia elétrica (instalações, equipamentos e frota automóvel de apoio - estimadas em **1 485 tCO<sub>2</sub>-eq** em 2022 (dados apenas associados às infraestruturas sede da Gesamb - Évora) [GRI 305-1].

A redução das emissões da Gesamb passa fundamentalmente pela otimização das deslocações, mas também pela adequada manutenção dos veículos e substituição gradual da frota por opções menos poluentes ou que recorrem a formas alternativas de energia [GRI 305-5].

**1 485 t CO<sub>2</sub>-eq.**



Também no que se refere ao consumo de energia, apesar da Gesamb não deter qualquer responsabilidade sobre as fontes de energia utilizadas pelo fornecedor para produção de energia elétrica, poderá contribuir para a diminuição de emissões através da escolha ou adaptação de edifícios inteligentes e energeticamente eficientes, bem como sensibilizar os seus colaboradores e as suas colaboradoras para o correto manuseamento dos equipamentos elétricos e eletrónicos necessários ao desempenho das suas funções.

Em 2019, entrou em funcionamento uma unidade de pequena produção de energia (UPP), para valorização energética do biogás produzido no Aterro Sanitário Intermunicipal do distrito de Évora e injeção na Rede Elétrica de Serviço Público (RESP) da totalidade da energia produzida, existindo um claro contributo da Gesamb para a produção de energia “limpa.” Em 2022, a Gesamb injetou na RESP **1 062 Mh**, -7% que em 2021.



## EFLUENTES E RESÍDUOS

A Gesamb também gera efluentes e resíduos, em resultado da atividade que pratica e do número de pessoas – trabalhadores e trabalhadoras e visitantes – que diariamente se encontram nas suas diversas instalações.

Os efluentes originados nas várias unidades operacionais da infraestrutura e do aterro sanitário são tratados internamente na Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL) [GRI 306-1], constituída atualmente por cinco lagoas de armazenamento, duas unidades de osmose inversa e uma lagoa de macrófitas.

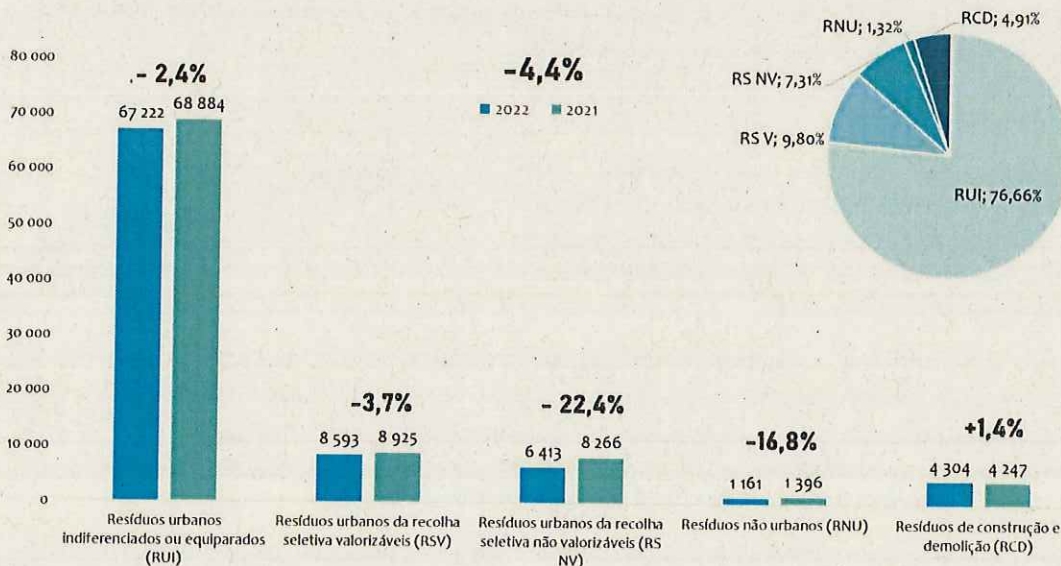
No que concerne aos resíduos produzidos, estes são de várias tipologias e podem ser agregadas em duas grandes categorias: os resíduos que são geridos internamente em conjunto com os resíduos rececionados (como por exemplo, o papel/cartão, embalagens de plástico e os resíduos indiferenciados) e os resíduos que têm que ser enviados para um operador externo (tais como os óleos minerais resultantes da oficina de manutenção de viaturas) [GRI 306-2]. A empresa trabalha anualmente com um vasto leque de operadores de gestão de resíduos, devidamente licenciados para poder proporcionar um correto e adequado encaminhamento aos resíduos da produção interna da empresa.

## GESAMB – ATIVIDADE OPERACIONAL

### RECEÇÃO DE RESÍDUOS

Foram rececionadas um total de **87 693 ton** de resíduos em 2022, menos 4 023 ton (-4,4%) do que em 2021. Destas 94% são resíduos urbanos e o restante resíduos não urbanos incluindo os resíduos de construção e demolição (4,91% do total).

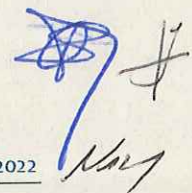
Gráfico 4 – Total de resíduos recebido (ton.), evolução 2022 e 2021.



Os **resíduos urbanos (RU)** são resíduos provenientes de habitações, bem como outros resíduos que, pela sua natureza ou composição, sejam semelhantes aos resíduos provenientes de habitações. São considerados resíduos urbanos os resíduos produzidos:

- pelos agregados familiares (resíduos domésticos)
- por pequenos produtores de resíduos semelhantes (produção diária inferior a 1.100 l)
- por grandes produtores de resíduos semelhantes (produção diária igual ou superior a 1.100 l)





Consideram-se assim resíduos urbanos os resíduos urbanos e equiparados (resíduos domésticos, do comércio, indústria e serviços), incluindo as frações recolhidas seletivamente. Podem também ser classificados como resíduos urbanos os resíduos de embalagens (incluindo resíduos urbanos e equiparados de embalagens, recolhidos separadamente), desde que sejam provenientes dos agregados familiares (resíduos domésticos) ou semelhantes a estes, provenientes dos sectores dos serviços, indústria ou estabelecimentos comerciais.

São considerados resíduos não urbanos os que não têm enquadramento nos resíduos urbanos, ou seja, pneus, óleos minerais usados, os resíduos de construção e demolição, as lamas de depuração de águas residuais domésticas e a mistura de plásticos.

Relativamente aos resíduos urbanos estava previsto no Orçamento e Plano Económico e Financeiro da Gesamb para 2022 receber um total de resíduos urbanos indiferenciados (inclui resíduos limpeza urbanos) anual de 67 907 toneladas, verificando-se que a quantidade recebida corresponde a 99% dessa previsão, menos 686 toneladas do que o previsto.

Quando comparado com o ano 2021 verificaram-se os aumentos nas quantidades entradas dos seguintes fluxos de resíduos urbanos:

- Resíduos de cozinhas e cantinas, mais 104 toneladas (+269%);
- Embalagens de vidro, mais 50 toneladas (+2%);
- Embalagens de madeira, mais 62 toneladas (+34%);
- Resíduos domésticos perigosos (UERRP), mais 2,4 toneladas (+269%)

O aumento verificado nos resíduos de cozinha e cantinas, assim como dos resíduos domésticos perigosos é explicado pela implementação de dois projetos piloto: a recolha seletiva resíduos de cozinha e cantinas, implementado em parceria com o Município de Évora que assegura a sua recolha e a recolha seletiva resíduos domésticos perigosos com a Unidade Especial de Recolha de Resíduos Perigosos (UERRP) que percorre em regime de itinerâncias os 12 municípios.

Em sentido inverso, verificou-se uma redução na entrada dos seguintes fluxos de resíduos (urbanos e não urbanos):

- Resíduos urbanos indiferenciados, menos 1 648 toneladas (-2%);
- Volumosos (monstros não ferrosos), menos 1 844 toneladas (-23%);
- Papel/cartão, menos 266 toneladas (-8%);
- Resíduos verdes, menos 233 toneladas (-18%);
- Pneus, menos 153 toneladas (-18%).



Quadro 4 – Resíduos recebidos, toneladas

Resíduo (ton.)	Natureza Resíduo	2022	2021	Var. 22/21 %	Var. 22/21 ton.	Peso %
Resíduos urbanos indiferenciados	RURI	66 910	68 558	-2,4%	-1 648	76,33%
Resíduos de cozinhas e cantinas	RURSV	142	39	268,7%	104	0,16%
Resíduos da limpeza de ruas	RURI	312	326	-4,4%	-14	0,36%
Roupas e têxteis	RURSNV	3	8	-62,3%	-5	0,00%
Monstros não ferrosos	RURSNV	6 410	8 183	-22,5%	-1 844	7,23%
Monstros não ferrosos - rótulos/fitas	RURSNV	71	75	-5,9%	-4	0,08%
Resíduos verdes	RURSV	1 088	1 321	-17,7%	-233	1,24%
Embalagens de vidro	RURSV	2 288	2 238	2,2%	50	2,61%
Embalagens de madeira	RURSV	243	181	34,4%	62	0,28%
Papel/cartão	RURSV	3 038	3 304	-8,1%	-266	3,47%
Embalagens de plástico e metal	RURSV	1 700	1 701	-0,1%	-1	1,94%
Monstros ferrosos	RURSV	27	64	-58,0%	-37	0,03%
Equipamento elétrico	RURSV	33	46	-28,6%	-13	0,04%
Pilhas/acumuladores	RURSV	2	0	1244,4%	2	0,00%
Pneus	RURSV	720	873	-17,5%	-153	0,82%
Mistura de plásticos	RNU	11	68	-84,0%	-57	0,01%
Lamas de depu. de águas resíduos domést.	RNU	428	453	-5,5%	-25	0,49%
Resíduos de construção e demolição (RCD)	RNURCD	4 304	4 247	1,4%	58	4,91%
Óleos minerais usados	RNU	3	3	-5,4%	0	0,00%
Óleos alimentares usados	RURSV	29	31	-3,6%	-1	0,03%
Resíduos Perigosos (UER2P)	RURSV	3	1	268,9%	2	0,00%
<b>Total de Resíduos Recebidos</b>		<b>87 693</b>	<b>91 717</b>	<b>-4,4%</b>	<b>-4 023</b>	<b>100,00%</b>

## VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

### RECOLHA SELETIVA

Durante o ano de 2022 foram recolhidas seletivamente, processadas e enviadas para reciclagem **7 748 ton**, menos **246 ton** que em 2021.

Quadro 5 – Material rececionado com potencial de valorização/ material encaminhado (ton.)

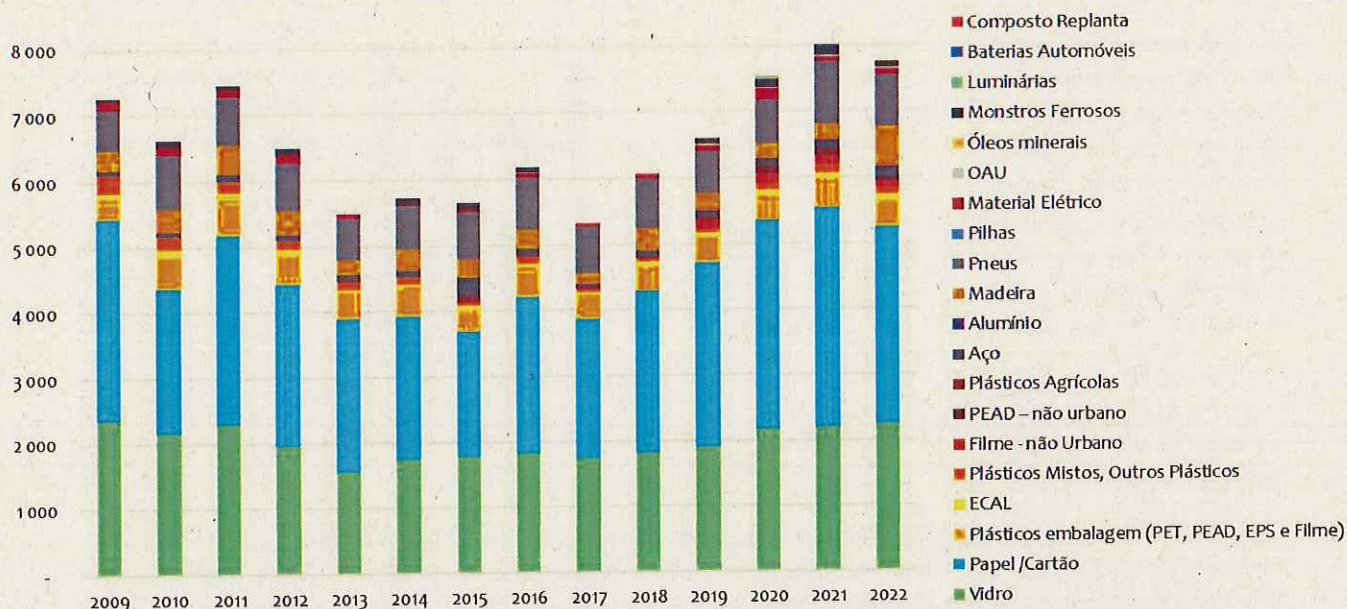
	2022*	2021*	Var. Ton. 22/21	Var. %. 22/21
Material rececionado	9 323	9 865	-293	-3,30%
Material enviado para reciclagem	7 748	7 994	-246	-3,08%
<b>Rececionado/ Encaminhado</b>	<b>90,17%</b>	<b>89,96%</b>		

\*Nota: Inclui resíduos verdes, resíduos alimentares de cantinas, pneus, mistura de plásticos e composto e não inclui os Resíduos de Construção e Demolição (RCD)

O processo de triagem dá origem a mais de 20 frações diferentes que são encaminhadas para diferentes recicladores, em 2022 foi retomado 90,17% do material recebido.



Gráfico 5 – Retoma de recicláveis da fração recolha seletiva (ton.)



A variação registada no período em análise relativamente ao mesmo período de 2021 é influenciada por variações negativas e positivas, nomeadamente:

- Aumentos verificados com especial destaque para as frações: madeira (+366 ton), vidro (+45 ton), embalagens de metal (+37 ton) e composto da recolha seletiva (RE-Planta) (+7 ton);
- Reduções verificadas com especial destaque para as frações: papel/cartão (-348 ton), pneus (-168 ton), plásticos não urbanos (-100 ton), monstros ferrosos (-64 ton) e embalagens plástico e ECAL (-42 ton).

A diminuição das retomas deve-se essencialmente à diminuição da quantidade de papel/cartão. Verifica-se, igualmente, que a taxa de refugo resultante do processamento de embalagens de plástico/metal tem vindo a aumentar, a presença de resíduos volumosos, especialmente de plástico, é um dos principais problemas, não só porque dificulta o processo de triagem, mas também prejudica a integridade dos equipamentos, resultando no incremento da quantidade de refugo e aumento de resíduos encaminhados para aterro.

De assinalar ainda em 2022 a produção, certificação e venda de composto da recolha seletiva. O Re-Planta, é um composto orgânico, 100% natural, produzido com as sobras das refeições e da poda de jardins e parques. Estes biorresíduos são recolhidos seletivamente pelos municípios e entregues na unidade de compostagem da Gesamb. Pela qualidade das matérias-primas e controlo do processo de fabrico na Gesamb este corretivo composto é de Classe I «a utilizar em agricultura», de acordo com a legislação em vigor.

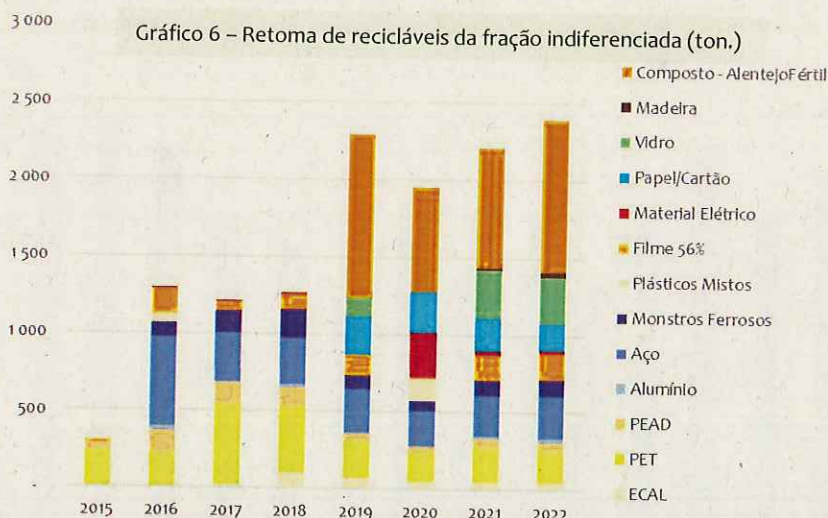


## RECOLHA INDIFERENCIADA – UTMB

O resíduo colocado no contendor indiferenciado, que como vimos anteriormente representa ainda 77% do total de recolhas é encaminhado para uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico onde se pretende ainda recuperar material reciclável e compostável evitando assim a sua deposição em aterro.

No gráfico 6 estão representadas as quantidades e materiais recuperados ao longo dos últimos 8 anos.

Gráfico 6 – Retoma de recicláveis da fração indiferenciada (ton.)



Das frações e quantidades encaminhadas para reciclagem em 2022, comparativamente com 2021 verifica-se um acréscimo de 184 ton relativamente ao ano anterior. Este aumento deve-se especialmente à venda de +213 ton de composto e ao envio para reciclagem de +19 ton de aço, +15 ton de madeira, +13 ton material elétrico e +10 ton de alumínio.

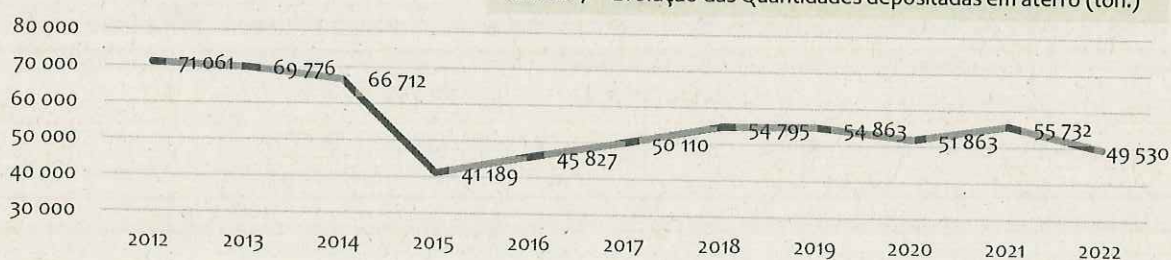
Em sentido contrário, foram enviadas menos 39 ton de papel/cartão, menos 17 ton. de PET e menos 12 ton de vidro para reciclagem.

Em 2022 foram ainda escoadas 988 ton de composto.

## ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS

Comparativamente com o ano anterior verifica-se, em 2022, uma diminuição de 12,52% nas quantidades depositadas em aterro, menos 6 202 ton.

Gráfico 7 – Evolução das Quantidades depositadas em aterro (ton.)



Esta diminuição está relacionada com a diminuição das quantidades de resíduos indiferenciados recebidos, assim como do fluxo de monstros não ferrosos. Houve igualmente um aumento das quantidades de resíduos indiferenciados processados na Unidade TMB e iniciou-se a triagem de material do fluxo de resíduos volumosos.



Quadro 6 - Total de Resíduos rececionados versus deposição em aterro

Resíduo (ton.)	Ano 2022	Ano 2021	Varição 2022/2021
Resíduos Urbanos*	82 227	86 074	-3 847
Urbanos indiferenciados	67 222	68 558	-1 336
Depositado em Aterro	49 530	55 732	-6 202
% Resíduos Depositado Aterro/RU indiferenciado	73,68%	81,29%	
% Resíduos Depositado Aterro/ Total Resíduos Urbanos	60,24%	64,75%	

\*Nota: não estão incluídos os resíduos não urbanos.

## GESTÃO DE PESSOAS

Desde 2018 está em vigor o Acordo de Empresa (Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 5, 8/2/2018) que regula as relações laborais entre a empresa e os trabalhadores(as), de forma a assegurar os direitos, os deveres e as obrigações entre as partes. O Acordo de Empresa garante assim benefícios e direitos aos colaboradores(as) para além dos estabelecidos na legislação em vigor [GRI 102-11].

Os benefícios dos colaboradores e das colaboradoras [GRI 201-3], devidamente reportados nas contas da empresa, incluem os salários, subsídios de férias e de Natal, prémios de produtividade, suplemento de penosidade e risco, subsídio de alimentação e abonos para falhas ou outras atribuições adicionais decididas pelo órgão de gestão. Além destes benefícios de curto prazo são também efetuadas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a legislação aplicável.

Desde a sua constituição (Gesamb), que a preocupação em promover um clima de bem-estar social aos seus colaboradores(as) e respetivos familiares está presente e foi inscrito nos estatutos da empresa que previu a criação de um Fundo para Fins Sociais (nos termos do artigo 31.º dos seus Estatutos), para apoiar atividades de Educação, Saúde e Natalidade [GRI 401-2]. Contudo, atendendo às crescentes restrições financeiras de gestão do mesmo, assim como a evolução do seu enquadramento fiscal, esta opção foi descontinuada e substituída, em janeiro de 2020, por um Seguro de Saúde.

Todos os colaboradores da Gesamb, ou seja, 100% dos colaboradores e das colaboradoras da Gesamb com vínculo permanente, foram em 2022 submetidos a avaliação de desempenho e de desenvolvimento de carreira [GRI 404-3].

No final de 2020, foi aprovado o Plano para a Igualdade segundo o qual se promovem ações anuais, desde 2021. Este Plano define os objetivos, medidas e as metas a atingir para a promoção da igualdade entre mulheres e homens, identificando os aspetos organizacionais relativamente aos quais se afigura necessário intervir e introduzir alterações, eliminando entropias potenciadores de discriminação em matéria de género e alavancando práticas facilitadoras da concertação entre a vida pessoal e familiar com a vida profissional.

Em 2021, a Gesamb realizou, em conjunto com a Great Place to Work, um estudo para a avaliação da satisfação dos colaboradores(as) com vista a identificar, com assertividade, as melhores políticas de gestão, em particular dos recursos humanos, assim como os principais aspetos que contribuiriam para elevar o nível de satisfação com as funções desempenhadas e a Gesamb. Este trabalho iniciou-se com a aplicação de um inquérito anónimo a todos os colaboradores(as) e teve continuidade num Plano de Ação cuja implementação se iniciou em 2022 e que terá continuidade no ano em curso.

Nesse sentido a Gesamb mantém um forte compromisso com a formação e desenvolvimento das competências dos seus colaboradores(as), tanto nas áreas comportamentais como técnicas, que resultou na realização, em 2022, de 109 ações de formação.



Por sua vez, a proteção social na parentalidade está garantida de acordo com o previsto na Legislação Portuguesa (artigo 35.º do Código do Trabalho), pela qual a Gesamb se rege. Refira-se neste contexto que 3 trabalhadores usufruíram da licença de parentalidade em 2022 [GRI 401-2 e 401-3].

O salário mínimo praticado pela empresa no período em causa era de 710 euros, 6,8% acima do valor de 2021 e 0,7% acima do valor do salário mínimo nacional, não se registando diferença de valor praticado por género [GRI 202-1].

## REPARTIÇÃO DO EFETIVO

Quadro 7 – Estrutura de Categorias de Grupos Profissionais

Grupo Profissional	Categoria Profissional	2022	2021	2020
Quadros de Chefia e Direção	Diretor Geral	1	1	1
	Diretor Técnico	3	3	3
Quadros Superiores e Técnicos	Técnico Superior	8	8	8
	Administrativo	6	6	6
Quadros Operacionais	Operador Especializado	28	28	29
	Operador Manobrador	10	10	10
	Operador	50	47	45
		106	103	102

No final de 2022, Gesamb contava com 106 colaboradores, mais 3 que em igual período do ano anterior (resultante de 19 admissões na empresa e 17 saídas). Desta forma, em 2022, o índice global de rotatividade foi de 17% e a taxa de demissões foi de 16%.

O índice geral de rotatividade foi mais elevado nos escalões etários dos 20-29 anos (30%) [GRI 401-1] e na Unidade de Valorização e Tratamento de Resíduos (35,6%).

Quadro 8 – Índice global de rotatividade (2022)

	Escalão etário					Total	Sexo	
	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69		Feminino	Masculino
Entradas	5	6	8	4	0	23	5	18
Saídas	3	5	8	3	1	20	6	14
N.º colaboradores(as)	10	37	45	28	6	126	37	89
Índice Geral de Rotatividade (1)	40%	15%	18%	13%	8%	17%	15%	18%
Taxa de Desligamento (2)	30%	14%	18%	11%	17%	16%	16%	16%

(1)  $[(N^{\circ} \text{ Admissões} + N^{\circ} \text{ Demissões}) / 2] / N^{\circ} \text{ Funcionários Ativos}$

(2)  $N^{\circ} \text{ Demissões} / N^{\circ} \text{ Funcionários Ativos}$

Cerca de 79 % dos funcionários permanentes da empresa tem naturalidade do Alentejo Central [GRI 202-4].

Quadro 9 – Origem dos funcionários da Gesamb

Funcionários da Gesamb	
N.º total de funcionários	106
N.º funcionários com naturalidade distrito de Évora	74
% de funcionários da Gesamb com naturalidade no Alentejo Central (Distrito de Évora)	70%

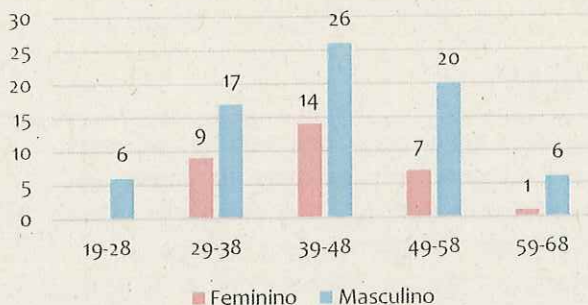
Em relação ao vínculo contratual, 92 colaboradores (87%) encontram-se com contrato sem termo, menos um que no final de 2021.



## NÍVEL ETÁRIO

Em 2022 verificou-se um aumento de colaboradores na faixa etária dos 39-48 anos (+5,3%), na faixa etária dos 49-58 anos (+22,7%) e na faixa etária dos 59-68 anos (+ 16,7%). Em sentido inverso, verificou-se uma diminuição na faixa etária dos 19-28 anos (-14,3%) e na faixa etária dos 29-39 anos (-13,3%). É a faixa dos 39-48 anos a abarcar a maior parte do pessoal ao serviço com 40 pessoas (37,7%), seguido da faixa etária dos 49-58 anos com 27 pessoas (25,5%).

Gráfico 8 – Escalões Etários



Com 59 ou mais anos existiam em 2022, 6 colaboradores do sexo masculino e 1 colaboradora do sexo feminino [GRI 405-1].

A média etária dos colaboradores no final de 2022 ronda os 44 anos, praticamente idêntica à registada no final do ano de 2021.

## NÍVEIS HABILITACIONAIS

No que concerne às habilitações literárias os colaboradores encontravam-se distribuídos da forma seguinte: 44,7% com diploma do ensino básico, 41,7% possuem o ensino secundário e 13,6% são titulares de formação superior.

Em relação a igual indicador de 2021, houve um ligeiro aumento dos diplomados com o ensino secundário (+1,5%).

Em 2021 continua a verificar-se que o número de homens é superior ao número de mulheres, em todos os níveis de escolaridade.

Gráfico 9 – Habilitações Literárias

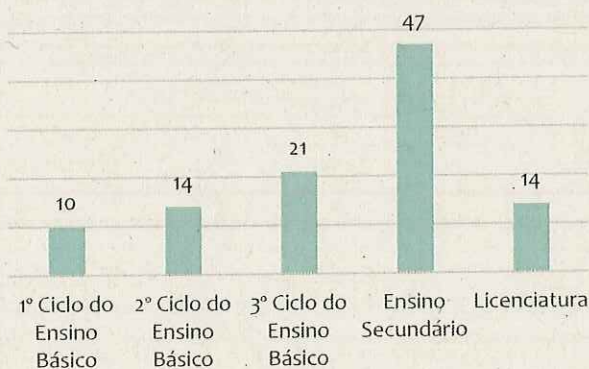
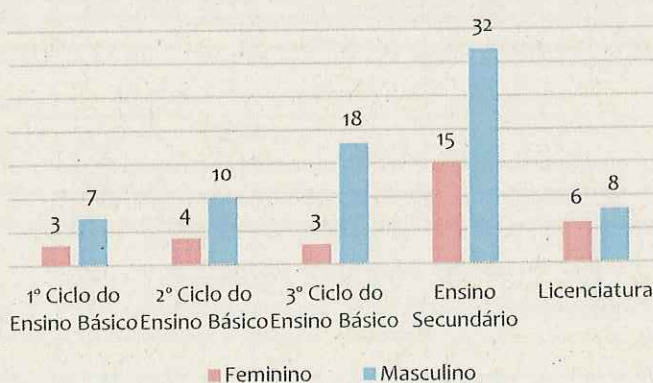


Gráfico 10 – Habilitações Literárias, por sexo



Do conjunto de funcionários 12 são técnicos superiores (cerca de 11% do total) - mestres e licenciados, sendo que destes, cinco foram recrutados no Alentejo Central (45%) [GRI 202-2].

O número de colaboradores do sexo masculino é superior ao número de colaboradores do sexo feminino em todos os níveis de escolaridade [GRI 102-8, 405-1].



Em 2022, verificou-se que o rácio de salário base das mulheres e homens foi de 0,89 e o rácio de remuneração das mulheres e homens de 0,88 [GRI 405-2].

## FORMAÇÃO

Durante o ano de 2022 foram realizadas 109 ações de formação, com 682 participações, perfazendo o total de 4 890 horas de formação, o que equivaleu a uma média de 7,2 horas de formação por participante [GRI 404-1] e em termos percentuais significou um aumento de 44,5% de participações e um aumento de 33,6% de total de horas de formação.

No período homólogo de 2021, foram registadas 472 participações em 67 ações de formação, num total de 3 662 horas de formação.

Quadro 10 – Participações e horas de formação por género (2022)

	Sexo		TOTAL
	Masculino	Feminino	
Total de participações	487	195	682
Total de horas de formação	3 474	1 416	4 890
Horas de formação/ participantes	7,1	7,3	7,2

Em 2022 das 682 participações em ações de formação, cerca de 71,4% foram de colaboradores do sexo masculino que receberam uma média de 7,1 horas de formação. As colaboradoras do sexo feminino receberam uma média de 7,3 horas de formação [GRI 404-1].

## TAXA DE ABSENTISMO

No ano de 2022, devido à pandemia provocada pela COVID 19, continuou-se a registar um valor elevado da taxa de absentismo que se manteve idêntica ao valor registado em 2021, 16%.

A Gesamb, está inserida com um CAE - Tratamento e eliminação de resíduos - 38212, considerada atividade ou trabalhos de risco elevado, e de acordo com a legislação em vigor (Lei nº 3/2014, artigo 79º) tem enquadramento nas atividades que implicam a exposição a agentes biológicos do grupo 3 ou 4 [GRI 403-3].

Gráfico 11 – Formação

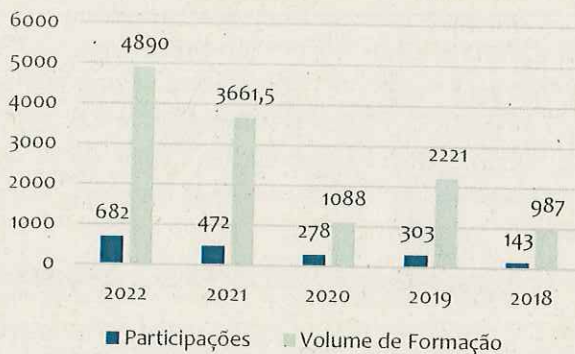


Gráfico 12 – Taxa de Absentismo





*Handwritten signature and initials in blue ink.*

## SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A Gesamb dispõe de serviços internos de SHST e no âmbito do tema saúde e segurança no trabalho a Gesamb, de acordo com o inscrito no Manual de Gestão – Qualidade, Ambiente e Segurança, compromete-se, de uma forma integrada, a desenvolver as suas atividades, produtos e serviços de acordo com o cumprimento dos seguintes princípios [GRI 102-11], entre outros:

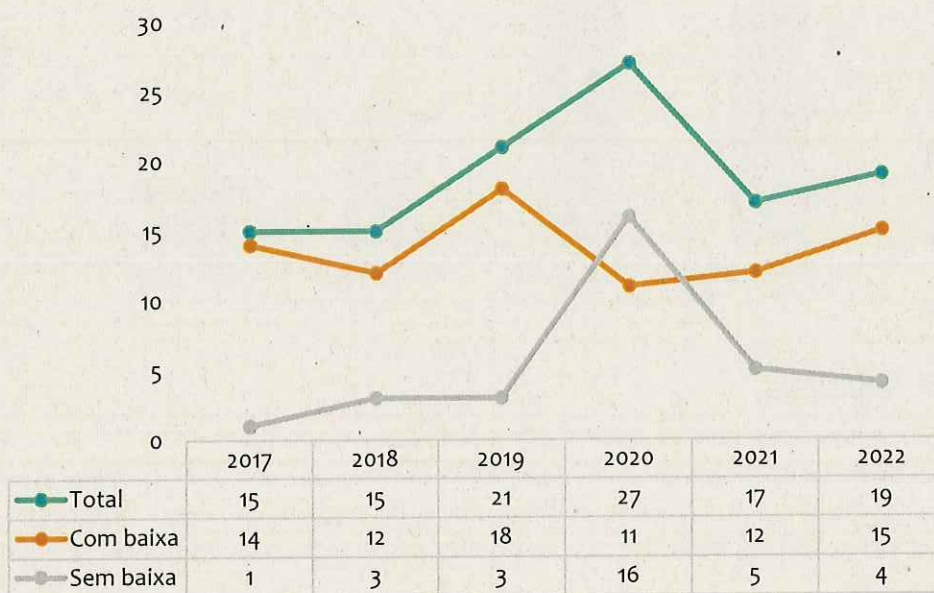
Promover a melhoria contínua do sistema de gestão de ambiente, qualidade e segurança e saúde no trabalho a fim de melhorar o seu desempenho e eficácia;

Assegurar a eliminação de perigos e redução de riscos e promover condições de trabalho seguras e saudáveis para a prevenção de lesões e afeções para a saúde relacionadas com o trabalho.

No ano de 2022 registaram-se 19 acidentes de trabalho, tendo sido perdidos por força destes 867 dias de trabalho. O Índice de Gravidade cifrou-se em 4,79 o que de acordo com o parâmetro OIT é considerado – Mau. [GRI 403-2].

Comparando 2022 com 2021 verifica-se que houve um aumento total de dois acidentes de trabalho, com 15 dos 19 que deram lugar a baixa.

Gráfico 13 – Evolução da sinistralidade de acidentes de trabalho





## COMPRAS

### CONTRAÇÃO PÚBLICA

As aquisições de bens e serviços são realizadas em cumprimento do estabelecido no Código dos Contratos Públicos (CCP) [GRI 204-1]. Em 2022 foram abertos 42 procedimentos, sendo que um dos procedimentos corresponde a quatro lotes, pelo que, se obtém um total de 45 procedimentos.

Reflexo do crescente aumento de preços e consequente insuficiência de valores base definidos verificou-se que para 7 procedimentos não foram apresentadas propostas. Decorrente das dificuldades em adjudicar ao melhor preço bens essenciais ao funcionamento da Gesamb, como é o caso da eletricidade e gasóleo, recorreu-se à adjudicação ao abrigo de Acordo Quadro.

No final de 2022 encontravam-se ainda 7 procedimentos a decorrer, não se tendo ainda contabilizado o valor destas adjudicações.

Foram assim adjudicados um total de 31 procedimentos de contratação pública, com o total adjudicado de cerca de 5 milhões. No anexo II ao presente relatório encontra-se detalhe de todos os procedimentos de contratação pública de 2022.

Gráfico 15 – Número e valor por tipo de procedimento



### PRÁTICAS DE AQUISIÇÃO

Os Fornecedores de bens e serviços da Gesamb são na sua maioria nacionais, contando-se 31 fornecedores estrangeiros, da União Europeia, especialmente de Espanha. Do conjunto de fornecedores nacionais 36% são locais, com origem no Alentejo Central, que no seu conjunto representam um valor de fornecimentos de cerca 10% [GRI 204-1].

Quadro 10 – Fornecedores da Gesamb

Fornecedores Gesamb	
Nº de Fornecedores com origem no Alentejo Central	171
Nº Total de Fornecedores	474
% de FSE de Fornecedores com origem no Alentejo Central	36%
Valor FSE de Fornecedores com origem no Alentejo Central (€)	405 658
% do valor de Fornecedores do Alentejo Central no total	10%

Gráfico 16 – Origem (€)

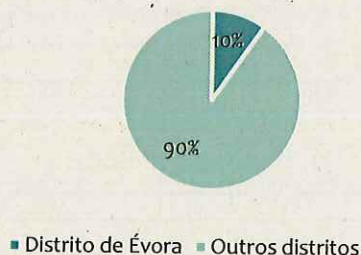
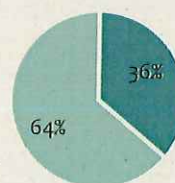
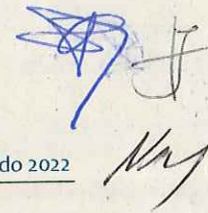


Gráfico 17 – Origem (N.º)







## ANTICORRUPÇÃO

A Gesamb possui um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção que abrange as áreas da contratação pública, concessão de benefícios públicos (patrocínios e donativos) e gestão financeira. O Plano comporta 58 medidas, 57 das quais plenamente executadas. Encontram-se em fase de execução uma medida na área da contratação pública relativa a risco de corrupção ou de infração conexa, nomeadamente no que respeita à existência deficiente de estudos adequados para efeitos de elaboração dos projetos [GRI 205-1 e 205-2]. Os atrasos reportados justificam-se por atrasos na recolha de informação.

## RESULTADOS

O plano de negócios da Gesamb para o período 2019-2038 assentou num conjunto de incertezas e alterações regulamentares bem como nos ambiciosos investimentos em execução, nomeadamente a instalação da unidade de valorização de biogás, reforço da rede de ecoponto, otimização dos circuitos de recolha seletiva e o aumento da eficiência da UTMB. Por outro lado, manteve-se a incerteza quanto à entrada em funcionamento da Unidade de CDR de Évora em consequência da ausência, no momento, de mercado para a colocação do produto obtido.

Em 2019 a Gesamb iniciou o segundo período regulatório após a outorga do seu contrato de gestão delegada, tendo preparado a primeira atualização para o período regulatório referente a 2019-2038 (Orçamento 2020), levando em consideração o quadro legal, estatutário e normativo citado, compatibilizando a atividade por si exercida com todo o conjunto destas normas. Em 2020 foi preparado a segunda atualização para o período regulatório referente a 2019-2038 (Orçamento 2021) e em 2021 a terceira atualização (Orçamento 2022).

Continuando a linha de CDR sem funcionar, face ao insucesso deste material no mercado, mas com o funcionamento pleno da UTMB ao que se deve acrescentar o numeroso conjunto de ações em curso, iniciadas em 2018 e desenvolvidas até ao período em análise, como a recolha porta-a-porta de biorresíduos e multimaterial e aquisição de sensores para ecopontos, a implementação de um sistema de recolha seletiva de resíduos perigosos, o aumento da capacidade de armazenamento de resíduos e a promoção da compostagem comunitária e doméstica.

Os resultados do período expressam bem a dinâmica de realizações, continuando a manter o equilíbrio económico e financeiro da entidade.

Os resultados do período, acompanharam, então, o aumento de rendimentos operacionais, em 7,31%, em valor inferior ao aumento dos gastos operacionais, em que estes registaram um aumento de 12,82%.

Com efeito e, quanto aos rendimentos do período, o volume de negócios registou um crescimento de 6%, mais 373 mil €, aumento inferior ao verificado em 2021 e comparativamente com 2020. Com as prestações de serviços a registaram um aumento de 437 mil €, mais 958% face ao exercício precedente, e as vendas com um decréscimo, de menos 64 mil €, menos 3,89%.

O resultado líquido do período, proporcionando uma rentabilidade líquida sobre o volume de negócios de 2,04% e uma rentabilidade aos capitais próprios de 1,08%, não assegura a rentabilidade esperada pelos participantes no seu capital nem a remuneração dos capitais por estes investidos, ainda que assegure a manutenção do equilíbrio económico da exploração e a manutenção da situação financeira da Gesamb, traduzida na manutenção da sua autonomia financeira, numa diminuição do peso do seu endividamento e na manutenção de relevantes meios libertos necessários à manutenção, renovação e expansão dos capitais investidos para o cumprimento do serviço público que lhe foi confiado.

A eficiência e eficácia operacional reveladas pelas operações da Gesamb no período continuam a assegurar a sua rentabilidade num quadro de excelência do serviço público prestado, mantendo equilíbrios económicos e financeiros, revelando uma manutenção em níveis recomendados do indicador de cobertura dos gastos totais pelo rendimento totais para 103%, confirmando, no essencial, o valor da tarifa para o exercício de 2022 em 47 €/tonelada, ainda que revisto no 4.º trimestre para 58€/tonelada.



Só o aumento da tarifa no 4.º trimestre permitiu acomodar o aumento de gastos registado.

- ✓ O aumento do volume de negócios está influenciado pelo valor cobrado de TGR, valor também reconhecido em outros gastos. Retirando o efeito TGR verifica-se uma redução no volume de negócios, justificada pela redução tanto nas toneladas rececionadas como nas vendas. O valor debitado a terceiros de TGR corresponde a mais 157 mil €, aumento justificado pelo aumento do valor cobrado por tonelada depositado em aterro, de 22€/ton. Em 2021 a TGR foi de 11€/ton de até final de junho, data a partir da qual passou para 22€/ton.
- ✓ Para o volume de negócios contribuíram ainda os valores debitados à AMCAL, de cerca de 38 mil €, pelo processamento de resíduos indiferenciados na UTMB, menos 31 mil € que o registado em 2021;
- ✓ Verificou-se um decréscimo da atividade relacionada com a receção Monstros Não Ferrosos, com menos 37 mil €, mais 12%, decréscimo justificado nos capítulos dedicados ao relato dos dados operacionais;
- ✓ Decréscimo nas prestações de serviços relacionadas com a receção de Resíduos de Construção e Demolição (RCD), menos 30 mil €;
- ✓ Em sentido inverso verificou-se aumento no valor da venda de energia em mais 14 mil €, mais 12%;
- ✓ Também nas vendas se verificou um decréscimo face ao período precedente, de menos 64 mil €, menos 4%;
- ✓ Ainda quanto aos rendimentos operacionais são de destacar os mais de 16 mil € reconhecidos no período em subsídios à exploração, relacionados com o retomar da execução dos projetos relacionados essencialmente com a comunicação e sensibilização;
- ✓ O conjunto dos gastos operacionais registaram um aumento de 12,82%, mais 875 mil €. Voltando-se a assinalar a tendência recente de períodos anteriores, para alterações na estrutura de gastos da Gesamb, continuando a verificar-se um aumento dos gastos com o pessoal e dos fornecimentos e serviços externos, rubricas com significativo peso no Volume de Negócios e com aumentos face ao ano anterior. Os gastos de depreciação e de amortização também registaram aumento, contrariando a tendência de anos anteriores;
- ✓ Com efeito, os gastos com o pessoal continuam a constituir outra das rubricas com aumentos mais relevantes, mais 253 mil €, um aumento de 13% face ao período precedente. Assumem significado as alterações legislativas verificadas com o orçamento de estado para 2018 que viabilizaram não apenas a atualização das tabelas salariais, como ainda as progressões nas carreiras há muito congeladas, num quadro de sustentabilidade económica, de promoção e qualificação dos trabalhadores, sempre acompanhado com os sindicatos do setor, viabilizando a entrada em vigor no exercício de 2018 do acordo de empresa celebrado, acontecimentos que continuaram a ter efeitos no período de 2022. Acresce, ainda, o aumento de 103 para 105 do número médio de trabalhadores da Gesamb, fator essencial ao aumento e qualificação dos serviços por esta prestados;
- ✓ Quanto aos fornecimentos e serviços externos, rubrica com maior aumento, registaram no período mais 404 mil €, mais 22% face ao período precedente. Em publicidade registou-se um aumento de mais 63 mil €, em rendas e alugueres mais 63 mil € e em conservações e reparações um aumento de 17 mil €, mais 3%. Mas é nas rubricas de eletricidade e combustíveis que os aumentos são mais relevantes, até pelo peso que cada uma representa no total de FSE, de 13 % e 23% respetivamente. Nos gastos com eletricidade o aumento é de mais 159 mil €, mais 112%, e nos combustíveis é de mais 111 mil €, mais 28%. A rubrica com maior peso nos FSE é a de conservações e reparações, com um peso de 28%, seguindo-se a eletricidade e gásóleo. Por outro, lado foram registadas quebras nos trabalhos especializados, menos 25 mil €, vigilância e segurança, menos 11 mil €, e seguros, menos 11 mil €.



- ✓ No período são registados menos 13% de Gastos e perdas de financiamento, consequência da evolução do plano de liquidação do empréstimo contratado para o financiamento da contrapartida nacional da UTMB.

## RESULTADOS DO EXERCÍCIO, BALANÇO FUNCIONAL E EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Quadro 11 – Demonstração de Resultados por natureza

RUBRICAS	Realizado			
	2022	2021	Desvio	
Vendas e serviços prestados	6 583 119,50	6 210 195,37	372 924,13	6,01%
Subsídios à exploração	95 986,11	80 150,96	15 835,15	19,76%
Variação nos inventários da produção	1 686,93	-43 733,35	45 420,28	-103,86%
Fornecimentos e serviços externos	-2 244 728,30	-1 840 902,79	-403 825,51	21,94%
Gastos com pessoal	-2 201 353,51	-1 948 159,63	-253 193,88	13,00%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	29 325,15	-102 749,82	132 074,97	-128,54%
Provisões (aumentos/reduções)	-17 999,20	13 132,37	-31 131,57	-237,06%
Outros rendimentos	1 200 902,13	1 068 571,26	132 330,87	12,38%
Outros gastos	-1 398 754,10	-1 207 511,69	-191 242,41	15,84%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2 048 184,71	2 228 992,68	-180 807,97	-8,11%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 835 700,46	-1 680 817,19	-154 883,27	9,21%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	212 484,25	548 175,49	-335 691,24	-61,24%
Juros e gastos similares suportados	-34 318,55	-39 616,06	5 297,51	-13,37%
Resultado antes de impostos	178 165,70	508 559,43	-330 393,73	-64,97%
Imposto sobre rendimento do período	-44 047,21	-120 409,99	76 362,78	-63,42%
Resultado líquido do período	134 118,49	388 149,44	-254 030,95	-65,45%

A Gesamb apresenta um resultado líquido do exercício de 134 mil €, proporcionando uma rentabilidade aos capitais próprios da entidade de 1,08%. Valor inferior ao registado em 2021, de 2,9%, e próximo, ainda que inferior, aos valores médios registados entre 2016 e 2019, anos de forte compressão à remuneração aos capitais investidos pelos sócios, nos termos por estes ajustados no contrato de gestão delegada.

Depois de ter verificado três exercícios consecutivos com aumento no seu volume de negócios, entre 2014 e 2016, em 2017 registou uma quebra de 4,72% face a 2016, sendo que, entre 2018 e 2022 volta a registar um aumento de 14,18%, 8,49%, 8,97%, 11,42% e 6,01% respetivamente. Combinando, em 2022, uma subida, de 9,58%, nas prestações de serviços e uma descida, de 3,89%, nas vendas.

O aumento verificado nos gastos, em cerca de 848 mil €, para o qual contribuíram os gastos com pessoal, fornecimentos e serviços externos e outros gastos, contribuíram, em conjunto com o ligeiro aumento de rendimentos verificado nos Outros rendimentos, em 132 mil €, para em conjunto com o aumento da margem de contribuição, para uma redução, de 180 mil €, dos Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos os quais, registam, assim, no período, uma redução de 8% face ao período anterior.

O aumento dos Gastos/reversões de depreciação e de amortização, com mais 155 mil € do que o valor registado no período precedente, mais 9%, no momento em que já se encontram em uso todos os ativos previstos no plano de ação, colocam o resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) em 213 mil €, menos 335 mil €, menos 61%, que o montante registado no período precedente.



Já nos juros e gastos similares verifica-se uma ligeira diminuição, com menos 5 mil € (-13,37%), consequência da evolução do plano de liquidação do empréstimo específico contratado para o financiamento da contrapartida nacional da UTMB.

O resultado antes de imposto totaliza 178 mil €, menos 330 mil € face ao verificado no período precedente. Com um valor de gastos com imposto do período de 44 mil €, resulta num resultado do período final de menos 254 mil €, menos 65%, face ao período anterior.

Quadro 12 – Resultado das Operações

Resultado das operações	2022			2021		
	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2021	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2020
Volume de negócios	6 583 119,50 €	372 924,13 €	6,01%	6 210 195,37 €	636 377,12 €	11,42%
Outros rendimentos operacionais	1 327 900,32 €	179 178,10 €	15,60%	1 148 722,22 €	42 803,04 €	3,87%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	2 048 184,71 €	-180 807,97 €	-8,11%	2 228 992,68 €	-9 441,49 €	-0,42%
EBITDA	1 007 928,81 €	-381 886,59 €	-27,48%	1 389 815,40 €	263 546,79 €	23,40%
VAB	4 436 064,24 €	30 354,05 €	0,69%	4 405 710,19 €	493 209,97 €	12,61%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1 835 700,46 €	154 883,27 €	9,21%	1 680 817,19 €	8 740,65 €	0,52%
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	212 484,25 €	-335 691,24 €	-61,24%	548 175,49 €	-18 182,14 €	-3,21%
Resultados financeiros	-34 318,55 €	5 297,51 €	-13,37%	-39 616,06 €	-84 351,06 €	-188,56%
Resultado antes de imposto (RAI)	178 165,70 €	-330 393,73 €	-64,97%	508 559,43 €	-13 063,20 €	-2,50%
Imposto sobre rendimento do período	-44 047,21 €	76 362,78 €	-63,42%	-120 409,99 €	-248 910,24 €	-193,7%
Resultado líquido do período	134 118,49 €	-254 030,95 €	-65,45%	388 149,44 €	-4 972,94 €	-1,26%

O aumento de cerca 373 mil € no volume de negócios no exercício, em conjunto com o aumento da variação de produção, com mais 45 mil € face ao verificado no exercício precedente, e bem assim como o aumento, de 404 mil €, em consumos intermédios (fornecimentos e serviços externos), obtendo uma margem de comercialização, de 65,93%, inferior em 3,73% ao verificado com ano anterior.

Quadro 13 – Evolução da Atividade

Evolução da atividade	2022			2021		
	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2021	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2020
Volume de negócios	6 583 119,50 €	372 924,13 €	6,01%	6 210 195,37 €	636 377,12 €	11,42%
Margem bruta – Valor	4 340 078,13 €	14 518,90 €	0,34%	4 325 559,23 €	458 720,22 €	11,86%
Margem bruta - %	65,93%	-3,73%	-5,35%	69,65%	0,28%	0,40%
Resultado operacional	212 484,25 €	-335 691,24 €	-61,24%	548 175,49 €	-18 182,14 €	-3,21%

A natureza essencialmente fixa dos gastos da Gesamb, em particular dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos com pessoal, revela a sensibilidade dos resultados económicos não só a uma variação do volume de produção, como igualmente aos ajustamentos do nível dos seus gastos. Neste caso, verificaram-se aumentos significativos tanto nos gastos com o pessoal como nos fornecimentos e serviços externos, o que resultou numa variação negativa no resultado operacional face ao ano anterior, de menos 61,24%, bastante superior à variação registada no ano anterior.

É neste contexto que o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI), revela uma redução, de menos 181 mil € (-8%) em relação ao exercício de 2021, o resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO) uma redução de 336 mil € (-61%) e o resultado antes de imposto (RAI) uma redução de 330 mil € (-65%). Acompanhando, então, a melhoria verificada no volume de negócios e a ligeira melhoria verificada em outros rendimentos que não foram suficientes para acomodar os aumentos verificados nos gastos de exploração no período.



Quadro 14 – Indicadores de Produtividade

INDICADORES PRODUTIVIDADE	2018	2019	2020	2021	2022
VAB	3 272 047,23 €	3 537 649,59 €	3 912 500,22 €	4 405 710,19 €	4 436 064,24 €
Número médio de trabalhadores	93	94	102	103	105
Ativo fixo	14 848 735,65 €	14 184 299,08 €	13 103 658,89 €	12 744 222,43 €	12 648 729,14 €
Ativo fixo em curso	0,00 €	0,00 €	90 476,84	76 551,55 €	525 479,34 €
Produtividade do trabalho	35 183,30 €	37 634,57 €	38 357,85 €	42 773,89 €	42 248,23 €
Produtividade do capital	22%	25%	30%	35%	35%
VAB / Produção	70,07%	68,70	70,15%	71,45%	67,37%

O ligeiro aumento do Valor Acrescentado Bruto (VAB) verificada no exercício, com mais 30 mil €, é influenciado essencialmente pelo aumento verificado em prestações de serviços. No caso das prestações de serviços é de destacar a influencia do valor debitado de TGR, de mais 157 mil € relativamente ao valor registado em 2021. Assim, retirando o efeito da TGR a variação relativamente ao ano anterior é de menos 126 mil €. Tendo em conta que se verificou aumento na tarifa de receção de resíduos, em 2022 face a 2021, a redução é justificada pela redução da atividade de receção de resíduos, como se pode verificar nos capítulos dedicados à atividade operacional. Face ao ligeiro aumento de emprego verificado, apenas mais dois trabalhadores, o seu valor por trabalhador manteve-se em linha com o registado em 2021.

Quadro 15 – Análise do Equilíbrio Financeiro

ANÁLISE DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO	2018	2019	2020	2021	2022
Capitais Permanentes	20 421 550,46 €	19 926 293,94 €	19 475 532,11 €	19 548 212,60 €	18 151 367,75 €
Ativo Fixo	14 903 745,12 €	14 245 150,45 €	13 233 799,41 €	12 881 407,63 €	12 778 586,68 €
FUNDO DE MANEIO LÍQUIDO	5 517 805,34 €	5 681 143,49 €	6 241 732,70 €	6 666 804,97 €	5 372 781,07 €
Necessidades Cíclicas	2 829 361,71 €	2 667 328,21 €	3 193 423,97 €	3 626 460,15 €	3 264 030,79 €
Recursos Cíclicos	2 378 016,52 €	2 018 007,23 €	2 347 869,95 €	2 364 996,48 €	2 590 291,95 €
NECESSIDADES FUNDO DE MANEIO	451 345,19 €	649 320,98 €	845 554,02 €	1 261 463,67 €	673 738,84 €
Tesouraria Ativa	5 191 831,88 €	5 162 085,00 €	5 531 522,71 €	5 545 965,08 €	4 845 151,73 €
Tesouraria Passiva	125 371,73 €	130 262,49 €	135 344,03 €	140 623,78 €	146 109,50 €
TESOURARIA LÍQUIDA	5 066 460,15 €	5 031 822,51 €	5 396 178,68 €	5 405 341,30 €	4 699 042,23 €

A conclusão em 2015 do ciclo de investimentos da entidade em novas tecnologias para o tratamento de resíduos, interromperam, a partir de 2016 os fortes crescimentos em ativos fixos até então verificados. No período, os ativos fixos decrescem 103 mil €, acomodando, entre outros, os 1,214 milhões € de investimentos realizados pela entidade e 1,836 milhões € de depreciações no exercício reconhecidas.

Os capitais permanentes registaram uma redução de 1,397 milhões €, influenciados pela diminuição do passivo financeiro de médio e longo prazo associado ao empréstimo BEI contratados para o financiamento do ciclo de investimentos da Gesamb, menos 146 mil €, pela redução em capitais próprios e outras dívidas a pagar associados ao reconhecimento no período de subsídios para o investimento, menos 849 mil €.

A variação de fundo de maneo líquido é, por esse facto, de menos 1,294 milhões €, colocando o fundo de maneo líquido da Gesamb em 5,373 milhões de €. A variação verificada em 2022 face a 2021 é contrária à verificada nos últimos anos, com exceção de 2018 que comparativamente a 2017 também teve uma variação negativa.

A variação negativa do fundo de maneo líquido foi acompanhada de uma variação negativa de 588 mil € nas necessidades de fundo de maneo. Na qual tiveram significado a redução das necessidades cíclica para os cerca de



3,264 milhões de €, menos 362 mil €, muito por força da variação registada em outros créditos a receber, e por outro lado, no aumento nos recursos cíclicos, mais 225 mil €.

A Gesamb continua a funcionar com tesourarias líquidas positivas, sendo que estas se encontram abaixo do registado no ano anterior, com uma variação de menos 706 mil €.

Quadro 16 – Indicadores Financeiros e de Liquidez

INDICADORES FINANCEIROS	2018	2019	2020	2021	2022
Autonomia Financeira	58,90%	60,01%	60,13%	60,76%	59,26%
Solvabilidade Total	143,33%	150,08%	150,83%	154,86%	145,47%
Endividamento Total	69,77%	66,63%	66,30%	64,57%	68,74%
Endividamento ML Prazo	51,23%	50,42%	47,50%	45,88%	46,64%

INDICADORES DE LIQUIDEZ	2018	2019	2020	2021	2022
Liquidez Geral	320,41%	364,45%	351,36%	366,07%	296,34%
Liquidez Reduzida	317,59%	359,57%	351,36%	366,07%	296,34%

A necessidade de recurso a capitais alheios para o financiamento do ciclo de investimentos da Gesamb, cuja contratação foi realizada em condições de reembolso ajustadas aos meios libertos esperados pelo próprio projeto, representaram um agravamento dos indicadores de solvabilidade e de endividamento, nos exercícios de 2012 e 2013.

No exercício de 2014 e de 2015, ainda com o prazo carência do empréstimo contratado junto do BEI, mas já a amortizar o empréstimo contratado ao Santander, verifica-se uma melhoria nestes indicadores, bem assim como da autonomia financeira que ultrapassou novamente os 50%.

No período de 2016 voltaram-se a registar melhorias expressivas em todos os indicadores da estrutura de capitais, uma vez mais devido à conclusão do ciclo de investimentos em novas tecnologias para o tratamento de resíduos, com a estabilização dos valores dos ativos líquidos da entidade, a par do reembolso dos empréstimos contratados para o seu financiamento, num quadro de um desempenho equilibrado com rentabilidade adequadas ao crescimento dos capitais investidos na entidade.

No exercício de 2017, com as rentabilidades registadas, inferiores às historicamente registadas, e o avanço no pagamento dos empréstimos contratados, contribuíram para ligeiras melhorias dos indicadores financeiros e de liquidez.

No exercício de 2018, com o aumento da rentabilidade face ao período anterior, associada a amortização parcial antecipada de 2 milhões de € do empréstimo BEI, contribuíram para melhorias expressivas dos indicadores financeiros e para a compressão dos indicadores de liquidez. Trajetória semelhante é a verificada entre 2019 e 2021. Em 2022 verifica-se uma ligeira compressão dos indicadores de autonomia financeira e solvabilidade total e em sentido inverso um aumento dos indicadores de endividamento, influenciados pelas reduções no capital próprio e passivo não corrente. Também os indicadores de liquidez registam reduções face ao registado no ano anterior, justificado pelos menores valores registados em outros créditos a receber e caixas e depósitos bancários.



## DESEMPENHO ECONÓMICO

### INDICADORES ECONÓMICOS

Com um desempenho económico comprimido, um ligeiro aumento do volume de negócios e de rendimentos, mas inferiores aos gastos operacionais, registou-se oscilações negativas dos indicadores de rentabilidade.

Quadro 17 – Indicadores Económicos

INDICADORES ECONÓMICOS	2018	2019	2020	2021	2022
Taxa de Crescimento do Negócio	14,18%	8,49%	8,97%	11,42%	6,01%
Eficiência Operacional	6,13%	6,68	10,16%	8,83%	3,23%
Margem Operacional das Vendas	69,08%	66,41%	69,32%	70,36%	65,90%
Rentabilidade Líquida das Vendas	2,70%	4,22%	7,05%	6,25%	2,47%

A eficiência operacional, com 3,23%, baixou relativamente aos anos anteriores, significativamente abaixo dos valores registados entre 2015 e 2021.

Após a função financeira e os impostos sobre o rendimento do exercício, a rentabilidade líquida final sobre o volume de negócios registou uma redução, para 2,47%, valor mais baixo desde 2017 (1,77%).

Quadro 18 – Indicadores Económicos

	2018	2019	2020	2021	2022
Rendimentos operacionais	5 817 369,23 €	6 312 677,47 €	6 862 764,66 €	7 372 049,96 €	7 911 019,82 €
Gastos operacionais	5 528 399,64 €	5 970 749,86 €	6 296 407,03 €	6 823 874,47 €	7 698 535,57 €
Resultado Operacional	288 969,59 €	341 927,61 €	566 357,63 €	548 175,49 €	212 484,25 €
RO / GO	105,23%	105,73%	108,99%	108,09%	102,76%

Os rendimentos operacionais da Gesamb registaram em 2022 um aumento de 7,31%, para 7,911 milhões €, mais 538 mil € que os valores reconhecidos no exercício de 2021.

Verificam-se variações positivas relativamente significativas no volume de negócios, mais 373 mil €, em outros rendimentos, mais 132 mil €, em reversões de imparidade de clientes, mais 132 mil €, em variação de inventários, mais 45 mil € e em subsídios à exploração, mais 16 mil €, e que respondem pelo essencial da variação dos rendimentos operacionais.

Dos 7,911 milhões € de rendimentos constituem agregados mais relevantes os 83% de rendimentos provenientes de vendas e prestações de serviços e os 1,029 milhões € (13%) provenientes da imputação no exercício de subsídios para investimentos.

O peso da imputação de subsídios para investimento nos ganhos operacionais no exercício de 13,01%, encontra-se em linha com o registado em 2021, que era de 12,60%, e em 2020 era de 13,65%. A trajetória decrescente que se vinha verificando em exercícios anteriores foi, no exercício de 2013, contrariada, derivada da diminuição no volume de negócios e do início em 2014 do reconhecimento dos rendimentos com os subsídios destinados aos novos ativos decorrentes do ciclo de investimentos concluído no período com as UTMB e de CDR. Verifica-se agora nova trajetória decrescente derivado da conclusão do reconhecimento do subsídio de projetos mais antigos e, por outro lado, pelo aumento registado no volume de negócios.

Por outro lado, os gastos operacionais também registaram um aumento de 12,82%, para 7,699 milhões €, mais 875 mil €. O que resultou numa variação do resultado operacional face ao ano anterior, com menos 61,24%, menos 336 mil €.



Quadro 19 – Estrutura de Gastos

INDICADORES ECONÓMICOS - ESTRUTURA GASTOS	2018	2019	2020	2021	2022
Peso CMVMC no VN	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Peso FSE no VN	30,92%	33,59%	30,68%	29,64%	34,10%
Peso Gastos com o pessoal no VN	31,24%	32,69%	33,76%	31,37%	33,44%
Peso Imparidades no VN	0,07%	1,25%	0,08%	1,65%	-0,45%
Peso Provisões no VN	-0,09%	0,11%	-3,23%	0,21%	-0,27%
Peso Outros gastos no VN	17,46%	15,99%	18,44%	19,44%	21,25%
Peso gastos depreciação e de amortização no VN	36,51%	33,21%	30,00%	27,07%	27,88%
Peso Juros e gastos similares suportados no VN	1,92%	0,97%	0,80%	0,97%	0,64%

Como já assinalado, o desempenho da entidade regista um ligeiro crescimento do volume de negócios, ainda que insuficiente para acomodar o aumento dos gastos operacionais, em particular os registados com o aumento dos gastos com o pessoal e com fornecimentos e serviços externos, bem assim como para proporcionar um aumento de rentabilidade no desempenho do período face ao período precedente.

Os Fornecimentos e serviços externos, com uma execução de mais 404 mil € no seu conjunto comparativamente com 2021, representam 34,10% do volume de negócios, mais 4,46 %, acima da média de 32,08% dos períodos de 2013-2017 e da média de 31,21% do período 2018-2021.

Com um total de 2,245 milhões € registaram agravamento com relevância em Fornecimentos e serviços externos os gastos eletricidade (mais 159 mil €, +112%), combustíveis (mais 111 mil €, + 28%), publicidade e propaganda (mais 63 mil €, + 82%), rendas e alugueres (mais 61 mil €) e conservações e reparações (mais 17 mil €, +3%). O aumento das rubricas de eletricidade e combustíveis, com um peso de 13% e 23% respetivamente nos fornecimentos e serviços externos, corresponde em conjunto a mais 270 mil €. Aumentos justificados exclusivamente pelos aumentos verificados no preço do kw/h, bem como no preço do litro de gasóleo, que aumentou em média 0,3€/litro comparativamente com a média de 2022. Por outro lado, registaram reduções nos trabalhos especializados (menos 25 mil €, -15%), na vigilância e segurança (menos 11 mil €, - 14%) e nos seguros (menos 11 mil €, -10%).

Os Gastos com o pessoal, depois de terem registado aumento significativo sobre o volume de negócios a partir dos exercícios de 2012 e 2013, voltam a partir de 2017 a registar um aumento crescente do peso, representando agora 33,44%. Com uma massa salarial superior em 253 mil € (+13%) à registada no exercício precedente, os gastos com o pessoal representam cerca de 1/3 do volume de negócios da Gesamb, superior ao valor registado em 2021, mais 2,07%.

Em Outros gastos, com um aumento do seu valor no exercício, influenciado pelo valor de TGR, aumenta o seu peso relativo sobre o volume de negócios, com 21,25%, mais 1,80% do valor registado no exercício de 2021. Constituem gastos com maior relevância o valor reconhecido pela Taxa de Gestão de Resíduos, no montante de 1,090 milhões €, prevista no Decreto-Lei 102-D/2020, de 10 de dezembro, e a qual representa 78% do total destes gastos com o valor no exercício de 1,398 milhões €.

São ainda relevantes, nesta rubrica, o montante de 137 mil € de compensações reconhecidas aos Municípios Utilizadores com distâncias ao ponto de receção de resíduos do sistema superiores à média, compensação a atribuir de acordo com instruções da entidade delegatária, e ainda a Taxa da Lei nº 34/2015 com o valor reconhecido de 99 mil €.

Os Impostos indiretos são responsáveis por 1,05% dos gastos reconhecidos nesta rubrica.

Relativamente aos restantes gastos aqui reconhecidos, nomeadamente outras taxas e quotizações, os valores da execução de 2022 acompanharam os valores já registados nos exercícios precedentes.



## INDICADORES SUSTENTABILIDADE

O valor económico gerado pela empresa entre 2021 e 2022 cresceu cerca de 8% em resultado, principalmente, da variação das rubricas de vendas e prestação de serviços e outros rendimentos. O valor distribuído pela empresa cresceu, também, cerca de 15%, principalmente devido ao comportamento das rubricas: fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal e outros gastos. Em resultado do crescimento mais acentuado do valor económico distribuído, o valor económico retido pela empresa no período em causa apresenta um decréscimo de cerca 9%, conforme quadro [GRI 201-1].

Quadro 20 – Desempenho económico

DESCRIÇÃO	2022	2021	2020	Δ face a 2021
Valor Económico Gerado	7 881 695 €	7 315 184 €	6 682 924 €	7,74%
Valor Económico Distribuído	5 923 202 €	5 156 600 €	4 793 380 €	14,87%
Valor Económico Retido	1 958 493 €	2 158 584 €	1 889 544 €	-9,27%

Os subsídios do Governo não reembolsáveis estão devidamente identificados quanto à sua origem, natureza e extensão. São inicialmente registados no Balanço, em capitais próprios, e depois reconhecidos na Conta de Demonstração de Resultados durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados, nas rubricas subsídios à exploração (subsídios relacionados com resultados) e outros rendimentos.

Os principais subsídios recebidos em 2022 têm origem no Programa POSEUR [GRI 201-4].

Quadro 21 – Subsídios Recebidos

DESCRIÇÃO	2022	2021	2020
Reconhecidos como subsídio à exploração	95 986 €	80 151 €	45 661 €
Imputados em Outros Rendimentos	1 028 930 €	928 795 €	936 511 €
Reconhecidos no Capital Próprio (outras variações)	7 251 362 €	8 346 715 €	8 213 428 €

Os subsídios imputados em 2022 representam cerca de 17,09% do valor de vendas e serviços prestados no período.

## Impactos Económicos Indiretos

A Gesamb oferece um serviço à Comunidade prestado através da ação do Banco Alimentar, Associações e outras Organizações locais sem fins lucrativos, no quadro de um projeto designado por **Resíduos Solidários – Troque embalagens por solidariedade**. Neste âmbito, a partir da entrega, pelos cidadãos, de materiais recicláveis e das receitas decorrentes da sua reciclagem, é atribuída uma parte das mesmas a atividades de caráter social. Em 2022 foram entregues cerca de 30 mil euros, perfazendo um total, desde o início do projeto, de cerca de 173 mil euros, entregues a entidades locais sem fins lucrativos [GRI 203-1].





## RESULTADOS DO EXERCÍCIO E CONTROLO ORÇAMENTAL

Quadro 22 – Execução do Orçamental

RUBRICAS	2022			
	Previsão	Realização	Desvio	
Vendas e serviços prestados	6 290 585,26 €	6 583 119,50	292 534,24 €	4,65%
Subsídios à exploração	164 506,18 €	95 986,11	-68 520,07 €	-41,65%
Variação nos inventários da produção	7 564,36 €	1 686,93	-5 877,43 €	-77,70%
Fornecimentos e serviços externos	-1 983 268,63 €	-2 244 728,30	-261 459,67 €	13,18%
Gastos com pessoal	-2 229 799,00 €	-2 201 353,51	28 445,49 €	-1,28%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- €	29 325,15	29 325,15 €	-
Provisões (aumentos/reduções)	- €	-17 999,20	-17 999,20 €	-
Outros rendimentos	1 173 137,34 €	1 200 902,13	27 764,79 €	2,37%
Outros gastos	-1 144 464,24 €	-1 398 754,10 €	-254 289,86 €	22,22%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2 278 261,27 €	2 048 184,71 €	-230 076,56 €	-10,10%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 949 808,23 €	-1 835 700,46	114 107,77 €	-5,85%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	328 453,04 €	212 484,25 €	-115 968,79 €	-35,31%
Juros e gastos similares suportados	-28 000,04 €	-34 318,55 €	-6 318,51 €	22,57%
Resultado antes de impostos	300 453,00 €	178 165,70 €	-122 287,30 €	-40,70%
Imposto sobre rendimento do período	-67 602,00 €	-44 047,21 €	23 554,79 €	-34,84%
Resultado líquido do período	232 851,00 €	134 118,49 €	-98 732,51 €	-42,40%

O desempenho económico do exercício de 2018 afastou-se ligeiramente das previsões dos documentos do plano de negócios da Gesamb. O conhecimento mais real da estrutura de custos associada à UTMB permitiu que os desvios em 2019 relativamente ao previsto fossem menores relativamente ao que se tinha verificado nos anos anteriores. Já em 2020 e 2021 verificam-se desempenhos económicos superiores ao previsto. Em 2022, reflexo da situação económica vivida, voltam a registar-se desvios negativos face ao previsto.

Para os Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, com um desvio negativo de 230 mil €, menos 10% face às previsões, são relevantes os desvios verificados em fornecimentos e serviços externos, outros gastos e subsídios à exploração. Com impacto positivo encontra-me as vendas e prestações de serviços, outros rendimentos e gastos com pessoal.

Quanto aos Fornecimentos e serviços externos, registam-se desvios positivos com maior relevância na execução do período quanto a trabalhos especializados (menos 148 mil €, -51%), publicidade (menos 47 mil €, -25%), vigilância e segurança (menos 18 mil €, -20%), outros serviços (menos 15 mil €) e outras energias e fluídos (menos 8 mil €, -11%). Com desvios negativos sobressaem a eletricidade (mais 164 mil €, +119%), combustíveis (mais 114 mil €, +29), rendas e alugueres (mais 68 mil €), outros materiais (mais 54 mil €) e conservações e reparações (mais 49 mil €, +8%).

Em relação a outros gastos, dos 1,399 milhões € totais, verifica-se um aumento relativamente ao previstos, de mais 254 mil €, mais 22%.

Os outros rendimentos, com 1,201 milhões de €, encontra-se 28 mil € acima do previsto, mais 2%.

Nas vendas de mercadorias e produtos e nas prestações de serviços registou-se um expressivo desvio para as previsões iniciais, com mais 293 mil €. Mais 23 mil € (+1%) em vendas, para o qual contribuiu a variação positiva verificada no preço médio de venda por tonelada, cerca de mais 18 €/ton face ao previsto, já que relativamente às toneladas verificou-se uma redução, de cerca de 1 mil toneladas, face ao previsto. E mais 269 mil € (+6%) em prestação de serviços, aqui muito por força da revisão tarifária ocorrida no 4.º trimestre e pelos valores cobrados



no âmbito da parceria, à AMCAL, e, em sentido contrário, reduções significativas nas quantidades rececionadas de monstros não ferrosos e resíduos de construção e demolição

Verifica-se também um desvio na rubrica de reversão de perdas por imparidade em dívidas a receber, de mais 29 mil €. Registam-se ainda 18 mil € em provisões.

Depois dos Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, registaram-se desvios positivos nos Gastos/reversões de depreciação e de amortização, menos 114 mil €. Os Juros e gastos similares suportados registam um desvio de mais 6 mil €. Já na rubrica de Imposto sobre rendimento do período o desvio é positivo, de menos 24 mil €.

Quadro 23 – Fornecimentos e Serviços Externos

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2022			
	Previsão	Realização	Desvio	
Subcontratos	28 660,00 €	55 977,40 €	27 317,40 €	95,32%
Trabalhos especializados	290 900,00 €	142 547,24 €	-148 352,76 €	-51,00%
Publicidade e propaganda	187 700,00 €	140 265,27 €	-47 434,73 €	-25,27%
Vigilância e segurança	89 820,00 €	71 998,58 €	-17 821,42 €	-19,84%
Honorários	14 500,00 €	13 320,00 €	-1 180,00 €	-8,14%
Conservação e reparação	587 040,00 €	635 835,14 €	48 795,14 €	8,31%
Serviços Bancários	2 460,00 €	3 205,19 €	745,19 €	30,29%
Outros	- €	1 918,22 €	1 918,22 €	-
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	14 800,00 €	12 468,50 €	-2 331,50 €	-15,75%
Livros e documentação técnica	100,00 €	99,06 €	-0,94 €	-0,94%
Material de escritório	10 350,00 €	8 191,63 €	-2 158,37 €	-20,85%
Outros materiais	- €	53 741,72 €	53 741,72 €	-
Electricidade	137 880,00 €	301 654,45 €	163 774,45 €	118,78%
Combustíveis	396 030,00 €	510 175,63 €	114 145,63 €	28,82%
Água	2 800,00 €	2 121,86 €	-678,14 €	-24,22%
Outros Energia e Fluidos	67 000,00 €	59 454,94 €	-7 545,06 €	-11,26%
Deslocações e estadas	1 100,00 €	9 088,71 €	7 988,71 €	726,25%
Outros Deslocações e Estadas	1 200,00 €	1 136,47 €	-63,53 €	-5,29%
Rendas e alugueres	1 998,63 €	70 455,97 €	68 457,34 €	3425,21%
Comunicação	17 130,00 €	17 776,06 €	646,06 €	3,77%
Seguros	99 400,00 €	99 643,45 €	243,45 €	0,24%
Contencioso e notariado	600,00 €	2 233,58 €	1 633,58 €	272,26%
Despesas de representação	1 000,00 €	1 811,01 €	811,01 €	81,10%
Limpeza, higiene e conforto	15 800,00 €	29 608,22 €	13 808,22 €	87,39%
Outros serviços	15 000,00 €	- €	-15 000,00 €	-100,00%



NIM

## POLÍTICA DE PREÇOS

De acordo com o contrato de gestão delegada, as tarifas da Gesamb deverão ser fixadas por forma a assegurar a proteção dos interesses dos utilizadores, a gestão eficiente do sistema, o equilíbrio económico-financeiro da exploração e as condições necessárias para a qualidade do serviço durante e após o termo da exploração.

Constituem, por esse facto, elementos e necessidades a atender para a sua determinação:

- ✓ Assegurar o bom estado de funcionamento, conservação e segurança de todos os ativos afetos à exploração;
- ✓ Assegurar a depreciação e amortização tecnicamente exigida dos ativos afetos à exploração e de novos investimentos de expansão, modernização ou substituição incluídos em planos de investimento;
- ✓ Atender ao nível de gastos necessários para uma gestão eficiente do sistema, líquidos de rendimentos provenientes da venda de materiais e produtos, bem assim como de subsídios à exploração e ao investimento imputáveis a cada período;
- ✓ Atender aos encargos financeiros decorrentes da contratação de capitais alheios, bem assim como os decorrentes de garantias e avais prestados;
- ✓ Atender à fiscalidade sobre o rendimento e sobre o património, bem assim como a outras taxas e contribuições devidas legalmente pelo exercício da atividade;
- ✓ Assegurar a constituição e manutenção das reservas legais estatutárias;
- ✓ Assegurar a remuneração dos capitais próprios da Gesamb.

O plano de negócios da Gesamb justificou que em consequência da entrada em funcionamento da Unidade de TMB, se registariam alterações à estrutura de rendimentos e gastos na Gesamb, alterando pressupostos económicos essenciais ao funcionamento que se vinha verificando até ao exercício de 2013, com inevitáveis consequências no aumento da tarifa de equilíbrio para o valor de 35,10 €.

Porém, ganhos de eficiência e eficácia verificados na exploração da Gesamb nos exercícios de 2014 e 2016, a par com o diferimento da entrada em funcionamento pleno das Unidade de TMB e de CDR face ao inicialmente esperado, revelaram execuções orçamentais com desvios financeiros relevantes face às estimativas, que justificaram a manutenção do valor da tarifa efetiva aos Utilizadores do Sistema durante os exercícios de 2014 a 2016 em 35,10 €.

Em 2017, propôs-se a revisão extraordinária intercalar da trajetória tarifária, reconhecendo o aumento de gastos de exploração.

Em 2018, como o aumento de gastos resultante da revisão ao plano de negócios para esse exercício, justificou-se nova revisão intercalar da tarifa, para o último ano do período quinquenal. Nestes termos, propôs-se para 2018 o valor da tarifa para a receção e tratamento de RU ou equiparados entregues pelos municípios utilizadores do sistema para 40,00€/tonelada.

Em 2019, com o objetivo de garantir o valor médio de 43,00 € em todo período regulatório, procurando afastar as oscilações tarifárias em cada ano, proporcionando uma estabilidade no seu crescimento, propôs-se para 2019 o valor da tarifa para a receção e tratamento de RU ou equiparados entregues pelos municípios utilizadores do sistema para 42,00€/tonelada.

Em 2020, considerando que as alterações registadas na tarifa de equilíbrio para os 4 exercícios seguintes do primeiro período regulatório não se afastavam em mais de 6% dos valores do plano inicial, o valor da tarifa para a receção e tratamento de RU ou equiparado foi fixado em 42,50€/tonelada.



Em 2021, com a tarifa praticada de 43,00€/tonelada, a rentabilidade final da entidade no fim do período assegurou a remuneração acionista por estes acordada.

Nos documentos provisionais para 2022 foi apurada uma tarifa de equilíbrio para o ano de 49,00€/tonelada. Em Conselho Intermunicipal foi proposta uma trajetória em que o aumento previsto para 2022 fosse distribuído pelos anos seguintes, assumindo-se para 2022 uma tarifa de 47,00€/tonelada. Realizada a monitorização prevista dos documentos provisionais verificaram-se desvios anuais previstos superiores a 12%, tendo sido proposta e aprovada uma revisão extraordinária para o 4.º trimestre de 2022, para uma tarifa de 58,00€/tonelada. A tarifa média praticada em 2022 foi assim de 49,75€/tonelada.

Quadro 24 – Tarifa de RU

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Tarifa de RU	36,50 €	40,00 €	42,00€	42,50 €	43,00 €	49,75 €
Aumento relativo ao ano anterior	3,99%	9,59%	5,00%	1,19%	1,18%	15,70%

Quadro 25 – Tarifa, Valor a recuperar

TARIFA	2019	2020	2021	2022
Gastos operacionais antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-4 266 616,63 €	-4 444 489,99 €	-5 061 172,10€	-5 833 183,28 €
Em FSE	-1 718 035,69 €	-1 710 165,97 €	-1 840 902,79 €	-2 244 728,30 €
Em Gastos com o pessoal	-1 671 952,11 €	-1 881 987,70 €	-1 948 159,63 €	-2 201 353,51 €
Em Imparidades e Provisões (aumentos/reduções)	-58 584,34 €	175 654,83 €	-64 597,99 €	11 325,95 €
Em outros gastos	-818 044,49 €	-1 027 991,15 €	-1 207 511,69 €	-1 398 754,10 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 698 693,63 €	-1 672 076,54 €	-1 680 817,19 €	-1 835 700,46 €
Subsídios a fundo perdido	957 132,44 €	936 510,73 €	928 794,73 €	1 028 929,95 €
Gastos com juros e gastos similares suportados	-49 593,98 €	-44 735,00 €	-39 616,06 €	-34 318,55 €
Gastos com Imposto sobre rendimento do período	-76 523,38 €	-128 500,25 €	-66 410,21 €	-44 047,21 €
Rendimentos de venda de mercadorias e serviços prestados a abater na tarifa	1 670 446,95 €	1 878 162,15 €	1 958 871,63 €	1 836 624,48 €
Rendimentos da recuperação da TGR	543 148,71 €	643 064,54 €	932 912,71 €	1 089 657,97 €
Outros rendimentos a abater na tarifa	235 001,40 €	172 595,18 €	176 194,14 €	269 645,22 €
Remuneração acionista	-314 800,00 €	-323 100,00 €	-290 000,00 €	-104 000,00 €
Valor a recuperar	-3 000 498,12 €	-2 982 569,18 €	-3 141 242,35 €	-3 626 718,56 €
Volume de atividade	68 705	68 806,39	77 088,25	73 570
Valor da tarifa	43,67 €	43,35 €	40,75 €	49,30 €

A tarifa de equilíbrio real, avaliada pelo desempenho histórico, e para o volume de atividade do exercício, contraria o verificado em 2021, em que se registou uma descida relativamente aos anos anteriores e até uma inversão da tendência verificada em anos anteriores. Em 2022, volta a verificar-se uma subida, de mais 8,55€, situando-se nos 49,30€.

Os Gastos operacionais antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, registaram um aumento de 772 mil € o que representa uma variação negativa na tarifa média de 10,50€. Aqui, assumem relevância, o aumento em outros gastos de 191 mil €, com um impacto na tarifa de 2,60 €, o aumento nos fornecimentos e serviços externos, com mais 404 mil €, com impacto na tarifa de 5,49€, e o aumento dos gastos com o pessoal, com mais 253 mil €, os quais representam um impacto na tarifa de 3,44 €.

Verifica-se ainda uma redução em Rendimentos de venda de mercadorias e serviços prestados a abater na tarifa, no total de 122 mil €, representaram um impacto negativo na tarifa de 1,66 €.



O valor da tarifa de equilíbrio verificada no exercício de 49,30 €, apresenta um desvio de menos 0,91% para a tarifa média praticada (49,75€).

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

No exercício a Gesamb concretizou 1,739 milhões € de investimentos, dos quais 1,715 milhões € em ativos fixos tangíveis e 24 mil € em ativos intangíveis.

Os investimentos em ativos intangíveis respeitam a programas de computadores.

Em ativos fixos tangíveis a Gesamb investiu, com maior significado, no que diz respeito aos equipamentos básicos 190 mil € em compostores, 150 mil € numa pá carregadora para os biorresíduos, 72 mil € em compostores comunitários, 31 mil € em ecopontos, 21 mil € numa pinça para a máquina Komatsu e 20 mil € em contentores de 40m<sup>3</sup>. Nos equipamentos de transporte foram investidos 441 mil € na aquisição de 3 viaturas para a recolha seletiva, 96 mil € num semi-reboque afeto à valorização orgânica de biorresíduos, no que diz respeito ao transporte e tratamento de resíduos indiferenciados foram investidos 70 mil € num semi-reboque, 24 mil € num piso-móvel e 9 mil € em dois kits hidráulicos para viaturas.

Quanto aos investimentos em curso dizem respeito à construção do pavilhão de biorresíduos, implementação da estação de tratamento de lixiviados, cobertura da UTMB e mobiliário para refeitório.

O quadro que se segue resume, por conta, a variação do investimento realizado em 2022, com detalhe da variação dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Quadro 26 – Resumo do Investimento

Resumo do Investimento		2022
43	Ativos fixos tangíveis	1 189 874,60 €
432	Edifícios e outras construções	4 662,77 €
433	Equipamento básico	518 826,96 €
434	Equipamento de transporte	641 629,10 €
435	Equipamento administrativo	8 776,73 €
437	Outros ativos fixos tangíveis	15 979,04 €
44	Ativos intangíveis	23 941,94 €
443	Programas de computador	23 941,94 €
45	Investimentos em curso	525 479,34 €
453	Ativos fixos tangíveis em curso	525 479,34 €

## EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

O ativo corrente, caixa e depósitos bancários excluídos, registaram uma variação de menos 362 mil €.

Registam-se aumentos nos valores a receber de Estado e outros entes públicos, no montante de 2 mil €, onde se encontra reconhecido como créditos a receber o valor do IVA e do IRC, em inventários mais 1.000 €, em clientes mais 399 mil € e em diferimentos, menos 33 mil €. Por outro lado, registam-se reduções em outros créditos a receber, menos 797 mil €.

O passivo total da Gesamb, excluindo provisões, outras dívidas a pagar não correntes e diferimentos, no montante de 3,362 milhões de €, registou um aumento de 196 mil €, mais 6%.

Os passivos correntes registaram um aumento de 231 mil € e os passivos por financiamentos obtidos diminuíram 141 mil €.



A diminuição dos passivos financeiros relaciona-se com as amortizações, no exercício, do empréstimo BEI, colocando o capital em dívida deste empréstimo no termo do exercício em 790 mil €.

Nos passivos correntes as dívidas a fornecedores de 222 mil € registaram uma redução de menos de 34% face ao valor verificado no termo do período precedente.

Os passivos junto do Estado, no montante de 54 mil €, respeitam exclusivamente às retenções de impostos sobre rendimento e a contribuições para a segurança social, ambas referentes a dezembro.

## APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Gesamb apresenta um resultado líquido do exercício de 134.118,49 €.

Nos termos das disposições estatutárias, a Gesamb deverá constituir, com carácter obrigatório, a Reserva geral nunca inferior a 10% do resultado líquido do exercício e a Reserva para investimento, no valor de 5% deste resultado.

Acresce, que nos termos do Contrato de Gestão Delegada da Gestão e Exploração do Sistema Intermunicipal de Resíduos Urbanos pela Gesamb – Gestão Ambiental e Resíduos, EIM, se encontra assente que “A trajetória tarifária prevista neste contrato deve permitir provisionalmente que, no decurso de cada período vinculativo, os acionistas auferam uma adequada remuneração dos capitais próprios” sendo que “é objeto de remuneração o valor do capital próprio apurado no início de cada exercício económico, deduzido do valor das reservas de reavaliação, do valor de capital social subscrito mas ainda não realizado nessa data e do valor de outras variações no capital próprio” Considera-se, por fim, que “A taxa de remuneração de referência a aplicar ao capital (...) corresponde ao valor mais recente da taxa EURIBOR a 12 meses, acrescida de prémio de risco de cinco pontos percentuais”.

Assim, considerando as referidas disposições, bem assim como o valor da Euribor a 12 meses em 2 de janeiro de 2023, de 3,316%. Euribor que no início de 2022 era negativa, de -0,499%, passando a positiva no início de maio e desde então não parou de subir. Pelo que, tendo em conta o resultado do período, propõe-se fixar a remuneração acionista nos 1,5% de prémio de risco e a seguinte aplicação dos resultados:

Quadro 27 – Resultados a Distribuir

Resultado Líquido	134 118,49 €
Reserva Legal	14 000,00 €
Outras Reservas	
Para Investimento	7 000,00 €
Para outros fins	9 118,49 €
Para Resultados transitados	0,00 €
Distribuição aos sócios	104 000,00 €
CIMAC	62 400,00 €
Biosmart	41 600,00 €

Quadro 28 – Proposta de aplicação dos resultados

Capitais próprios no início do exercício	13 400 597,51 €
Reservas de reavaliação	0,00 €
Valor de capital social subscrito e não realizado	0,00 €
Outras variações no capital próprio	6 478 190,45 €
Total	6 478 190,45 €
Remuneração acionista	1,5%
CIMAC	62 400,00 €
Biosmart	41 600,00 €

## OUTROS

Não foram realizados negócios entre a Gesamb e os seus administradores.

A Gesamb não dispõe de sucursais.

Durante o exercício a Gesamb não realizou qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias.

Não existem dívidas ao Estado em situação de mora.



## EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

Nos termos do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 92/2010, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de gestão de resíduos urbanos, o contrato de gestão delegada celebrado entre a Gesamb e a CIMAC, deve compreender informação sobre os objetivos da empresa delegatária; a identificação das principais iniciativas de carácter estratégico a prosseguir pela Gesamb; o plano de investimentos a seu cargo; e o tarifário e a sua trajetória de evolução temporal.

A Gesamb concluiu no exercício de 2018, o primeiro período regulatório após a outorga do seu contrato de gestão delegada, obrigando, por este facto, a reconhecer e preparar o novo período regulatório referente a 2019-2023, levando em consideração o quadro legal, estatutário e normativo em vigor, compatibilizando a atividade por si exercida com todo o conjunto destas normas.

No decurso do primeiro período regulatório, a Gesamb registou e assistiu a um vasto conjunto de acontecimentos subsequentes, com relevância significativa para as estimativas que suportaram o seu plano de negócios elaborado em 2014, e que sucessivamente determinaram a sua revisão e constituem o ponto de partida para a preparação do próximo ciclo regulatório.

Cabe recordar, dada a sua importância:

- ✓ A conclusão física e financeira da candidatura das Infraestruturas complementares aos TMB da Gesamb, Resialentejo e AMCAL, fechando as estimativas iniciais das componentes deste investimento;
  - O início do funcionamento em pleno do empreendimento conjunto da Gesamb, Resialentejo e AMCAL em finais de 2015;
  - A revisão, ainda não concluída e aprovada, do estudo económico e financeiro que sustenta o acordo de parceria do empreendimento conjunto da Gesamb, Resialentejo e AMCAL;
  - A manutenção da suspensão do início do funcionamento da Unidade de CDR de Évora em consequência da ausência, no momento, de mercado para a colocação do produto obtido;
  - A certificação do composto obtido na Unidade de TMBÉvora e o início da sua comercialização;
- ✓ A apresentação e aprovação do Plano de Ação da Gesamb para dar cumprimentos às metas e objetivos definidos no PERSU 2020, em junho de 2015 e posteriores atualizações;
- ✓ A apresentação em janeiro de 2016 com aprovação durante o ano de 2018 de três candidaturas ao POSEUR, "Promoção da Reciclagem Multimaterial e Orgânica de Resíduos Urbanos", "Otimização e Reforço da Rede de Recolha Seletiva" e "Aumento da eficiência do Tratamento Mecânico e Biológico";
- ✓ A apresentação e aprovação em 2018 da candidatura ao POSEUR "Inov I", em parceria com os municípios e com o objetivo principal de implementação de novos circuitos de recolha porta-a-porta de biorresíduos e multimaterial e aquisição de sensores para ecopontos;
- ✓ A apresentação e aprovação em 2019 da candidatura ao POSEUR "Inov II", com objetivos de implementação de um sistema de recolha seletiva de resíduos perigosos, e aumentar a capacidade de armazenamento de resíduos;
- ✓ A apresentação e aprovação em 2020 de duas candidaturas ao POSEUR, "Évora+Verde" que tem como objetivos aumentar as quantidades de biorresíduos recolhidos seletivamente e a sua valorização orgânica e a "Re-planta! III" que tem como principal objetivo promover a compostagem comunitária e doméstica;



- ✓ A apresentação durante o primeiro semestre de 2017 com entrada em vigor em 2018 do novo modelo de valores de contrapartidas do SIGRE que inclui, para além da recolha seletiva, as embalagens recuperadas nas unidades de TMB;
- ✓ A publicação da Lei nº 82-D/2014, de 31 de dezembro, Reforma da fiscalidade ambiental, com a revisão da TGR no sentido do aumento gradual do seu valor base e do aumento do âmbito de aplicação, com a previsão, ainda, de componentes de TGR não repercutíveis na tarifa associadas aos desvios às metas definidas em sede do PERSU 2020;
- ✓ A publicação e a subsequente revisão do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e dos novos estatutos da Entidade Reguladora, estabelecendo as disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas.

A Gesamb concluiu, como se referiu, em 2015 o seu projeto de investimento na Unidade de CDR (Combustível Derivado de Resíduos), a par dos investimentos conjuntos com as restantes entidades parceiras do Alentejo, do projeto na Unidade de TMB (Tratamento Mecânico e Biológico), tendo-se iniciado a exploração plena deste empreendimento durante o período de 2016.

Os montantes de investimento envolvidos e os novos processos de tratamento de resíduos urbanos (RU), com uma maior produção de materiais e produtos com valor económico, induziram sucessivas alterações à estrutura de rendimentos e gastos na Gesamb, alterando pressupostos económicos essenciais ao funcionamento que se vinham verificando até ao ano de 2013. A evolução da sua exploração durante os últimos quase oito anos, a par da suspensão da entrada em funcionamento da Unidade de CDR, suscitam ainda incertezas quanto à evolução prospetiva do conjunto de rendimentos e gastos que, em velocidade cruzado, estas Unidades e o empreendimento conjunto vão justificar.

Por outro lado, a Gesamb prosseguiu com ambiciosos planos de investimento, não só de manutenção, como ainda de expansão da sua capacidade produtiva, dos quais se estimam retornos associados à sua atividade principal como ainda com as atividades com esta conexas.

As obrigações estatutárias, legais e normativas descritas, acompanhadas pelas alterações tecnológicas ao processamento de tratamento de resíduos, ainda num quadro de incerteza associado à exploração do conjunto de investimentos realizados, justificaram a elaboração do plano de negócios da Gesamb para o período delimitado entre 2019 e 2038.

As estimativas apresentadas assentam, contudo, como se referiu, também em fatores de alguma incerteza, cuja não verificação pode impactar positiva ou negativamente o desempenho ambiental e, associado a este, o desempenho económico esperado para os próximos exercícios, pelo que o plano de negócios, subordinado às disposições do contrato de gestão delegada outorgado pela Gesamb com a entidade pública participante e delegatária, a CIMAC, prevê mecanismos de atualização destas estimativas e de eventual revisão tarifária.

O ambiente de incerteza de preparação do plano de negócios é assim reconhecido, considerando, particularmente:

- ✓ O coeficiente de eficiência na obtenção de materiais pelo tratamento mecânico da Unidade de TMB;
- ✓ A qualidade do composto e as possibilidades de realização do valor esperado com a sua venda no mercado;
- ✓ O coeficiente de eficiência na produção de CDR e a concretização do seu escoamento e valor esperado pela sua venda;
- ✓ A evolução da produção de RU, sendo que a não verificação dos aumentos estimados, numa atividade com gastos de estrutura relevantes, provocará variações expressivas nos gastos unitários de tratamento de RU e de produção de cada tonelada de produto ou material.



- ✓ O novo quadro de investimento da União Europeia e os objetivos e os financiamentos que em concreto se virão a definir para o sector;
- ✓ A revisão em curso do PERSU 2020 que estabelece as metas de recolha seletiva, reciclagem e deposição em aterro por sistema e cujo grau de cumprimento acarreta penalização e bonificação nos valores de contrapartidas do SIGRE.

Igualmente em curso, com possibilidades de perturbar as perspetivas no novo plano, sublinhamos, entre outros:

- ✓ O coeficiente de eficiência do processamento de resíduos indiferenciados pelo tratamento mecânico da UTMB;
- ✓ O coeficiente de eficiência na obtenção de materiais pelo tratamento mecânico da UTMB;
- ✓ A manutenção do enquadramento legal que possibilita o escoamento do composto produzido a partir de resíduos indiferenciado desde que cumpridos critérios mínimos de qualidade;
- ✓ A manutenção da suspensão do início do funcionamento da Unidade de CDR de Évora em consequência da ausência e de qualquer perspetiva de mercado para a colocação do produto obtido;
- ✓ A evolução da produção de RU, sendo que a não verificação dos aumentos estimados, numa atividade com gastos de estrutura relevantes, provocará variações expressivas nos gastos unitários de tratamento de RU e de produção de cada tonelada de produto ou material, que entrará em conflito com a meta da prevenção;
- ✓ O novo quadro de investimento da União Europeia e os objetivos e os financiamentos que em concreto se virão a definir para o sector;
- ✓ O PERSU 2030, em fase de elaboração, que estabelecerá as metas de prevenção, da preparação para reutilização e reciclagem e de deposição em aterro assim como as responsabilidades, incentivos e penalizações para os diferentes organismos do sector, nomeadamente os municípios e sistema de gestão de resíduos;
- ✓ O novo regime geral da gestão de resíduos, o novo regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e a alteração regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor (Decreto-lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro);
- ✓ Os novos valores de contrapartida pela retoma de materiais com origem na recolha seletiva e indiferenciada ainda em discussão.

Em particular, no exercício de 2023 deverão, pelo descrito, merecer especial atenção do Órgão de Gestão:

- ✓ O acompanhamento ao novo quadro de investimento da União Europeia, no âmbito PERSU2030;
- ✓ Acompanhamento do novo regime geral da gestão de resíduos, o novo regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e a alteração regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor;
- ✓ Alteração do modelo de aplicação da TGR;
- ✓ O funcionamento do SIGRE, em particular as alterações em curso;
- ✓ A revisão, em curso, do estudo económico e financeiro que sustenta o acordo de parceria do empreendimento conjunto da Gesamb, Resialentejo e AMCAL;
- ✓ A conclusão do Plano de Ação 2015 (PAPERSU), num quadro de aprovação tardia das candidaturas apresentadas ao POSEUR verificadas durante o ano de 2017, confrontando a Gesamb com um ambicioso plano de investimentos e de ações para os anos de 2018 e seguintes;
- ✓ Preparação de novo Plano de Ação, de encontro ao previsto no PERSU2030;



- ✓ A avaliação quanto à Linha de CDR das melhores soluções de investimento e de exploração para a promoção da secagem de CDR em ordem à otimização do seu valor de mercado ou outras soluções alternativas;
- ✓ Acompanhamento da exploração da unidade de valorização de biogás, bem como dos contratos celebrados para rentabilização do aproveitamento do potencial energético do biogás produzido em Aterro;
- ✓ A avaliação de novos projetos em parceria com os municípios, em particular a recolha de biorresíduos e os novos circuitos de recolha seletiva porta-a-porta no setor não residencial (produção diária de RU até 1100 litros);
- ✓ Acompanhamento do aumento generalizado de preços, encontrando-se a taxa de inflação ainda em crescimento.

### FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO EXERCÍCIO

Não se registaram factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

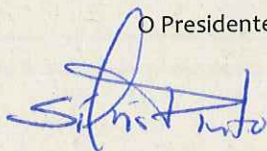
Não obstante o descrito anteriormente, importa referir que em consequência dos efeitos macroeconómicos do Covid-19 na economia mundial e europeia, entretanto agravados com conflito na Ucrânia, a entidade tem vindo a registar significativas pressões sobre os seus custos de exploração, nomeadamente nos gastos de energia, de combustíveis e de materiais importados pelos seus fornecedores habituais essenciais à manutenção das suas infraestruturas.

Os aumentos de preços registados têm vindo a ser acompanhados pelo órgão de gestão, sobretudo com o propósito de encontrar meios e fornecimentos alternativos, com vista a minorar o impacto de tais aumentos.

Os aumentos de preços, não comprometendo a situação económica e financeira, continuidade das operações, os compromissos financeiros assumidos e nem perspetivando qualquer redução do valor recuperável dos ativos da empresa, podem, porém, justificar a necessidade de ajustamento ao orçamento e ao plano de negócios da entidade para o ano em curso e seguintes.


O Conselho de Administração

O Presidente

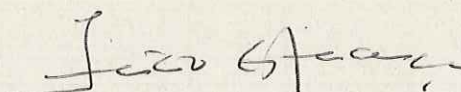


Sílvia Cristina Tirapicos Pinto

Os vogais



Nuno Filipe Saquete Gabriel



Inácio José Ludovico Esperança



ANEXO I - PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

De acordo com o estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros 34/2008, de 22 de fevereiro, o Prazo Médio de Pagamento (PMP) da Gesamb, calculado de acordo com o indicado definido nos termos do nº 4 do Despacho 9870/2009, de 13 de abril de 2009 é o que consta do quadro seguinte:

PMP					
1T 2021			1T 2022		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	342 156,76	49	Σ DF/4	521 239,75	53
Σ A	2 562 598,77		Σ A	3 606 323,14	
2T 2021			2T 2022		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	396 484,02	47	Σ DF/4	564 410,78	56
Σ A	3 089 119,43		Σ A	3 685 303,99	
3T 2021			3T 2022		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	491 719,30	53	Σ DF/4	399 989,18	43
Σ A	3 366 898,91		Σ A	3 429 001,67	
4T 2021			4T 2022		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	483 465,11	54	Σ DF/4	444 138,69	40
Σ A	3 238 027,03		Σ A	4 080 456,95	

O número médio de dias de pagamento (PMP) situa-se nos 40 dias, inferior ao registado no trimestre anterior (43 dias) e inferior ao registado no mesmo período de 2021 (54 dias).



## ANEXO II - PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA – 2022

Tipo	Nome/Descrição	Data	Data Adjudicação	Valor Adjudicação	Empresa Adjudicatária
C.Público	Fornecimento de energia elétrica em BTN e MT, para as instalações da Gesamb	22/11/2021	26/01/2022	180 000,00€	Enforcesco, S.A.
C.Prévia	Aquisição, Instalação e Parametrização Software Gestão de Manutenção	17/02/2022	20/06/2022	19 828,00€	Algadata, S.A.
C.Prévia	Elaboração do Projeto do Pavilhão de valorização de biorresíduos	20/01/2022	03/02/2022	7 250,00 €	Sucesso Rotativo, Lda.
C.Público	Manutenção Preventiva e Assistência Equipamentos Móveis – Lote I	21/09/2021	11/05/2022	165 151,76 €	SPT, Lda.
C.Público	Manutenção Preventiva e Assistência Equipamentos Móveis – Lote II	21/09/2021	11/05/2022	86 557,00 €	SPT, Lda.
C.Público	Manutenção Preventiva e Assistência Equipamentos Móveis – Lote III	21/09/2021	11/05/2022	44 975,00 €	Hidrotruck, Lda.
C.Público	Manutenção Preventiva e Assistência Equipamentos Móveis – Lote IV	21/09/2021	11/05/2022	27 151,88 €	Resitul, Lda.
C.Prévia	Aquisição de semirreboque	17/02/2022	17/03/2022	70 000,00 €	Mofil, Lda.
C.Prévia	Aquisição de contentores 40 m3	17/02/2022	Concurso deserto		
C.Prévia	Serviços de consultadoria na área financeira e contabilidade	17/02/2022	21/03/2022	14 400,00 €	Pocalentejo, Lda.
C.Prévia	Aquisição de fardamento	17/02/2022	23/03/2022	47 219,30€	HR Proteções, S.A.
C.Prévia	Aquisição de contentores de superfície de 2,5 m3	17/03/2022	22/04/2022	19 968,00 €	Soptech, Lda.
C.Prévia	Substituição cabeça do motor Gerador de Biogás	17/03/2022	10/05/2022	23 500,00 €	Manvia, S.A.
C.Prévia	Substituição de impermeabilização cobertura dos edifícios administrativos	17/03/2022	Concurso deserto		
C.Público	Instalação de malha de “crivagem” de 60mm no Tromell Secundário	17/03/2022	11/04/2022	34 056,00€	JOAR, SL
C.Público	Construção do Pavilhão de valorização de biorresíduos incluindo as infraestruturas complementares e a instalação de painéis fotovoltaicos na cobertura	28/05/2021	10/05/2022	1 299 880,00 €	Frisomat, S.A.
C.Público	Aquisição de uma unidade de osmose inversa	28/04/2022	24/08/2022	538 343,00 €	AST, Lda.
AD	Fornecimento de Gasóleo Rodoviário ao abrigo de Acordo Quadro	28/04/2022	18/07/2022	1 789.764€	Lubrifuel, Lda.
AD	Aquisição de contentores 40 m3	19/05/2022	Concurso deserto		
C.Público	Aquisição de viatura pesada para a recolha de resíduos	19/05/2022	20/09/2022	179 790,00 €	AutoSueco, Lda.
C.Público	Fornecimento de energia elétrica em BTN e MT, para as instalações da Gesamb ao Abrigo de Acordo Quadro	19/05/2022	26/07/2022	180 000,00 €	Enforcesco S.A.
C.Prévia	Recuperação da cobertura da UTMB- 1.ª fase	19/05/2022	06/09/2022	64 990,00 €	Sotecnisol, S.A.
C.Prévia	Aquisição de arame de cintagem para a prensa do CT	01/07/2022	18/07/2022	8 616,00 €	Ibermetais, S.A.
AD	Aquisição de geomembrana em PEAD (Telas) para selagem de aterro	01/07/2022	Concurso deserto		
AD	Prestação de serviços de consultadoria (cessação da parceria)	01/07/2022	Concurso deserto		
C.Prévia	Decapagem e Pintura contentor ETAL II	19/08/2022	Concurso a decorrer		
C.Prévia	Reparações Diversas nas Estações Elevatórias de Lixiviados	19/08/2022	Concurso a decorrer		
C.Prévia	Fornecimento e Instalação de 2 Portões para Armazém e Oficina	19/08/2022	Concurso deserto		
AD	Execução de laje em betão para ETAL	22/09/2022	02/11/2022	6 238,20 €	Terralimite, Lda.
C.Público	Aquisição de trator para reboque	22/09/2022	09/12/2022	119 190,00 €	AutoSueco, Lda.



ANEXO II - PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA – 2022 (CONTINUAÇÃO)

Tipo	Nome/Descrição	Data	Data Adjudicação	Valor Adjudicação	Empresa Adjudicatária
C.Público	Prestação de serviços de recolha e análise de amostras com vista ao cumprimento do plano de monitorização anual da AMCAL e Gesamb por um período de 3 anos	22/09/2022	25/11/2022	36 201,00 €	LPQ, Lda.
C.Público	Prestação de serviços de Apoio Técnico ao desenvolvimento da nova Linha de Triagem embalagens de plástico e metal	22/09/2022	14/11/2022	40 600,00 €	Steerin, Lda.
C.Prévia	Aquisição de viatura pesada de 7500 kg com caixa de carga e grua	22/09/2022	17/10/2022	74 000,00 €	Palfinger, S.A.
AD	Substituição pinça Komatsu PW200-7	25/10/2022	04/11/2022	16 457,40 €	Arden, S.L.
C.Prévia	Contentor de orgânicos	25/10/2022	Concurso deserto		
AD	Aquisição de contentores 40 m3	25/10/2022	04/11/2022	20 000,00 €	WeServAmbiente, Lda.
C.Prévia	Aquisição de arame de cintagem para a prensa do CT	14/11/2022	05/12/2022	39 000,00 €	Ibermetais, S.A.
C.Prévia	Aquisição de contentores para recolha seletiva	14/11/2022	Concurso a decorrer		
C.Prévia	Aquisição de "Seguro de saúde de grupo"	08/11/2022	12/12/2022	87 927,00 €	F. Rego, S.A.
C.Público	Fornecimento e Instalação de 2 Portões para Armazém e Oficina	19/08/2022	13/12/2022	12 000,00 €	Tepsol, Lda.
C.Público	Semirreboque piso móvel e central hidráulica	15/12/2022	Concurso a decorrer		
C.Público	Aquisição e Instalação de Pneus Novos e Recauchutados	15/12/2022	Concurso a decorrer		
C.Público	Fornecimento de H2SO4 para ETAL 2 e 3	15/12/2022	Concurso a decorrer		
AD	Aquisição de contentores para resíduos orgânicos	15/12/2022	24/01/2023	20 000,00 €	Sopinal, S.A.
C.Público	Reservatório em PEAD para acondicionamento de H2SO4 para ETAL 3	15/12/2022	Concurso a decorrer		



## ANEXO III - LISTA DOS GRUPOS DE PARTES INTERESSADAS

Partes Interessadas Internas [GRI 102-40]	
Gestores – Conselho de Administração	<p><b>Entre 1 janeiro a 26 novembro de 2021:</b>  Presidente: Luís Simão Duarte de Matos, CIMAC  Vogais: João Paulo Mengas da Silva Afonso, BioSmart; Bernardino António Bengalinha Pinto, CIMAC</p> <p><b>A partir de 26 novembro de 2021 e de 22 de julho de 2022:</b>  Presidente: Sílvia Pinto, CIMAC  Vogais: Nuno Filipe Saquete Gabriel, Biosmart; Inácio Esperança, CIMAC</p>
Trabalhadores e Trabalhadoras	106 – 100% dos trabalhadores e das trabalhadoras estavam abrangidos pelo Acordo da Empresa que entregou em vigor de 2017 [GRI 102-8, 102-41].
Estruturas representativas dos trabalhadores e das trabalhadoras - Comissão dos Trabalhadores	Comissão de Trabalhadores da Gesamb

Partes Interessadas externas	
Associação	Associação para a Gestão de Resíduos (ESGRA) [GRI 102-13]
Parceiros	AMCAL, Resialentejo, CCDD do Alentejo
Entidades reguladoras	ERSAR
Entidades gestoras de resíduos	SPV, Novo Verde, Amb3E, ERP Portugal, Valorpneu, Ecopilhas, Sogilub,
Municípios	Alandroal, Arraiolos Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa
Fornecedores [GRI 102-9]	Endesa Energía, SA, Gaspe – Combustíveis, Lda, Hydraplan - Manutenção e Comércio de Veículos, Lda, Certoma - Comércio Técnico de Máquinas, Lda, Hidrotruck, Lda, MBP Automóveis Portugal, S.A., Movitrucks Lda, Electro Requetim, Movimola - Serralharia Civil, Lda, Stet-Soc.Téc.Equip.e Tractores, SA, Coperol - D. Costa - Peças E Equipamentos Rolantes, RC – Rosário Carvalho e Associadosc SROC, Lda, Prosegur Companhia De Segurança, Lda,, Lda, Keith Walking Floor Europe, Tamesur,S.A.L.Maquinaria De Elevación Y Transporte, FAES PAAL Group. Civiparts & Europa Equipamentos,S.A., Vulcanizadora Borbense, Lda, Starsul-Comércio de Automóveis, S.A., SAPEC Química, Unilubes, Lda, Fidelidade Mundial – Seguros, Megape-Com. e Industria de Pneus, SA, Ibermetais - Indústria De Trefilagem, S.A., DST, INASI - Comércio E Industria de Máquinas e Viatura, EDP – Comercial, Mais Momentos, Galp Power, S.A., HR Protecção SA, Proder Professional, Berner, S.A., Sintética, Lda, Dima Equipamentos Industriais, Lda, Maquipneus, Lda, Sotrafa - Agricultura Y Geosintéticos, A3L - Lab. Metrologia Industrial, Lda, Farmextintores
Retomadores	Absorvalor - Reciclagem de Plásticos, Amarelisa, Ambicare Industrial - Tratamento de Resíduos, S.A., Ambiente - Recuperação de Materiais Plasticos S.A. , Ambigroup Reciclagem, SA,, Ba Vidro S.A., Baluarte - Sociedade de Recolha e Recuperação de Desperdícios Lda, Batistas Reciclagem de Sucatas, S.A., Biogoma, Carmona - Sociedade de Limpeza e Tratamento de Combustíveis S.A., Centro de Reciclagem de Palmela, S.A.,



**Partes Interessadas externas**

	Cordoplas, S.A., Ecociclo - Energia e Ambiente S.A., Ecopilhas - Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores Lda, EPS20 FISHER, LDA, Europac & C Recicla Portugal, Évrtis Ibérica, SA, Extruplas - Reciclagem, Recuperação e Fabrico de Produtos Plásticos Lda, Francisco Marques Rodrigues, Lda, Gestão de Resíduos JMM, Lda, Griótubos - Fábrica de Tubos e Acessórios Plásticos, Lda, Micronipol, S.A., Oleotorres, Lda, PelletsPower2, PET Companhia para Su Reciclado, S.A., Plásticos Riaza, S. L., R3 Natura - Unipessoal, Lda, Recipneu - Empresa Nacional de Reciclagem de Pneus Lda, Recuperación Y Reciclajes Román S.L., Scrap Choice, Unipessoal, Lda, Sgr - Sociedade Gestora de Resíduos S.A., Sirplaste - Sociedade Industrial de Recuperados de Plástico S.A.
Entidades Bancárias	Santander, Crédito Agrícola, Novo Banco, Montepio, EuroBIC e MillenniumBCP
Seguradoras	Fidelidade Mundial
Sindicatos	Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Regional
Comunidade Escolar	Todas as escolas dentro da área de abrangência da Gesamb. A Gesamb integra vários conselhos Eco-Escolas, recebe visitas e realiza ações de sensibilização externas.
Universidades e Centros de Investigação	Universidade de Évora
Comunicação Social	Lusa, Diário do Sul, Radio Campanário, Radio Despertar, Radio Telefonía do Alentejo
Vizinhança	Vizinhos: Eng.º António Noronha Lopes, Desconhecido
Junta de Freguesia	União de Freguesias de Nossa Senhora da Tourega e Guadalupe – Presidente Sr. Joaquim Pimpão
População em Geral	12 Municípios do distrito de Évora



ANEXO IV - ÍNDICE DE CONTEÚDOS GRI



Tabela GRI Standards 2018 [GRI 102-55]	Capítulo / Página
GRI 101: Foundation 2019	
GRI 102: Conteúdos Gerais	
<b>Perfil Organizacional</b>	
102-1 Nome da Organização	2
102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços	4
102-3 Localização da sede	4
102-4 Localização das operações	5
102-5 Tipo e natureza jurídica da propriedade	4
102-6 Mercados servidos	4
102-7 Dimensão da Organização	4
102-8 Informação sobre colaboradores e outros trabalhadores	33, 59
102-9 Cadeia de fornecedores	59
102-10 Alterações significativas na organização ou na sua cadeia de fornecedores	
102-11 Abordagem ao princípio da precaução	A Gesamb tem uma abordagem ativa no que concerne aos riscos económicos, ambientais e sociais, baseada no princípio da precaução e assim procura minimizar os potenciais efeitos adversos associados às atividades que desempenha. 31, 35
102-12 Iniciativas externas	17
102-13 Participação em associações	59
<b>Estratégia</b>	
102-14 Declaração da Administração	4
102-15 Principais impactes, riscos e oportunidades	12
<b>Ética e integridade</b>	
102-16 Valores, princípios, padrões e normas de conduta	8
102-17 Mecanismos de aconselhamento e questões éticas	8
<b>Governança</b>	
102-18 Estrutura de Governança	7
102-19 Delegação da autoridade	
102-20 Responsabilidade a nível executivo por tópicos económicos, ambientais e sociais	7













Tabela GRI Standards 2018 [GRI 102-55]	Capítulo / Página
102-21 Consulta das partes interessadas em relação a questões económicas, ambientais e sociais	9
102-22 Composição do órgão de governação hierarquicamente mais elevado e das suas comissões	7
102-23 Presidente do órgão mais alto de governo	7
102-24 Nomeação e escolha do órgão de governação hierarquicamente mais elevado	7
102-25 Conflitos de interesse	8,18
102-26 Papel do mais alto órgão de governo na definição da missão, dos valores e da estratégia*	8
102-27 Conhecimento coletivo do órgão de administração hierarquicamente mais elevado	8
102-28 Avaliação do desempenho do órgão de administração hierarquicamente mais elevado	
102-29 Identificação e gestão dos impactes económicos, ambientais e sociais	
102-30 Efetividade dos processos de gestão de riscos	
102-31 Análise de tópicos económicos, ambientais e sociais	
102-32 Papel do mais alto órgão de governo no reporte de sustentabilidade	
102-33 Comunicação de assuntos críticos	8
102-34 Natureza e comunicação dos assuntos críticos	8
102-35 Políticas de remuneração	8
102-36 Processos para determinação da remuneração*	
102-37 Envolvimento das partes interessadas em questões de remuneração*	
102-38 Rácio de remuneração total anual	
102-39 Rácio do aumento percentual na remuneração total anual	
<b>Envolvimento com Stakeholders</b>	
102-40 Lista de grupos de partes interessadas	59
102-41 Acordos de contratação coletiva*	59
102-42 Identificação e seleção de partes interessadas	11
102-43 Abordagem ao envolvimento de partes interessadas	11
102-44 Principais questões e preocupações	11
<b>Prática de Reporte</b>	
102-45 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	
102-46 Definição do conteúdo do relatório e limites dos tópicos	9
102-47 Lista de tópicos materiais	9







Tabela GRI Standards 2018 [GRI 102-55]	Capítulo / Página
102-48 Reformulação de informações	
102-49 Alterações no reporte	
102-50 Período coberto pelo relatório	9
102-51 Data do último relatório publicado*	
102-52 Ciclo de publicação	4
102-53 Contactos para questões sobre o relatório	69
102-54 Declaração de conformidade com as Normas GRI	4
102-55 Índice GRI	4, 61
102-56 Verificação externa	4
<b>GRI 103: Abordagem de Gestão</b>	
103-1 Explicação do tema material	10
103-2 A abordagem de gestão e respetivos componentes	10
103-3 Avaliação da abordagem de gestão	10
<b>GRI 200 Tópicos Económicos</b>	
<b>201: Desempenho Economico</b>	
201-1 Valor económico direto gerado e distribuído	45
201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades devido às alterações climáticas	19
201-3 Obrigações do plano de benefícios definidos e outros planos de pensões	31
201-4 Ajuda financeira recebida do governo	45
<b>202: Presença no mercado</b>	
202-1 Intervalo de variação da proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, por género	32
202-2 Proporção de quadros superiores contratados na comunidade local	33
<b>203: Impactes económicos indiretos</b>	
203-1 Desenvolvimento e impacte de investimentos em infraestruturas e serviços oferecidos	45
203-2 Impactes económicos indiretos significativos	
<b>204: Práticas de aquisição</b>	
204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais	36
<b>205: Anticorrupção</b>	
205-1 Operações avaliadas para os riscos relacionados com a corrupção	37
205-2 Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	37








Tabela GRI Standards 2018 [GRI 102-55]		Capítulo / Página
205-3 Casos de corrupção confirmados e medidas adotadas		Não houve registo de casos de corrupção.
206: Práticas anticoncorrenciais		
206-1 Ações judiciais por práticas anticoncorrenciais, antitrust e monopólio		Não houve registo de ações judiciais.
GRI 300 Tópicos Ambientais		
301: Materiais		
301-1 Consumo de materiais		19
301-2 Consumo de materiais provenientes de reciclagem		20
301-3 Produtos e embalagens recuperados		
302: Energia		
302-1 Consumo de energia dentro da organização		20
302-2 Consumo de energia fora da organização		
302-3 Intensidade energética		23
302-4 Redução do consumo de energia		22
302-5 Reduções nas necessidades energéticas dos produtos e serviços		
303: Água		
303-1 Captação de água por fonte		23
303-2 Fontes hídricas significativamente afetadas pela captação de água		Não houve registo de captações de água afetadas.
303-3 Água reciclada e reutilizada		23
304: Biodiversidade		
304-1 Localização em áreas protegidas ou adjacentes e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas		24
304-2 Impactes significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade		24
304-3 Habitats protegidos ou recuperados		24
304-4 Lista de Espécies Ameaçadas da IUCN e espécies da lista nacional de conservação com habitats em áreas afetadas por operações		24
MM1 – Terrenos próprios ou arrendados (área), usados para o desenvolvimento de atividades produtivas ou que sofreram qualquer tipo de alteração/reabilitação**		
MM2 – Áreas identificadas como sujeitas a planos ambientais e recuperação paisagística e áreas que possuem planos em curso**		24
305: Emissões		
305-1 Emissões diretas de GEE (Âmbito 1)		25
305-2 Emissões indiretas de GEE de energia (Âmbito 2)		










Tabela GRI Standards 2018 [GRI 102-55]	Capítulo / Página
305-3 Outras emissões indiretas de GEE (Âmbito 3)	
305-4 Intensidade das emissões de GEE	
305-5 Redução das emissões de GEE	25
305-6 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono	
305-7 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas	
<b>306: Efluentes e resíduos</b>	
306-1 Efluentes líquidos por qualidade e destino	26
306-2 Resíduos por tipo e método de tratamento	26
306-3 Derrames significativos	Não houve registo de derrames significativos.
306-4 Transporte de resíduos perigosos	Não houve transporte de resíduos perigosos.
306-5 Recursos hídricos afetados por descargas de água e/ou escoamento	Não houve registo de recursos hídricos afetados.
MM3 - Total de inertes, resíduos e lama e quais são os riscos associados**	
<b>307: Conformidade Ambiental</b>	
307-1 Multas por incumprimento das leis e dos regulamentos ambientais	Não houve multas por incumprimento.
<b>308: Avaliação ambiental de fornecedores</b>	
308-1 Novos fornecedores avaliados com critérios ambientais	
308-2 Impactes ambientais negativos na cadeia de fornecimento e medidas adotadas	Não foram identificados impactes ambientais negativos na cadeia de fornecimento.
<b>GRI 400 Tópicos Sociais</b>	
<b>401: Emprego</b>	
401-1 Novas contratações e rotatividade de colaboradores	32
401-2 Benefícios atribuídos aos colaboradores	31,32
401-3 Licença parental	32
<b>GRI 402: Relações entre empregados e empregadores</b>	
402-1 Prazos mínimos de aviso prévio de mudanças operacionais	Não estão definidos prazos mínimos de aviso prévio de mudanças operacionais.
MM4 - Número de greves e greves patronais com duração superior a uma semana**	Não houve registo de greves com duração superior a uma semana.
<b>GRI 403: Saúde e Segurança no Trabalho</b>	
403-1 Representação dos trabalhadores nas comissões formais conjuntas de saúde e segurança compostas pela administração e colaboradores	
403-2 Tipos de lesão e taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos e absentismo e óbitos relacionados com o trabalho	35














Tabela GRI Standards 2018 [GRI 102-55]		Capítulo / Página
403-3 Colaboradores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas com a sua profissão		34
403-4 Tópicos relativos à saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos		
GRI 404: Formação e educação		
404-1 Média de horas anuais de formação por colaborador		34
404-2 Programas de gestão de competências dos colaboradores e programas de assistência à transição para a reforma		
404-3 Percentagem de colaboradores submetidos regularmente a avaliações de desempenho e de desenvolvimento de carreira		31
GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades		
405-1 Diversidade de órgãos de administração e colaboradores		33
405-2 Rácio de salário base e remuneração das mulheres e homens		34
GRI 406: Não discriminação		
406-1 Incidentes de discriminação e medidas adotadas		Não houve registo de incidentes de discriminação.
GRI 407: Liberdade de associação e negociação coletiva		
407-1 Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva possa estar em risco		Não se registaram ameaças à liberdade de associação e negociação coletiva
GRI 408: Trabalho infantil		
408-1 Operações e fornecedores com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil		Não houve registos de trabalho infantil.
GRI 409: Trabalho forçado ou obrigado		
409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo		Não houve registo de trabalho forçado ou obrigado.
GRI 410: Práticas de segurança		
410-1 Pessoal de segurança com formação em procedimentos ou políticas de direitos humanos		
GRI 411: Direitos dos povos indígenas		
411-1 Incidentes de violações dos direitos dos povos indígenas*		Não houve registo de incidentes de violações dos direitos dos povos indígenas.
MM5 - Número total de operações que ocorrem em territórios indígenas ou áreas adjacentes, e número e percentagem de operações ou locais onde existem acordos formais com comunidades dos povos indígenas**		
GRI 412: Avaliação dos direitos humanos		
412-1 Operações que tenham sido objeto de avaliações dos direitos humanos ou avaliações de impacto		Não houve registo deste tipo de operações.
412-2 Formação de colaboradores em procedimentos ou políticas de direitos humanos		Não houve necessidade de formação de colaboradores e colaboradoras em



Tabela GRI Standards 2018 [GRI 102-55]		Capítulo / Página
412-3 Acordos e contratos de investimento significativos que contemplem cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos		procedimentos ou políticas de direitos humanos. Não houve necessidade de acordos e contratos de investimento significativos que contemplem cláusulas referentes a direitos humanos.
<b>GRI 413: Comunidades locais</b>		
413-1 Operações com o envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento		17
413-2 Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais		
MM6 - Número e descrição de disputas significativas referentes ao uso da terra, direitos adquiridos pelas comunidades locais e povos indígenas**		Não se registaram disputas ao uso da terra, direitos adquiridos e povos indígenas.
MM7 - Procedimentos utilizados na gestão de reclamações e queixas para resolver conflitos relativos ao uso da terra, direitos das comunidades locais e povos indígenas e os resultados**		Não houve necessidade de procedimentos de reclamações e queixas, para resolver conflitos.
<b>GRI 414: Avaliação social dos fornecedores</b>		
414-1 Novos fornecedores que foram selecionados através de critérios sociais		
414-2 Impactes sociais negativos na cadeia de fornecimento e medidas adotadas		
<b>GRI 415: Política Pública</b>		
415-1 Contribuições políticas		
<b>Mineração artesanal e de pequena escala</b>		
MM8 - Número (e percentagem) de unidades operacionais da empresa onde ocorre mineração artesanal e de pequena escala (MAPE) no local ou adjacente a ele, os riscos associados e as medidas adotadas para gerir e mitigar esses riscos**		
<b>Reinstalação</b>		
MM9 - Locais onde houve reinstalação, o número de famílias reinstaladas em cada um, e como o seu sustento ficou afetado pelo processo**		
<b>Planificação do encerramento</b>		
MM10 - Número e percentagem de operações com planos de encerramento de atividades**		25
<b>GRI 416: Saúde e segurança do cliente</b>		
416-1 Avaliação dos impactes das categorias de produtos e serviços na saúde e segurança		
416-2 Incidentes de incumprimento dos impactes das categorias de produtos e serviços na saúde e segurança		Não houve registo de incidentes.
<b>GRI 417: Comercialização e rotulagem</b>		



114

Tabela GRI Standards 2018 [GRI 102-55]		Capítulo / Página
417-1 Requisitos de informações de produtos e serviços e rotulagem		
417-2 Incidentes de não conformidade relativos às informações de produto e serviço e rotulagem		Não houve registo de incidentes.
417-3 Incidentes de não conformidade relativos a comunicações de marketing		Não houve registo de incidentes.
<b>GRI 418: Privacidade do cliente</b>		
418-1 Reclamações fundamentadas relativas a violações de privacidade dos clientes e perdas de dados do cliente		Não houve registo de reclamações.
<b>GRI 419: Conformidade socioeconómica</b>		
419-1 Não conformidade com leis e regulamentos nos domínios social e económico		Não houve registo de não conformidade com leis e regulamentos nos domínios social e económico.

Legenda:  Não aplicável  Informação não disponível



Contacto para mais informações:

Gilda Matos

Marília Nunes

Gesamb Gestão Ambiental e de Resíduos, E.L.M.

Estrada dos Alcáçovas  
EN 380

700-175 Évora

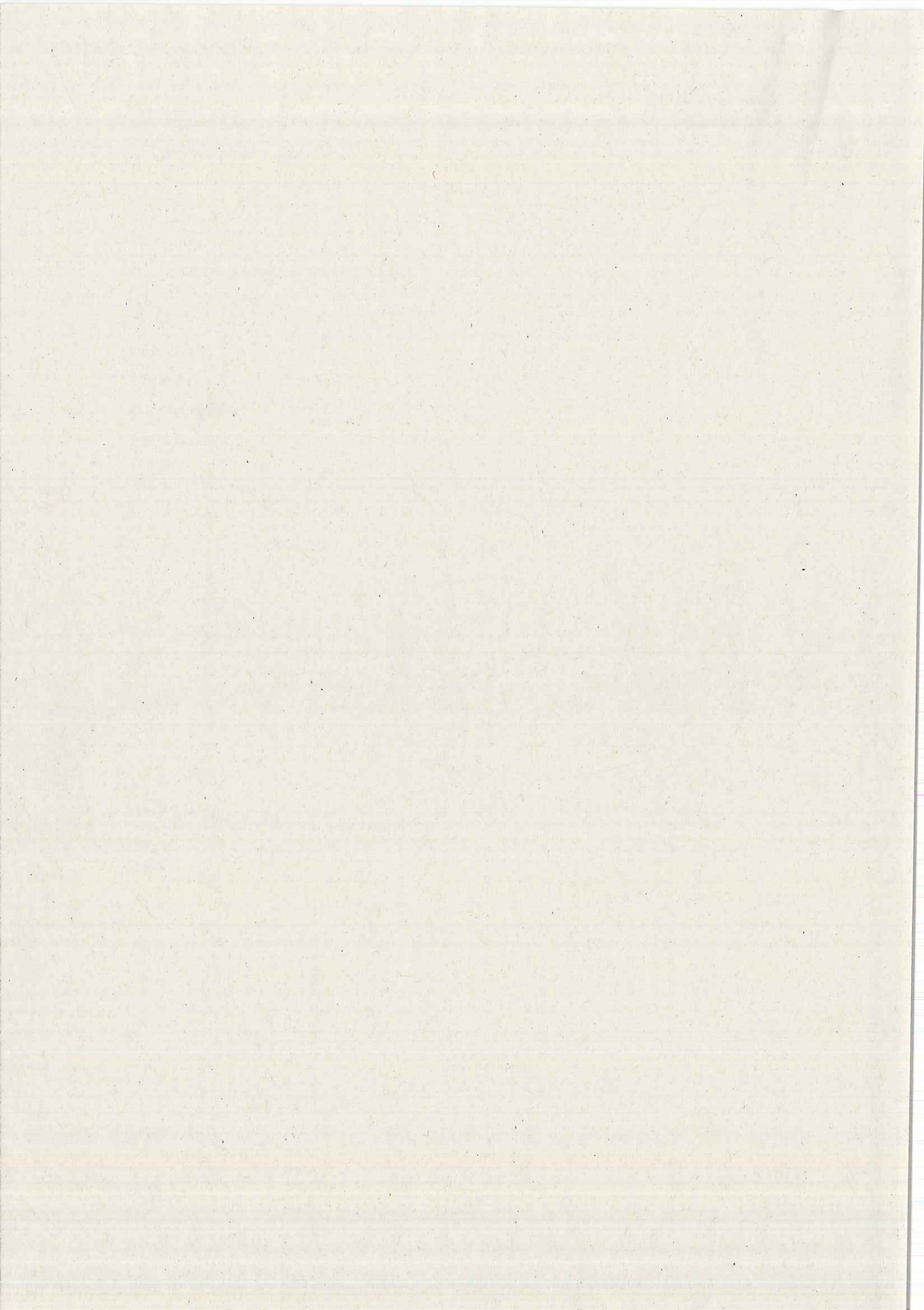
Tel.: 266 748 123

[geral@gesamb.pt](mailto:geral@gesamb.pt)

[www.gesamb.pt](http://www.gesamb.pt)

[102-53]







**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Rubricas	Notas	31.12.2022	31.12.2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	12 648 729,14	12 744 222,43
Ativos Intangíveis	6	110 960,55	109 506,63
Outros Investimentos financeiros		18 778,14	16 878,00
Ativos por impostos diferidos		118,85	10 800,57
<b>Subtotal</b>		<b>12 778 586,68</b>	<b>12 881 407,63</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	10	65 995,04	64 308,11
Clientes	9; 17	1 522 709,72	1 123 837,61
Estado e outros entes públicos	20	185 325,90	183 953,88
Outros créditos a receber	17	1 133 035,51	1 930 121,74
Diferimentos	20	356 964,62	324 238,81
Caixa e depósitos bancários	4	4 845 151,73	5 545 965,08
<b>Subtotal</b>		<b>8 109 182,52</b>	<b>9 172 425,23</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>20 887 769,20</b>	<b>22 053 832,86</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital subscrito	5	1 000 000,00	1 000 000,00
Reservas legais		915 000,00	876 000,00
Outras reservas		4 699 907,06	4 658 257,62
Ajust. / Outras variações de capital próprio		5 629 291,85	6 478 190,45
<b>Subtotal</b>		<b>12 244 198,91</b>	<b>13 012 448,07</b>
Resultado líquido do período	20	134 118,49	388 149,44
<b>Total do capital próprio</b>		<b>12 378 317,40</b>	<b>13 400 597,51</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	12;16	3 497 791,27	3 479 792,07
Financiamentos obtidos	8; 17	643 702,58	789 812,09
Outras dívidas a pagar	17	1 631 556,50	1 878 010,93
<b>Subtotal</b>		<b>5 773 050,35</b>	<b>6 147 615,09</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	17	221 567,96	337 385,46
Estado e outros entes públicos	20	54 066,88	64 513,12
Financiamentos obtidos	8; 17	146 109,50	140 623,78
Outras dívidas a pagar	17	2 296 837,11	1 833 668,21
Diferimentos	20	17 820,00	129 429,69
<b>Subtotal</b>		<b>2 736 401,45</b>	<b>2 505 620,26</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>8 509 451,80</b>	<b>8 653 235,35</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>20 887 769,20</b>	<b>22 053 832,86</b>

*cc p t c.*



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados	11	6 583 119,50	6 210 195,37
75		Subsídios à exploração	13	95 986,11	80 150,96
73		Variação de inventários na produção	10	1 686,93	-43 733,35
	62	Fornecimentos e serviços externos	20	-2 244 728,30	-1 840 902,79
	63	Gastos com pessoal	18	-2 201 353,51	-1 948 159,63
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	29 325,15	-102 749,82
763	67	Provisões (aumentos/reduções)	12	-17 999,20	13 132,37
78...+791		Outros rendimentos	13; 20	1 200 902,13	1 068 571,26
	69-685+69...	Outros gastos	20	-1 398 754,10	-1 207 511,69
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>				<b>2 048 184,71</b>	<b>2 228 992,68</b>
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6; 7	-1 835 700,46	-1 680 817,19
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>				<b>212 484,25</b>	<b>548 175,49</b>
	6911/21/81	Juros e gastos similares suportados	8	-34 318,55	-39 616,06
<b>Resultado antes de impostos</b>				<b>178 165,70</b>	<b>508 559,43</b>
	812	Impostos sobre o rendimento do período	15	-44 047,21	-120 409,99
<b>Resultado líquido do período</b>				<b>134 118,49</b>	<b>388 149,44</b>



*Handwritten notes:*  
#  
Nº 1  
1/12

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Rubricas	Notas	2022	2021
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>			
Recebimentos de Clientes		6 530 482,27	6 449 075,93
Pagamentos a Fornecedores		-4 112 371,43	-3 340 572,94
Pagamentos ao Pessoal		-2 008 255,30	-1 795 023,73
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>409 855,54</b>	<b>1 313 479,26</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-88 734,34	-159 925,72
Outros recebimentos/pagamentos		585 859,18	339 647,88
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>906 980,38</b>	<b>1 493 201,42</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-1 653 314,55	-1 653 798,68
Ativos intangíveis		-29 448,59	-2 543,89
Investimentos financeiros		-5 770,58	-5 096,52
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		13 994,02	0,00
Investimentos financeiros		3 921,91	1 095,20
Subsídios ao investimento		543 212,16	650 288,97
Juros e rendimentos similares		2 339,43	1 523,39
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>-1 125 066,20</b>	<b>-1 008 531,53</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-140 623,79	-135 344,01
Juros e gastos similares		-34 603,74	-39 883,51
Dividendos		-307 500,00	-295 000,00
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento (3)</b>		<b>-482 727,53</b>	<b>-470 227,52</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>		<b>-700 813,35</b>	<b>14 442,37</b>
<b>Efeitos das diferenças de câmbio</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>5 545 965,08</b>	<b>5 531 522,71</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	<b>4 845 151,73</b>	<b>5 545 965,08</b>



## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2022

Descrição	Notas	Capital Subscrito	Reservas		Ajustamentos/Outras		Resultados Transitados	Resultado líquido do Período	Total
			Reservas legais	Outras reservas	Outras	Variações CP			
Posição no início do período 2022	6	1 000 000,00	876 000,00	4 658 257,62	6 478 190,45		0,00	388 149,44	13 400 597,51
<b>Alterações no período</b>									
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									0,00
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00
Outras alterações reconhecidas de capital próprio			39 000,00	41 649,44	-848 898,60		307 500,00	-388 149,44	-848 898,60
<b>Resultado líquido do período</b>	7	0,00	39 000,00	41 649,44	-848 898,60		307 500,00	-388 149,44	-848 898,60
<b>Resultado integral</b>	8							134 118,49	134 118,49
Operações com detentores de capital no período	9=7+8							-254 030,95	-714 780,11
Distribuições									
	10	0,00	0,00	0,00	0,00		-307 500,00		-307 500,00
<b>Posição no fim do período 2022</b>	6+7+8+10	1 000 000,00	915 000,00	4 699 907,06	5 629 291,85			134 118,49	12 378 317,40



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2021

Descrição	Notas	Capital Subscrito	Reservas		Ajustamentos/Outras	Resultados Transitados	Resultado líquido do Período	Total
			Reservas legais	Outras reservas				
Posição no início do período 2021	1	1 000 000,00	836 200,00	4 599 935,24	6 374 892,89	0,00	393 122,38	13 204 150,51
<b>Alterações no período</b>								
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								0,00
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00
Outras alterações reconhecidas de capital próprio			39 800,00	58 322,38	103 297,56	295 000,00	393 122,38	103 297,56
<b>Resultado líquido do período</b>	2	0,00	39 800,00	58 322,38	103 297,56	295 000,00	393 122,38	103 297,56
<b>Resultado integral</b>	3						388 149,44	388 149,44
<b>Operações com detentores de capital no período</b>	4=2+3						-4 972,94	491 447,00
Distribuições								0,00
	5		0,00	0,00		-295 000,00		-295 000,00
	6=1+2+3+5	1 000 000,00	876 000,00	4 658 257,62	6 478 190,45	0,00	388 149,44	13 400 597,51
Posição no fim do período 2021								

Handwritten signatures and initials at the top right of the page.



**ANEXO****1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM

A empresa Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM é uma empresa intermunicipal de capitais maioritariamente públicos constituída, por tempo indeterminado, pela Associação de Municípios do Distrito de Évora, atual CIMAC e tem como objeto a:

- ✓ Promoção direta ou indireta da conceção, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de transporte, valorização, tratamento e destino final de resíduos sólidos e a;
- ✓ Prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo.

A empresa Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM tem a sua sede social no Aterro intermunicipal, quilómetro 89, 9, Estrada Nacional 380, Freguesia de N.D. da Tourega e N.S. de Guadalupe, Concelho de Évora.

A empresa desenvolve a sua atividade com o CAE (Rev. 3) principal 38212, Tratamento e Eliminação de Outros Resíduos Não Perigosos.

As presentes demonstrações financeiras da empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

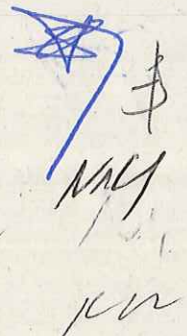
**2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- ✓ Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela lei nº20/2010 de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;
- ✓ Portaria nº 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- ✓ Aviso nº 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- ✓ Aviso nº 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro)
- ✓ Portaria nº 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer na posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento nº1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Junho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas





interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade das operações da empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos na Portaria nº220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

## 2.2. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCECIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

## 2.3. INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2021.

# 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

## 3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

### 3.1.1. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente programas de computador e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo custo). Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha recta, de uma forma consistente, durante um período de 3 anos de vida útil, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço da venda e a quantia escriturada na data de



alineação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

### 3.1.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Após o reconhecimento como um ativo, um item do ativo fixo tangível cujo justo valor possa ser determinado fiavelmente deve ser mensurado por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As revalorizações são efetuadas com suficiente regularidade para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor à data do balanço.

Quando quantia escriturada de um ativo for aumentada como resultado de uma revalorização, o aumento é creditado diretamente ao capital próprio numa conta de excedente de revalorização. O aumento deve ser reconhecido nos resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo ativo previamente reconhecido nos resultados.

Quando a quantia escriturada de um ativo for diminuída como resultado de uma revalorização, a diminuição deve ser reconhecida nos resultados. Contudo, a diminuição deve ser debitada diretamente ao capital próprio até ao limite da quantia de crédito existente no excedente de revalorização com respeito a esse ativo.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha recta, de uma forma consistente de período a período.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada no ativo sempre que perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alineação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

### 3.1.3. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos financeiros em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido proporcionalmente à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.





De acordo com este método, a quantia escriturada das participações financeiras é ajustada anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das subsidiárias e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros". Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição da quantia escriturada dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos, ao custo ou custo amortizado. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

### 3.1.4. IMPARIDADE DE ATIVOS

A empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis".

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixas futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuiram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.



### 3.1.5. LOCAÇÕES

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

### 3.1.6. INVENTÁRIOS

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio.

Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, justifica-se o reconhecimento de imparidade nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

### 3.1.7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

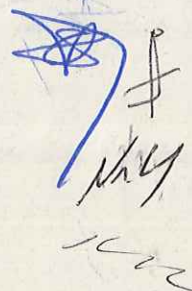
### 3.1.8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### 3.1.8.1. CRÉDITOS A RECEBER

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será





recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos, ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, quando existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

### 3.1.8.2. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

### 3.1.8.3. DÍVIDAS A PAGAR

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas ao custo. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

### 3.1.8.4. PASSIVOS FINANCEIROS E INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio com uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.



### 3.1.8.5. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua responsabilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

### 3.1.8.6. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

### 3.1.9. REGIME DE ACRÉSCIMO

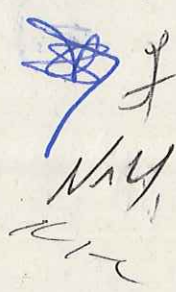
Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

### 3.1.10. RÉDITO

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurado, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as





transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

### 3.1.11. SUBSÍDIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com gastos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com os ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

### 3.1.12. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

As transações em moeda estrangeira encontram-se registadas na moeda funcional (Euro) utilizando as taxas de câmbio à data da sua realização para as converter. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, se ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicialmente registado e reconhecidas como ganhos ou perdas no período em que a liquidação ou reavaliação ocorre. No entanto, se o valor inicial tiver sido registado em períodos anteriores, a diferença de câmbio é apurada por reporte ao valor transposto pelo uso da taxa de fecho à data do último balanço.

Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico, designadamente os inventários, os ativos fixos tangíveis e os intangíveis, mantêm-se expressos, à data de cada balanço, pelas taxas à data da transação.

As diferenças de câmbio positivas relativas à atividade de financiamento são reveladas na demonstração dos resultados como “Juros e rendimentos similares obtidos”, enquanto as negativas são reveladas na rubrica “Juros e gastos similares suportados”. As demais diferenças de câmbio, emergentes de atividades operacionais ou de investimento, integram as rubricas “Outros rendimentos” e “Outros gastos”, no caso de serem positivas e negativas, respetivamente.



### 3.1.13. IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal, em termos gerais, durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontram-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%, acrescida de 1,25% a título de derrama e de 3% a 7% a título de derrama estadual sobre a parte do lucro tributável superior a € 1 500 000. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88.º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 5% e 50%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativo, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associadas, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por





impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

#### 3.1.14. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão.

Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

#### 3.1.15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### 3.1.16. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

### 3.2. JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTE NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Concelho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.



As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 incluem o reconhecimento de acréscimos de gastos e o registo de provisões e perdas por imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

### 3.3. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### 3.4. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano negócios e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

### 4.1. COMENTÁRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO

Todas as quantias evidenciadas no Balanço a 31 de dezembro de 2022 estão disponíveis para uso.

### 4.2. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS



Meios financeiros líquidos	Período 2022				Período 2021			
	Quantias escrituradas no começo do período	Movimentos do período		Quantias escrituradas no fim do período	Quantias escrituradas no começo do período	Movimentos do período		Quantias escrituradas no fim do período
		Débitos	Créditos			Débitos	Créditos	
Caixa	1 974,95	43 083,83	(42 506,79)	2 551,99	2 670,13	249 303,48	(249 998,66)	1 974,95
	1 974,95	43 083,83	(42 506,79)	2 551,99	2 670,13	249 303,48	(249 998,66)	1 974,95
Depósitos à ordem	2 580 340,59	11 313 292,63	(12 564 683,02)	1 328 950,20	1 065 203,04	11 619 329,03	(10 104 191,48)	2 580 340,59
	2 580 340,59	11 313 292,63	(12 564 683,02)	1 328 950,20	1 065 203,04	11 619 329,03	(10 104 191,48)	2 580 340,59
Outros depósitos bancários	2 963 649,54	1 550 000,00	(1 000 000,00)	3 513 649,54	4 463 649,54	1 000 000,00	(2 500 000,00)	2 963 649,54
	2 963 649,54	1 550 000,00	(1 000 000,00)	3 513 649,54	4 463 649,54	1 000 000,00	(2 500 000,00)	2 963 649,54
Totais	5 545 965,08	12 906 376,46	(13 607 189,81)	4 845 151,73	5 531 522,71	12 868 632,51	(12 854 190,14)	5 545 965,08

## 5. PARTES RELACIONADAS

### 5.1. TRANSAÇÕES E SALDOS PENDENTES ENTRE PARTES RELACIONADAS

São as seguintes as entidades que direta ou indiretamente participam no capital da entidade:

Entidades que direta ou indiretamente participam no capital da entidade			NIF das entidades participantes	Sede social das entidades participantes		Participações das entidades participantes no capital social da entidade		Percentagem dos direitos de voto da entidade detidos pelas entidades participantes	Datas de início das participações no capital social da entidade
				País	Localidade	Valor	Percentagem		
Período 2022	Participantes diretas	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	509364390	Portugal	Évora	600.000,00	60,00%	60,00%	
		Biosmart - Soluções Ambientais, S.A.	503956112	Portugal	Santa Catarina da Serra	400.000,00	40,00%	40,00%	
		Totais				1.000.000,00	100,00%	100,00%	
Período 2021	Participantes diretas	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	509364390	Portugal	Évora	600.000,00	60,00%	60,00%	
		Biosmart - Soluções Ambientais, S.A.	503956112	Portugal	Santa Catarina da Serra	400.000,00	40,00%	40,00%	
		Totais				1.000.000,00	100,00%	100,00%	

No exercício de 2022 foram distribuídos e pagos 307.500,00 euros de dividendos:

- 184.500,00 à CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e,
- 123.000,00 euros à Biosmart - Soluções Ambientais, S.A.



No exercício de 2021 foram distribuídos e pagos 295.000,00 euros de dividendos:

- 177.000,00 à CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e,
- 118.000,00 euros à Biosmart - Soluções Ambientais, S.A.

O vogal do Conselho de Administração que assume a representação da Biosmart- Soluções Ambientais, S.A. recebe um valor de senhas de presenças e despesas de deslocação que totalizou em 2022 o valor de 2.646,00€ e em 2021 o valor de 294,00€ integralmente faturados e liquidados em cada um dos exercícios.

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

### 6.1. DIVULGAÇÕES PARA CADA CLASSE DE ATIVOS INTANGÍVEIS

a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Métodos de amortização, vidas úteis e taxas de amortização usadas nos ativos intangíveis		Programas de computador	Outros ativos intangíveis
		Outros	Outros
Finitas	Vidas úteis	3	70
	Taxas de amortização	33,33%	1,43%
	Métodos de amortização	Quotas constantes	Quotas constantes

b) Os elementos dos ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados pelo método da linha recta.

c) As quantias brutas escrituradas, as amortizações acumuladas no começo e fim do período e a reconciliação das quantias escrituradas no começo e fim do período, e os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante os exercícios de 2022 e 2021 são como se segue:



(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil finita			Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Totais
Em 01.01.2021	Quantias brutas escrituradas		57 204,23	34 140,32	73 624,68	164 969,23
	Amortizações acumuladas		(51 239,64)	(2 543,42)		(53 783,06)
	Quantias líquidas escrituradas		5 964,59	31 596,90	73 624,68	111 186,17
Movimentos do período 2021	Adições	Aquisições em 1.ª mão	2 068,20			2 068,20
	Amortizações	Aumentos de amortizações	(3 262,95)	(484,79)		(3 747,74)
Em 31.12.2021 (01.01.2022)	Quantias brutas escrituradas		59 272,43	34 140,32	73 624,68	167 037,43
	Amortizações acumuladas		(54 502,59)	(3 028,21)		(57 530,80)
	Quantias líquidas escrituradas		4 769,84	31 112,11	73 624,68	109 506,63
Movimentos do período 2022	Adições	Aquisições em 1.ª mão	4 800,00		19 141,94	23 941,94
	Transferências	De ativos intangíveis em curso	92 766,62		(92 766,62)	
		Outras	2 365,21			2 365,21
	Amortizações	Aumentos de amortizações	(24 368,44)	(484,79)		(24 853,23)
Em 31.12.2022	Quantias brutas escrituradas		159 204,26	34 140,32		193 344,58
	Amortizações acumuladas		(78 871,03)	(3 513,00)		(82 384,03)
	Quantias líquidas escrituradas		80 333,23	30 627,32		110 960,55

d) O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da demonstração dos resultados ascende a:

(valores expressos em euros)

Quantias das amortizações de ativos intangíveis incluídas em cada uma das linhas das demonstrações dos resultados - Período de 2022		Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Totais
		Outros	Outros	
Demonstração dos resultados por naturezas	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24 368,44	484,79	24 853,23

Quantias das amortizações de ativos intangíveis incluídas em cada uma das linhas das demonstrações dos resultados - Período de 2021		Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Totais
		Outros	Outros	
Demonstração dos resultados por naturezas	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 262,95	484,79	3 747,74

## 7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

### 7.1. DIVULGAÇÕES SOBRE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

#### a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

#### b) Método de depreciações usado

A empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.



c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Vidas úteis	19	50, 20, 19, 16, 12, 10, 8	20, 16, 14, 10, 12, 8, 7, 6, 5, 4, 3	10, 8, 5, 4	10, 8, 5, 3	12, 5, 12, 8, 7, 5, 4, 3
Taxas de depreciação	5,26%	2%, 5%, 5,26%, 6,25%, 8,33%, 10%, 12,5%	5%, 6,25%, 7,14%, 8,33%, 10%, 12,50%, 14,28%, 16,66%, 20%, 25%, 33,33%	10%, 12,50%, 20%, 25%	10%, 12,5%, 20%, 33,33%	8,00%, 8,33%, 12,5%, 14,28%, 20,00%, 25%, 33,33%
Métodos de depreciação	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

c) As quantias brutas escrituradas, as depreciações acumuladas, no início e no fim do período, e a reconciliação das quantias escrituradas no início e no fim do período, e os movimentos na rubrica ativos fixos tangíveis durante os exercícios de 2022 e 2021 são como se segue:



(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
Em 01.01.2021	Quantias brutas escrituradas	209 143,86	17 008 496,34	17 157 906,82	5 152 478,45	252 259,29	174 669,86	16 852,16	39 971 806,78
	Depreciações acumuladas	(189 009,88)	(11 848 007,16)	(10 211 806,63)	(4 236 113,85)	(234 849,38)	(148 360,99)		(26 868 147,89)
	Quantias líquidas escrituradas	20 133,98	5 160 489,18	6 946 100,19	916 364,60	17 409,91	26 308,87	16 852,16	13 103 658,89
	Adições			258 003,26	391 580,00	16 692,06	646,39	650 711,28	1 317 632,99
	Transferências			405 278,77				(574 159,73)	0,00
Movimentos do período 2021	Diminuições			(13 195,00)					(13 195,00)
	Alienações								
	Aumentos de depreciações	(10 009,92)	(457 396,02)	(843 728,64)	(354 477,99)	(7 166,37)	(4 290,51)		(1 677 069,45)
	Diminuições por alienações e abates e transferências								
	Depreciações			13 195,00					13 195,00
Em 31.12.2021 (01.01.2022)	Quantias brutas escrituradas	209 143,86	17 177 377,30	17 807 993,85	5 544 058,45	268 951,35	175 316,25	93 403,71	41 276 244,77
	Depreciações acumuladas	(199 019,80)	(12 305 403,18)	(11 042 340,27)	(4 590 591,84)	(242 015,75)	(152 651,50)		(28 532 022,34)
	Quantias líquidas escrituradas	10 124,06	4 871 974,12	6 765 653,58	953 466,61	26 935,60	22 664,75	93 403,71	12 744 222,43
	Adições		4 662,77	427 936,96	545 859,10	8 776,73	11 767,44	718 716,15	1 717 719,15
	Transferências			90 890,00	95 770,00		4 211,60	(193 236,81)	(2 365,21)
Movimentos do período 2022	Diminuições			(247 242,80)	(161 976,90)				(409 219,70)
	Alienações								
	Aumentos de depreciações	(10 009,92)	(465 737,80)	(950 796,62)	(369 462,07)	(10 421,91)	(4 418,91)		(1 810 847,23)
	Diminuições por alienações e abates e transferências								
	Depreciações			247 242,80	161 976,90				409 219,70
Em 31.12.2022	Quantias brutas escrituradas	209 143,86	17 182 040,07	18 079 578,01	6 033 710,65	277 728,08	191 295,29	618 883,05	42 582 379,01
	Depreciações acumuladas	(209 029,72)	(12 771 140,98)	(11 745 894,09)	(4 798 077,01)	(252 437,66)	(157 070,41)		(29 933 649,87)
	Quantias líquidas escrituradas	114,14	4 410 899,09	6 333 683,92	1 225 633,64	25 290,42	34 224,88	618 883,05	12 648 729,14

21 de 41



**7.2. DEPRECIAÇÕES, RECONHECIDAS NOS RESULTADOS OU COMO PARTE DE UM CUSTO DE OUTROS ATIVOS, DURANTE UM PERÍODO**

(valores expressos em euros)

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Período 2022	Depreciações reconhecidas nos resultados	10 009,92	465 737,80	950 796,62	369 462,07	10 421,91	4 418,91	1 810 847,23
	Totais	10 009,92	465 737,80	950 796,62	369 462,07	10 421,91	4 418,91	1 810 847,23
Período 2021	Depreciações reconhecidas nos resultados	10 009,92	457 396,02	843 728,64	354 477,99	7 166,37	4 290,51	1 677 069,45
	Totais	10 009,92	457 396,02	843 728,64	354 477,99	7 166,37	4 290,51	1 677 069,45

**8. CUSTOS DE EMPRÉSTIMO OBTIDOS**

**8.1. POLÍTICA CONTABILÍSTICA ADOTADA NOS CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS**

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

Os financiamentos obtidos em 31/12/2022 e em 31/12/2021, e respetivas taxas de juro e garantias prestadas, todos contratados na moeda de apresentação, são detalhados conforme se segue:

(valores expressos em euros)

(valores expressos em euros)

Período 2022					
Entidade Financiadora		Produto	Limite	Montante Utilizado / em dívida	
				Corrente	Não corrente
Instituições financeiras					
Empréstimos bancários	IFDR - QREN Empréstimo-quadro - Banco Europeu de Investimento (BEI)	Médio e longo prazo	4 086 189,25	146 109,50	643 702,58
Subtotal			4 086 189,25	146 109,50	643 702,58

(valores expressos em euros)

(valores expressos em euros)

Período 2021					
Entidade Financiadora		Produto	Limite	Montante Utilizado / em dívida	
				Corrente	Não corrente
Instituições financeiras					
Empréstimos bancários	IFDR - QREN Empréstimo-quadro - Banco Europeu de Investimento (BEI)	Médio e longo prazo	4 086 189,25	140 623,78	789 812,09
	Subtotal		4 086 189,25	140 623,78	789 812,09



	Entidade Financiadora	Produto	Vencimento	Tipo de amortização	Taxa de juro (Spread/Indexante)	Garantias
Instituições financeiras						
Empréstimos bancários	IFDR - QREN Empréstimo-quadro - Banco Europeu de Investimento (BEI)	Médio e longo prazo	31/12/2027	rendas constantes, reembolso semestral	3,90%	Consignação da totalidade das receitas que na qualidade de vendedor para si resultam dos contratos celebrados com os Municípios de Arraiolos, Estremoz e Reguengos de Monsaraz
Subtotal						

A parcela classificada como não corrente em 31/12/2022 e em 31/12/2021 tem o seguinte plano de reembolso definido:

(valores expressos em euros)

Ano	Período 2022		Período 2021	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2022			140 623,80	34 603,74
2023	146 109,50	29 118,02	146 109,50	29 118,01
2024	151 809,24	23 418,28	151 809,24	23 417,28
2025	157 731,32	17 496,20	157 731,32	17 496,20
2026	163 884,41	11 343,11	163 884,41	11 343,11
2027	170 277,61	4 949,97	170 277,61	4 949,97

## 9. IMPARIDADE DE ATIVOS

9.1. QUANTIAS DAS PERDAS POR IMPARIDADE E RESPECTIVAS REVERSÕES INCLUÍDAS EM CADA UMA DAS LINHAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

(valores expressos em euros)

Quantias das perdas por imparidade e respectivas reversões reconhecidas durante o período			Clientes	Totais
Período 2022	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	(539,99)	(539,99)
		Reversões	29 865,14	29 865,14
		Totais	29 325,15	29 325,15
Período 2021	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	(108 669,02)	(108 669,02)
		Reversões	5 919,20	5 919,20
		Totais	(102 749,82)	(102 749,82)



**9.2. RECONCILIAÇÃO ENTRE AS QUANTIAS BRUTAS E AS QUANTIAS LÍQUIDAS POR CLASSE DE ATIVOS SUJEITOS A PERDAS DE IMPARIDADE**

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos sujeitos a perdas de imparidade	Período 2022			Período 2021		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Cientes	1 885 277,27	(362 567,55)	1 522 709,72	1 515 730,31	(391 892,70)	1 123 837,61
Totais	1 885 277,27	(362 567,55)	1 522 709,72	1 515 730,31	(391 892,70)	1 123 837,61

**10. INVENTÁRIOS**

**10.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS NA MENSURAÇÃO DOS INVENTÁRIOS E FÓRMULA DE CUSTEIO USADA**

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Os produtos e os trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui os custos dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento nem gastos administrativos.

**10.2. QUANTIA TOTAL ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS E QUANTIA ESCRITURADA EM CLASSIFICAÇÕES APROPRIADAS**

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Inventários de produção		Totais
		Produtos e trabalhos em curso	Subtotais	
31.12.2022	Inventários armazenados na empresa	65 995,04	65 995,04	65 995,04
	Totais	65 995,04	65 995,04	65 995,04
31.12.2021	Inventários armazenados na empresa	64 308,11	64 308,11	64 308,11
	Totais	64 308,11	64 308,11	64 308,11



*Handwritten signature and initials*

### 10.3. QUANTIA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDA COMO UM GASTO DURANTE O PERÍODO

(valores expressos em euros)

Quantias reconhecidas como gastos (rendimentos) durante o período com relação aos inventários da produção			Período 2022		Período 2021	
			Produtos e trabalhos em curso	Totais	Produtos e trabalhos em curso	Totais
Demonstração das variações nos	Inventários no começo do período	-	64 308,11	64 308,11	108 041,46	108 041,46
	Inventários no fim do período	+	65 995,04	65 995,04	64 308,11	64 308,11
	Variações nos inventários da produção	=	1 686,93	1 686,93	(43 733,35)	(43 733,35)
	Totais	=	1 686,93	1 686,93	(43 733,35)	(43 733,35)

## 11. RÉDITO

### 11.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS PARA O RECONHECIMENTO DO RÉDITO INCLUINDO OS MÉTODOS ADOTADOS PARA DETERMINAR A FASE DE ACABAMENTO DE TRANSAÇÕES QUE ENVOLVEM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros abatimentos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

### 11.2. QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO RECONHECIDA DURANTE O PERÍODO

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2022			Período 2021		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	1 585 923,38	24,07%	(3,89%)	1 650 050,84	26,56%	24,19%
Prestação de serviços	4 997 196,12	75,85%	9,58%	4 560 144,53	73,40%	7,42%
Juros	5 203,48	0,08%	127,88%	2 283,40	0,04%	(34,44%)
Totais	6 588 322,98	100,00%	6,05%	6 212 478,77	100,00%	11,39%



## 12. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

Provisões		Processos Judiciais em curso	Matérias ambientais	Totais
Acumuladas em 01.01.2021			3 492 924,44	3 492 924,44
Reduções	Quantias revertidas no período		(13 132,37)	(13 132,37)
Acumuladas em 31.12.2021 (01.01.2022)			3 479 792,07	3 479 792,07
Aumentos	Por novas provisões	24 000,00		24 000,00
Reduções	Quantias revertidas no período		(6 000,80)	(6 000,80)
Acumuladas em 31.12.2022		24 000,00	3 473 791,27	3 497 791,27

Responsabilidades finais da sociedade:

O processo nº CO/000908/14, que corre termos na Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território, mostra-se em fase de instrução, e tem por objeto factos suscetíveis de integrar duas contraordenações ambientais leves, puníveis com coimas de valor entre 3.000,00€ e 22.500€.

Mostra-se pendente, no Juízo Local Criminal de Évora - Juiz 1, sob o nº 10/23.0Y2EVR, recurso de contraordenação da decisão proferida pela Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) no âmbito do processo de contraordenação com o nº C/001010/18, em que foi proferida decisão de aplicação de coima no valor de € 24 000,00, acrescido de custas no valor de € 75,00. Para o qual foi constituída provisão no período de 2022.

Está ainda pendente, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, o processo que aí corre sob o nº 139/21.9BEBJA, em que é Autora a sociedade Noite e Dia - Vigilância, Lda e Ré a Gesamb. Neste processo é peticionada a anulação de atos praticados no âmbito do procedimento de contratação pública, e do próprio contrato celebrado (Contrato de Aquisição de Vigilância e Segurança nas Instalações da Gesamb em Évora). Não é possível estimar o valor das eventuais responsabilidades da Gesamb no âmbito do processo, dado que nenhum pedido foi formulado, com expressão pecuniária.

A entidade não identifica outros passivos e/ou ativos contingentes.

## 13. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

### 13.1. POLÍTICA CONTABILÍSTICA ADOTADA PARA OS SUBSÍDIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios das entidades públicas apresentados nas demonstrações financeiras, tratam-se de subsídios ao investimento não reembolsáveis, relacionados com Ativos depreciáveis e, como tal,





reconhecidos no Capital Próprio (conta 593 – Outras variações no capital próprio), e imputados a rendimentos na proporção das depreciações praticadas.

Por outro lado, encontram-se deduzidos do respetivo ajustamento em subsídios à taxa futura de IRC.

Existem igualmente subsídios governamentais - subsídios à exploração – que estão reconhecidos separadamente na Demonstração dos Resultados de acordo com o regime de acréscimo.

### 13.2. NATUREZA E EXTENSÃO DOS SUBSÍDIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E INDICAÇÃO DAS ENTIDADES PÚBLICAS DE QUE DIRETAMENTE SE BENEFICIOU



Relação dos subsídios obtidos		Medida de incentivo			(valores expressos em euros)		
		Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Já recebidas	Por receber
Subsídios ao investimento	TGR 032 - RCD	APA	APA	Sistema de Gestão de Resíduos de construção e Demolição da GESAMB	Não reembolsável	222 040,64	222 040,64
	POSEUR-76 - Recolha Seletiva	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Otimização e reforço da rede de recolha seletiva	Não reembolsável	547 739,99	0,04
	POSEUR-89 - TMB	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Otimização do tratamento mecânico e biológico (TMB) de Beja e Évora	Não reembolsável	258 454,98	13 007,19
	POSEUR-146 - Inovação	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Sistema Piloto de RS Porta-a-Porta de RUB e Otimização de Circuitos de RS Multimaterial	Não reembolsável	435 336,49	24 590,09
	POSEUR-185 - Inov II	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a RS e a reciclagem	Não reembolsável	467 778,66	9 054,99
	POSEUR-264	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Évora+ Verde - Recolha seletiva de biorresíduos	Não reembolsável	171 144,71	39 545,02
	POSEUR-268	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Re-Planta - Compostagem doméstica e comunitária	Não reembolsável	284 609,01	9 014,53
	POSEUR-289	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Valorização de Biorresíduos	Não reembolsável	314 705,00	814 045,00
	Subtotais					2 701 809,48	909 256,86
							3 611 066,35



Relação dos subsídios obtidos	Medida de incentivo			Quantias concedidas			
	Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Já recebidas	Por receber	Total
Subsídios à exploração	POSEUR-76 - Recolha Seletiva	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Otimização e reforço da rede de recolha seletiva	Não reembolsável	13 023,49	30 938,01	43 961,50
	POSEUR-146 - Inovação	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Implementação de Sistema Piloto de Recolha Seletiva Porta-a-Porta de RUB e Otimização de Circuitos de Recolha Seletiva Multimateria	Não reembolsável	31 875,00		31 875,00
	POSEUR-89 - TMB	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Otimização do tratamento mecânico e biológico (TMB) de Beja e Évora	Não reembolsável	429,57	5 433,31	5 862,88
	POSEUR-119 - Sensibilização	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Para amanhã sorrir vamos hoje prevenir!	Não reembolsável	98 446,74		98 446,74
	POSEUR-185 - Inov II	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem	Não reembolsável	17 487,74	16 485,34	33 973,08
	POSEUR-264	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Évora+Verde - Recolha seletiva de biorresíduos	Não reembolsável	78 025,00	6 337,50	84 362,50
	POSEUR-268	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Re-Planta - Compostagem doméstica e comunitária	Não reembolsável	55 887,50		55 887,50
	POSEUR-289	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Valorização de Biorresíduos	Não reembolsável		1 500,00	1 500,00
	SPV 2021	Sociedade Ponto Verde	Ações de comunicação e sensibilização	Não reembolsável	23 950,00		23 950,00
	Subtotais				319 125,04	60 694,16	379 819,20
Totais					3 020 934,52	969 951,02	3 990 885,55

29 de 41

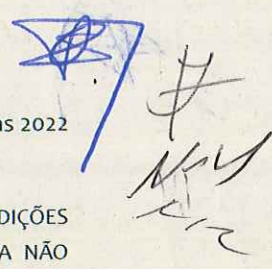
*[Handwritten signature and initials]*



(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período 2022			Período 2021		
			Demonstração dos resultados		Balanço	Demonstração dos resultados		Balanço
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio  (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio  (Outras variações no capital próprio)
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	AMDE - 1º Trf		36 349,32	204 633,79		36 417,78	240 983,11
		POVT 9 - TMB		491 073,08	4 033 718,96		502 237,25	4 524 792,04
		Inalentejo 2010 - POVT 31					3 408,69	
		Altercexa II		9 707,09	14 414,41		9 707,09	24 121,50
		TGR 032 - RCD		10 559,97	8 799,97		12 301,50	22 552,75
		POVT - CDR 023		76 451,95	731 628,46		77 415,99	808 080,41
		ECO2CIR		4 830,00	4 025,00		4 830,00	8 855,00
		FUNDO AMBIENTAL					4 927,08	
		POSEUR-76 - Recolha Seletiva		75 365,28	105 450,98		89 143,91	180 816,26
		POSEUR-89 - TMB		24 464,75	183 652,52		25 515,33	208 117,27
		POSEUR-146 - Inovação		101 101,21	148 149,82		87 197,84	265 538,58
		POSEUR-185 - Inov II		67 259,04	346 759,81		46 925,46	438 500,89
		Fundo Ambiental - Move-te		4 713,24	2 749,38		4 713,24	7 462,62
		POSEUR-264		30 776,25	161 994,21		17 164,29	192 770,46
		POSEUR-268		61 361,52	216 299,20		2 142,28	300 121,40
		POSEUR-289		34 917,25	1 089 085,75		4 747,00	1 124 003,00
		Subtotais		1 028 929,95	7 251 362,26		928 794,73	8 346 715,29
		POSEUR-185	11 890,57				5 095,96	
		POSEUR-264	24 862,50				47 005,00	
		POSEUR-268	35 283,04				28 050,00	
		SPV 2021/2022	23 950,00					
		Subtotais	95 986,11				80 150,96	
Totais			95 986,11	1 028 929,95	7 251 362,26	80 150,96	928 794,73	8 346 715,29





13.3. AS EVIDÊNCIAS QUE PERMITAM CONCLUIR QUE A ENTIDADE CUMPRIU OU IRÁ CUMPRIR AS CONDIÇÕES ASSOCIADAS À ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO E QUE ESTE SERÁ RECEBIDO E AS CONDIÇÕES AINDA NÃO SATISFEITAS E OUTRAS CONTINGÊNCIAS LIGADAS AO APOIO DAS ENTIDADES PÚBLICAS QUE FORAM RECONHECIDAS.

As condições necessárias à satisfação das disposições contratuais contantes dos acordos firmados com as entidades para a concessão dos subsídios discriminados no ponto anterior deste anexo estão a ser cumpridas, não sendo previsível qualquer alteração deste quadro até ao termo dos contratos respetivos.

## 14. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

### 14.1. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 30 de março 2023.

14.2. INDICAÇÃO SOBRE SE FORAM RECEBIDAS INFORMAÇÕES APÓS A DATA DO BALANÇO ACERCA DE CONDIÇÕES QUE EXISTIAM À DATA DO BALANÇO. EM CASO AFIRMATIVO, INDICAÇÃO SOBRE SE, FACE ÀS NOVAS INFORMAÇÕES, FORAM ATUALIZADAS AS DIVULGAÇÕES QUE SE RELACIONAM COM ESSAS CONDIÇÕES

Não foram recebidas informações relevantes que justificassem a alteração das divulgações já efetuadas.

### 14.3. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO QUE NÃO DERAM LUGAR A AJUSTAMENTOS

Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.



## 15. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

### 15.1. PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTO/RENDIMENTO DE IMPOSTOS

(valores expressos em euros)

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos				Período 2022		Período 2021	
				Demonstração dos resultados	Totais	Demonstração dos resultados	Totais
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente	2		33 365,49	33 365,49	125 060,21	125 060,21
	(Gastos)/rendimentos por impostos diferidos	De diferenças temporárias		10 681,72	10 681,72	(4 650,22)	(4 650,22)
		Imposto diferido	3	10 681,72	10 681,72	(4 650,22)	(4 650,22)
Imposto sobre o rendimento do período				4 = 2 + 3	44 047,21	120 409,99	120 409,99
Totais				5 = 1 + 4	44 047,21	120 409,99	120 409,99

### 15.2. IMPOSTO DIFERIDO

No termo do período de 2021 foram reconhecidos ativos por impostos diferidos relativamente às quantias das perdas por imparidade reconhecidas em clientes, não aceites em termos fiscais, no montante de 48.002,55 euros, considerando a taxa futura de IRC acrescida de derrama (21% + 1,5%), ao que correspondeu o montante em ativos por impostos diferidos 10.800,57 euros.

No termo do período de 2022 foram reconhecidos ativos por impostos diferidos relativamente às quantias das perdas por imparidade reconhecidas em clientes, não aceites em termos fiscais, no montante de 528,20 euros, considerando a taxa futura de IRC acrescida de derrama (21% + 1,5%), ao que correspondeu o montante em ativos por impostos diferidos 118,85 euros.

No termo do período de 2021 foi ajustado o Subsídio ao investimento à taxa futura de IRC acrescida de derrama (21% + 1,5%). Este ajustamento não teve impacto direto nos resultados, sendo o seu cálculo justificado conforme segue: 8.346.715,29 € (total de subsídio ao investimento reconhecido) \* 22,5% = 1.878.010,54 €.

No termo do período de 2022 foi ajustado o Subsídio ao investimento à taxa futura de IRC acrescida de derrama (21% + 1,5%). Este ajustamento não teve impacto direto nos resultados, sendo o seu cálculo justificado conforme segue: 7.251.362,26 € (total de subsídio ao investimento reconhecido) \* 22,5% = 1.631.556,50 €.



15.3. RELACIONAMENTO ENTRE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS E LUCRO CONTABILÍSTICO

(valores expressos em euros)

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos						Período 2022			Período 2021		
				Base	Imposto	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)		Resultado líquido do período		1	-	134 118,49			388 149,44		
		Gastos/(rendimento s) de impostos		2	-	44 047,21			120 409,99		
		Resultado antes de impostos		3 = 1 + 2	3	178 165,70	21,00%	37 414,80	508 559,43	21,00%	106 797,48
Ajustamento s para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	...	4		57 847,92	21,00%	12 148,06	24 890,00	21,00%	5 226,90
		A deduzir	...	5		(66 971,80)	21,00%	(14 064,08)	(9 386,10)	21,00%	(1 971,08)
	Diferenças temporárias	A acrescentar	...	6		528,20	21,00%	110,93	48 002,55	21,00%	10 080,55
		A deduzir	...	7		(48 002,55)	21,00%	(10 080,54)	(27 334,89)	21,00%	(5 740,33)
Lucro/(Prejuízo fiscal)				8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7		121 567,47	21,00%	25 529,17	544 730,99	21,00%	114 393,51
Matéria coletável / coleta				10 = 8 - 9		121 567,47	21,00%	25 529,17	544 730,99	21,00%	114 393,51
Outras componentes do imposto		Tributação autónoma		12		2 844,78	100,00 %	2 844,78	2 495,74	100,00%	2 495,74
		Coleta 90% sem EBF		12		3 471,95	100,00 %	3 471,95			
		Derrama		12		1 519,59	100,00 %	1 519,59	8 170,96	100,00%	8 170,96
	Imposto corrente			3	13 = 10 - 11 + 12	178 165,70	18,73%	33 365,49	508 559,43	24,59%	125 060,21
	Imposto diferido			Δ dos ativos e dos passivos diferidos	14	10 681,72	100,00 %	10 681,72	(4 650,22)	100,00%	(4 650,22)
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efetiva média				3	16 = 13 - 14 - 15	178 165,70	24,72%	44 047,21	508 559,43	23,68%	120 409,99

15.4. EXPLICAÇÃO DE ALTERAÇÕES NA TAXA(S) DE IMPOSTO APLICÁVEL COMPARADA COM O PERÍODO CONTABILÍSTICO ANTERIOR

O imposto sobre o rendimento no período, de 44.047,21 euros, representa 37% do imposto do período anterior por força da diminuição dos resultados antes de imposto na mesma proporção. As taxas efetivas de imposto de 24,72% em 2022 e de 23,68% em 2021, ambas no mesmo limiar, expressam que não existem diferenças relevantes na tributação da entidade de um período para o outro.

16. MATÉRIAS AMBIENTAIS

16.1. INFORMAÇÃO SOBRE AS PROVISÕES DE CARATER AMBIENTAL

Nos termos do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, que estabelecia o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime de



gestão de fluxos específicos de resíduos, no artigo 27º do Anexo II - Regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, determinava as obrigações do operador quanto ao encerramento, manutenção e controlo na fase pós-encerramento do aterro sanitário, a entidade tem constituída uma provisão acumulada que ascende a 31/12/2022 a 3.473.791,27 €.

## 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 17.1. BASES DE MENSURAÇÃO UTILIZADAS PARA OS INSTRUMENTOS FINANCEIROS E OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADAS PARA A CONTABILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Instrumentos financeiros mensurados ao custo:

- Clientes (menos imparidades)
- Fornecedores
- Outros créditos a receber (menos imparidades)
- Outras dívidas a pagar
- Financiamentos obtidos

### 17.2. QUANTIAS ESCRITURADAS DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS



*Handwritten signatures and initials.*

Quantias escrituradas dos instrumentos financeiros [Exceto (i) investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, (ii) direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados, e (iii) direitos no âmbito de contratos de seguros ou no âmbito de contratos de locações a não ser que estes contratos resultem numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com: (a) alterações no risco segurado/alterações no preço do bem locado, (b) alterações na taxa de câmbio ou (c) entrada em incumprimento de uma das partes]			Período 2022			Período 2021		
			31.12.2022		Quantias líquidas escrituradas	31.12.2021		Quantias líquidas escrituradas
			Quantias brutas escrituradas dos instrumentos financeiros	Imparidades		Quantias brutas escrituradas dos instrumentos financeiros	Imparidades	
Ativos financeiros	Clientes	Conta corrente	1 885 277,27	(362 567,55)	1 522 709,72	1 515 730,31	(391.892,70)	1 123 837,61
		Subtotais	1 885 277,27	(362 567,55)	1 522 709,72	1 515 730,31	1 123 837,61	1 167 275,48
	Outras contas a receber	Fornecedores (saldos Devedores)	46 015,50		46 015,50	16 689,97		16 689,97
		Pessoal	0,19		0,19			
		Fornecedores de investimentos (saldos Devedores)	270,00		270,00	270,00		270,00
		Juros a receber	2 960,29		2 960,29	876,05		876,05
		Outros devedores por acréscimos de rendimentos	113 454,50		113 454,50	170 979,57		170 979,57
		POSEUR-119 - Sensibilização			0,00	4 922,34		4 922,34
		APA TGR 032 - RCD			0,00	36 618,54		36 618,54
		ECO2CIR			0,00			
		POSEUR-76 - Recolha Seletiva	30 938,05		30 938,05	30 938,05		30 938,05
		POSEUR-89 - TMB	18 440,50		18 440,50	18 440,50		18 440,50
		POSEUR-146 - Inovação	24 590,09		24 590,09	40 877,64		40 877,64
		POSEUR-185 InovII	25 540,34		25 540,34	68 571,34		68 571,34
		POSEUR-264	45 882,52		45 882,52	159 611,02		159 611,02
		POSEUR-268	9 014,53		9 014,53	285 459,36		285 459,36
		POSEUR-289	815 545,00		815 545,00	1 059 045,00		1 059 045,00
		SPV-2021				10 080,00		10 080,00
		SECASOL						
		Fidelidade	134,00		134,00	26 630,62		26 630,62
		Seguro do agregado familiar				111,74		111,74
	Subtotais	1 133 035,51		1 133 035,51	1 930 121,74	1 930 121,74	1 930 121,74	
	Totais	3 018 312,78	(362 567,55)	2 655 745,23	3 445 852,05	3 053 959,35	3 053 959,35	
Passivos financeiros	Fornecedores	Conta corrente	221 567,96		221 567,96	337 385,46		337 385,46
		Subtotais	221 567,96		221 567,96	337 385,46		337 385,46
	Financiamentos obtidos	Outros financiadores	789 812,08		789 812,08	930 435,87		930 435,87
		Subtotais	789 812,08		789 812,08	930 435,87		930 435,87
	Outras contas a pagar	Clientes (saldos credores)	569,34		569,34	712,15		712,15
		Pessoal	677,62		677,62			
		Fornecedores de investimentos	388 564,27		388 564,27	66 823,20		66 823,20
Remunerações a liquidar	248 055,10		248 055,10	226 126,73		226 126,73		



Juros a liquidar	1 601,70		1 601,70	1 886,89		1 886,89
Outros	32 992,57		32 992,57	61 754,74		61 754,74
Taxa Gestão	1 089 657,97		1 089 657,97	932 912,71		932 912,71
Correção Faturação	140 361,07		140 361,07	128 776,07		128 776,07
Taxa Gestão - Não Repercutível						
Taxa da Lei n.º 34/2015	394 356,47		394 356,47	393 983,22		393 983,22
Caução - Empreitada GES CP 20/2018 - Tamesur				20 692,50		20 692,50
Caução - Carros GES CP 19/2017 - Resitul						
Seguro do agregado família	1,00					
Subtotais	2 296 837,11		2 296 837,11	1 833 668,21		1 833 668,21
Totais	3 308 217,15		3 308 217,15	3 101 489,54		3 101 489,54

### 17.3. PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS FINANCEIROS

(valores expressos em euros)

Quantias das perdas por imparidade reconhecidas para cada uma das classes de ativos financeiros		Período 2022				Período 2021			
		Perdas por imparidade acumuladas no começo do período	Variações no período		Perdas por imparidade acumuladas no fim do período	Perdas por imparidade acumuladas no começo do período	Variações no período		Perdas por imparidade acumuladas no fim do período
			Aumentos	Reversões			Aumentos	Reversões	
Clientes	Conta Corrente	391 892,70	539,99	(29 865,15)	362 567,54	289 142,88	108 669,02	(5 919,20)	391 892,70
	Subtotais	391 892,70	539,99	(29 865,15)	362 567,54	289 142,88	108 669,02	(5 919,20)	391 892,70
Totais		391 892,70	539,99	(29 865,15)	362 567,54	289 142,88	108 669,02	(5 919,20)	391 892,70

### 17.4. QUANTIAS DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

(valores expressos em euros)

Quantias das dívidas de cobrança duvidosa		31.12.2022			31.12.2021		
		Quantias brutas escrituradas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas	Quantias brutas escrituradas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas
	Há mais de seis meses e até doze meses	517,16	(517,16)		4 792,68	(4 792,68)	
	Há mais de doze meses e até dezoito meses	22,83	(22,83)		79 455,81	(79 455,81)	
	Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	515,68	(515,68)		18 718,46	(18 718,46)	
	Há mais de vinte e quatro meses	361 511,87	(361 511,87)		288 925,75	(288 925,75)	
	Subtotais	362 567,54	(362 567,54)		391 892,70	(391 892,70)	
Totais		362 567,54	(362 567,54)		391 892,70	(391 892,70)	



## 18. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### 18.1. NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS DURANTE O PERÍODO E GASTOS COM PESSOAL

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários e isenção de horário de trabalho, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os gastos com o pessoal correspondem a:

#### 18.2.1. PESSOAL AO SERVIÇO DA EMPRESA E HORAS TRABALHADAS

Pessoas ao serviço e horas trabalhadas		Período 2022				Período 2021			
		Número médio de pessoas		Número de horas trabalhadas		Número médio de pessoas		Número de horas trabalhadas	
		Remuneradas	Total	Remuneradas	Total	Remuneradas	Total	Remuneradas	Total
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário	Tempo completo	106	106	167 549	167 549	103	103	163 304	163 304
	Totais	106	106	167 549	167 549	103	103	163 304	163 304
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo	Homens	75	75	118 549	118 549	71	71	112 568	112 568
	Mulheres	31	31	49 000	49 000	32	32	50 736	50 736
	Totais	106	106	167 549	167 549	103	103	163 304	163 304

### 18.3. OS GASTOS COM O PESSOAL CORRESPONDEM A:

(valores expressos em euros)

Gastos com o pessoal	Período 2022	Período 2021
Remunerações dos órgãos sociais	2 646,00	294,00
Remunerações do pessoal	1 642 031,80	1 461 242,53
Indemnizações	1 311,09	1 373,14
Encargos sobre remunerações	357 802,96	314 323,12
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	43 270,71	35 451,59
Gastos de Ação social	25 936,60	25 235,02
Outros gastos com o pessoal	128 354,35	110 240,23
	2 201 353,51	1 948 159,63



## 19. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS

Não existem dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos exercícios de 2022 e 2021 não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do artigo 397º do CSC, pelo que nada há a relatar quanto a negócios entre a sociedade e os seus Administradores.

Relativamente ao artigo 66º-A do CSC, a empresa informa que não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço e, bem assim como, que os honorários faturados no exercício de 2022 e 2021 são como se segue:

(valores expressos em euros)

	2022	2021
Revisão legal das contas	8 500,00	8 500,00

## 20. OUTRAS INFORMAÇÕES

### 20.1. DETALHE DA RUBRICA DE «ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS»

(valores expressos em euros)

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»		31.12.2022			31.12.2021		
		Ativos	Passivos	Posição líquida	Ativos	Passivos	Posição líquida
Imposto sobre o rendimento	Imposto estimado	39 713,09		39 713,09		17 630,65	(17 630,65)
Retenção de impostos sobre rendimentos			13 562,38	(13 562,38)		10 742,93	(10 742,93)
Imposto sobre o valor acrescentado		145 612,81		145 612,81	183 953,88		183 953,88
Contribuições para a Segurança Social			39 974,72	(39 974,72)		35 662,24	(35 662,24)
Outras tributações			529,78	(529,78)		477,30	(477,30)
Totais		185 325,90	54 066,88	131 259,02	183 953,88	64 513,12	119 440,76



7  
154  
12

20.2. DETALHE DA RUBRICA DE «DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS»

(valores expressos em euros)

Gastos a reconhecer	Período 2022	Período 2021	Rendimentos a reconhecer	Período 2022	Período 2021
Seguros	91 939,30	97 116,83	POSEUR-185 - Inov II		19 133,14
Aluguer Máquinas Água	224,00	232,55	POSEUR-264	16 320,00	46 495,00
Alojamento servidor		341,17	POSEUR-268		37 578,53
Primavera	489,74	183,48	POSEUR-289	16 320,00	1 500,00
Assistência Algardata	1 225,58	1 276,36	SPV-2021		20 160,00
Plataforma Contratação Pública	855,79	855,79	Diversos		4 563,02
Stock Artigos Manutenção	256 786,45	219 820,72			
Diversos	5 443,76	4 411,91			
	356 964,62	324 238,81		17 820,00	129 429,69

20.3. O DETALHE DOS GASTOS INCORRIDOS EM FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS É COMO SE SEGUE

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos		Período 2022	Período 2021
Subcontratos		55 977,40	58 349,43
Serviços especializados	Trabalhos especializados	142 547,24	167 674,13
	Publicidade e propaganda	140 265,27	76 969,18
	Vigilância e segurança	71 998,58	83 400,59
	Honorários	13 320,00	9 387,85
	Conservação e reparação	635 835,14	618 662,66
	Outros	5 123,41	2 282,49
	Totais	1 009 089,64	958 376,90
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	12 468,50	11 978,87
	Livros e documentação técnica	99,06	99,06
	Material de escritório	8 191,63	8 928,66
	Outros	53 741,72	38 876,53
	Totais	74 500,91	59 883,12
Energia e fluidos	Eletricidade	301 654,45	142 266,37
	Combustíveis	510 175,63	399 545,48
	Água	2 121,86	1 520,93
	Outros	59 454,94	61 448,73
	Totais	873 406,88	604 781,51
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	9 088,71	1 369,25
	Transportes de pessoal		47,17
	Outros	1 136,47	666,82
	Totais	10 225,18	2 083,24
Serviços diversos	Rendas e alugueres	70 455,97	9 583,95
	Comunicação	17 776,06	16 420,29
	Seguros	99 643,45	110 486,47
	Contencioso e notariado	2 233,58	294,00
	Despesas de representação	1 811,01	273,05
	Limpeza, higiene e conforto	29 608,22	19 320,83
	Outros serviços		1 050,00
	Totais	221 528,29	157 428,59
Totais		2 244 728,30	1 840 902,79



20.4. O DETALHE DOS GASTOS INCORRIDOS EM “OUTROS GASTOS” E DOS RENDIMENTOS RECONHECIDOS EM “OUTROS RENDIMENTOS”, NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS, É COMO SE SEGUE

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos		Período 2022	Período 2021	Outros gastos		Período 2022	Período 2021
Rendimentos suplementares	Aluguer de equipamento			Impostos	Impostos indiretos	14 678,88	14 507,21
	Estudos, projetos e assistência tecnológica				Taxas	1 192 452,38	14 507,21
	Outros rendimentos suplementares				...		
	Totais				Totais	1 207 131,26	1 046 892,08
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	Alienações	30 939,68		Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	Alienações		
	Sinistros	6 664,93	11 987,50		Sinistros	2 695,00	7 906,05
	Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	1 195,08	1 195,08		Gastos em propriedades		
	Totais	38 799,69	13 182,58		Totais	2 695,00	7 906,05
Outros rendimentos e ganhos	Correções relativas a períodos anteriores	18 540,93	23 882,92	Outros gastos e perdas	Correções relativas a períodos anteriores	38 551,91	15 441,40
	Imputação de subsídios para investimentos	1 028 929,95	928 794,73		Donativos		
	Outros não especificados	106 228,11	98 841,23		Quotizações	11 550,00	11 550,00
	Totais	1 153 698,99	1 051 518,88		Outros não especificados	138 825,93	125 722,16
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	Juros obtidos	5 203,48	2 283,40		Totais	188 927,84	152 713,56
	Outros rendimentos similares	3 199,97	1 586,40				
	Totais	8 403,45	3 869,80				
Totais		1 200 902,13	1 068 571,26	Totais		1 398 754,10	1 207 511,69



**20.5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

A Gesamb apresenta um resultado líquido do exercício de 134.118,49 €.

Nos termos das disposições estatutárias, a Gesamb deverá constituir, com carácter obrigatório, a Reserva geral nunca inferior a 10% do resultado líquido do exercício, a Reserva para investimento, no valor de 5% deste resultado.

O Órgão de Gestão propõe, assim, a seguinte aplicação de resultados para o resultado líquido de 134.118,49 € obtido no exercício:

Reserva Legal	14 000,00
Outras Reservas	
Para Investimento	7 000,00
Para outros fins	9 118,49
Distribuição aos sócios	104 000,00
CIMAC	62 400,00
Biosmart	41 600,00


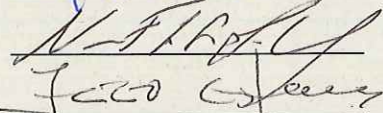
**21. GARANTIAS**

A Gesamb mantém duas garantias bancárias desde 28/04/2017, nos montantes de 129.149,54 € e 129.500,00 €, destinadas a garantir o integral cumprimento das obrigações assumidas perante a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo na sequência da emissão das licenças de exploração das células A a D e E do aterro. Mantém ainda, desde a mesma data, dois depósitos a prazo nos mesmos montantes das garantias, apresentados como garantia perante o banco emissor (Banco Comercial Português, S.A.).

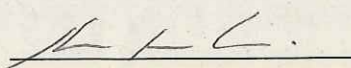
Mantém ainda um depósito a prazo junto do Novo Banco, desde 01/07/2012, no montante de 5.000,00 €, reservado como fundo de garantia ambiental.

No período de 2019, a entidade Tamesur prestou uma caução em forma de depósito no montante de 20.692,50, destinado a dar garantia às obrigações assumidas no âmbito do contrato GES CP 20/2018 – “Fornecimento e instalação de equipamento com vista à Ampliação da cabine de volumosos e alimentação dos refugos em semirreboques da central de tratamento mecânico e biológico dos Sistemas AMCAL, GESAMB e RESIALENTEJO, em Évora”, valor devolvido em 2022.

A Administração

O Contabilista Certificado











**ROSÁRIO CARVALHO  
& ASSOCIADOS  
SROC, LDA.**

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos, E.I.M.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 20.887.769,20 euros e um total de capital próprio de 12.378.317,40 euros, incluindo um resultado líquido de 134.118,49 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos, E.I.M.** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.





**ROSÁRIO CARVALHO  
& ASSOCIADOS  
SROC, LDA.**

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.


#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

##### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Évora, 30 de março de 2023

**ROSÁRIO CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, Lda.,**  
representada por

  
Andreia Isabel Inácio Teles  
(ROC n.º 1503 – CMVM n.º 20161113)